

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

~~Câmara dos Srs. Deputados~~

1842





DO

PARLAMENTO BRAZILEIRO

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS

Primeiro Anno da Quinta Legislatura

SESSÃO DISSOLVIDA DE 1842

COLLIGIDOS

POR

Antonio Henoch dos Reis

EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESMA CÂMARA

TOMO UNICO



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DA VIUVA PINTO & FILHO.—RUA NOVA DO OUVIDOR N. 31.

1882

Doação da
Biblioteca do D.A.S.P.



INDICE



1842

INDICE DO VOLUME

A

Acclamação da meza. (Vid. *Meza*, etc.)

Adiamento da reunião da assembléa geral para 1º de Janeiro de 1843,—pag. 9.

C

Commissões de poderes. (Vid. *Eleição das commissões verificadoras dos diplomas*.)

D

Decreto dissolvendo a camara dos deputados e convocando outra para 1º de Novembro de 1842,—pag. 88.

Decreto adiando a reunião da assembléa geral para 1º de Janeiro de 1843,— pag. 90.

Deputados á assembléa geral na 5ª legislatura,—pag. 9.

Diplomas dos deputados eleitos — sua apresentação,—pags. 13 e 16.

Dissolução da camara—leitura do respectivo decreto,—pag. 88.

E

Eleição das commissões verificadoras dos diplomas,—pag. 14.

M

Mesa — para as sessões preparatorias—forão acclamados : presidente o Sr. Martim Francisco, —1º e 2º secretarios os Srs. D. José Mascarenhas e Marinho.

P

Pareceres reconhecendo deputados—sua discussão e approvação,—pags. 16, 23, 24, 44, 46 e 60.

Orarão os Srs. Getulio, Cansansão de Sinimbú, Andrada Machado, Souza Martins, Marinho, Patroni, Lobo, Rodrigues Torres, Souza França, Camillo Armonde, Rezende, D. Manoel, T. Ottoni, Maciel Monteiro, Oliveira, França Leite, Peixoto de Brito e Tavares Bastos.

R

Relatorio do ministerio propondo ao imperador a dissolução da camara,—pag. 89.

S

Sessões preparatorias,—pag. 11.



DEPUTADOS À ASSEMBLÉA GERAL

QUINTA LEGISLATURA (*)

1842

PROVINCIA DO PARÁ

Felippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, bacharel.

PROVINCIA DO MARANHÃO

+ Luiz Alves de Lima, depois duque de Caxias.

PROVINCIA DO PIAUHY

~~José Joaquim de Lima e Silva, depois visconde de Magé.~~

Francisco de Souza Martins, bacharel.

PROVINCIA DO CEARÁ

Carlos Augusto Peixoto de Alencar, padre.

Vicente Ferreira de Castro e Silva.

+ Francisco de Salles Torres Homem, depois visconde de Inhommerim.

João Capistrano Bandeira de Mello, lente de direito.

José Marianno de Albuquerque Cavalcanti.

Joaquim Ignacio da Costa Miranda.

Alexandre Maria de Mariz Sarmiento.

Gustavo Adolpho de Aguiar Pantoja, magistrado.

PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE

+ D. Manoel de Assis Mascarenhas, magistrado.

PROVINCIA DA PARAÍBYBA DO NORTE

João Coelho Bastos.

Joaquim José de Oliveira, major.

Manoel Lobo de Miranda Henriques.

Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite, bacharel.

PROVINCIA DE PERNAMBUCO

~~Urbano Sabino Pessoa de Mello, magistrado.~~

Antonio Peregrino Maciel Monteiro, medico, depois barão de Itamaracá.

Joaquim Nunes Machado, magistrado.

Venancio Henriques de Rezende, padre

Antonio Joaquim de Mello.

Manoel Mendes da Cunha Azevedo, lente de direito.

Manoel Ignacio de Carvalho Mendonça, militar.

Felix Peixoto de Brito e Mello, magistrado.

PROVINCIA DAS ALAGÔAS

+ Manoel Felizardo de Souza e Mello, brigadeiro.

+ João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, magistrado.

José Tavares Bastos, magistrado,

Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão.

Francisco Elias Pereira.

(*) Dissolvida previamente por Decreto do 1º de Maio de 1842, quando se achavão reconhecidos pela camara sómente os deputados de que trata esta relação.

(Do COMPILADOR.)

PROVINCIA DE SERGIPE

.....

PROVINCIA DA BAHIA

Thomaz Xavier Garcia de Almeida, magistrado.

Francisco Ramiro de Assis Coelho, magistrado.

Joaquim Marcellino de Brito, magistrado.

PROVINCIA DO ESPIRITO-SANTO

Ignacio Rodrigues Bermude, padre.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO

+ Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba.

+ Paulino José Soares de Souza, depois visconde de Uruguay.

Manoel José de Souza França, advogado.

+ Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí.

+ Euzebio de Queiroz Coutinho Mattos Camara, magistrado.

+ Visconde de Baependy, depois conde.

José Ignacio Vaz Vieira, magistrado.

+ Joaquim Francisco Vianna, bacharel,

Luiz Antonio Muniz dos Santos Lobo, padre.

PROVINCIA DE MINAS-GERAES

+ Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté.

Antonio da Costa Pinto, magistrado.

Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, magistrado, depois barão de S. João Nepomuceno.

+ José Pedro Dias de Carvalho.

Francisco de Paula Cerqueira Leite, magistrado.

+ José Joaquim Fernandes Torres, lente de direito.

José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, depois barão de Cocães.

João Dias de Quadros Aranha, padre.

+ Theophilo Benedicto Ottoni.

José Antonio Marinho, padre.

Domiciano Leite Ribeiro, bacharel.

+ Manoel Gomes da Fonseca, bacharel.

Bernardino José de Queiroga, bacharel.

Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça.

José Jorge da Silva, bacharel.

Antonio José Ribeiro Bhering, padre.

Camillo Maria Ferreira Armonde, medico, depois conde de Prados.

+ Joaquim Antão Fernandes Leão, bacharel.

+ José Cesario de Miranda Ribeiro, depois visconde de Uberaba.

PROVINCIA DE GOYAZ

D. José de Assis Mascarenhas, magistrado.

Joaquim Vicente de Azevedo, padre.

PROVINCIA DE MATTO-GROSSO

José Joaquim de Carvalho, militar.

PROVINCIA DE S. PAULO

+ Francisco Antonio de Souza Queiroz, coronel.

~~Martin Francisco Ribeiro de Andrada.~~

Francisco Alvares Machado de Vasconcellos medico.

+ Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, magistrado.

Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, padre e lente de direito.

Joaquim Floriano de Toledo, coronel.

Manoel Dias de Toledo, lente de direito.

+ João da Silva Carrão, lente de direito.

PROVINCIA DE SANTA CATHARINA

.....

PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

A provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul não elegeu deputados nesta legislatura.

Observação

Todos os deputados a cujo nome precede o signal + foram posteriormente nomeados senadores do imperio.

1842

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS

Primeira sessão preparatoria em 28 de Abril

SUMMARY. — *Eleição da mesa. Discurso do Sr. Patroni.—Nomeação das comissões de poderes.*

Pelas dez horas da manhã, reunidos quarenta Srs. deputados, o Sr. Dias de Carvalho propõe para presidente o Sr. Martim Francisco, para 1º secretario o Sr. D. José de Assis Mascarenhas, e para 2º o Sr. Marinho.

Esta proposta é approvada por acclamação, e os Srs. nomeados tomão assento em seus respectivos lugares.

O Sr. Patroni:—Ordem, senhores, attenção, silencio! Concedei-me por instantes vossa indulgencia, para que possa eu dizer duas palavras a respeito da acclamação presidencial, porque a quero acabada segundo a ordem, natural, civil e religiosa. A virtude e a belleza da ordem, se me não engano, consistirá sempre em dizer-se, logo ao romper da scena, aquillo e só aquillo que se deva dizer, differindo-se para mais tarde e opportuna occasião aquillo que de presente se deva omittir.

*Ordinis hæc virtus erit et venus aut ago fallor.
Ut jam nunc dicat jam nunc debentia dici
Pleraque differat et presens in tempus omittat.*

Muito folgo de submeter e subordinar meu rude, apoucado engenho ao discernimento grave dos politicos, aos respeitaveis que no parlamento brasileiro preconisarão o brocardico famoso de ser nma poesia a arte social ou a sciencia da legislação, sciencia do governo. Mas que? Será por ventura a poetica o simples geito de rimar palavras e palavrões sem dar nunca real e vero conceito? Ou é antes a mesma philosophia explanada em theoria e pratica pelas artes e sciencias todas?

Deveis, portanto, concluir, senhores, que o

magestoso epiphonema deste heroico momento parlamentar é uma exacta paridade da voz de João que clama no deserto, nutrido só a mel, a gafanhotos, e trajando grosseiras pelles de ruins camelos. E João, sim, João era mais do que um propheta. Entre os filhos das mulheres não houve outro maior do que o Baptista, o qual já vinha predestinado pela natureza para ser o propheta do Altissimo e preparar os caminhos do Senhor.

Em verdade, que não vejo cousa que excite mais o riso e zombaria dos homens, em todos os paizes e tempos, do que encarregar-se qualquer de um peso que lhe não quadra a seus hombros, mettendo louce em scena alheia, e pretendendo ser campeão de uma batalha, sem estar senhor do campo com a precisa intelligencia e conhecimento exacto e profundo das circumstancias todas que por ventura possão occorrer na duração da empreza. *Prophetes qui futura pronuntiat à se primum intellecta.* Propheta é aquelle que primeiro teve e enunciou uma idéa, antes que algum outro o fizesse: assim discorrem os philologos e criticos sobre a etymologia do vocabulo *propheta*, que é grego em sua origem. Eis portanto a acclamação do presidente da camara dos deputados a constituir uma propheta. E é isto uma bagatela para aquelle que se arroga o caracter justo e legal de propheta, sem sentir e conhecer o grande abysmo que os separa a ambos! Para um lado o propheta verdadeiro e santo, o precursor Baptista e o salvador Messias, o Christo e ungido do Senhor, a bemaventurança e descanso eterno do céu, a felicidade geral e a perpetua paz, união e concordia! Para outro lado Satan e o propheta falso, a charlatanaria e a discórdia, a perpetua desgraça, o inferno, a morte!

Não é meu proposito agora, senhores, propôr um libello de reivindicção, para haver a mim os direitos que alguém presuma dever attribuir-me, por ter sido eu o primeiro que no Brazil

propaguei a magestosa idéa da maioridade imperial do Senhor D. Pedro II pelo meu *Correio do Imperador*, cujo numero primeiro, sahio a lume no dia 15 de Novembro de 1836. Nem propheta, e aposto por aquella escriptura, nem doutor e evangelista pela composição da *Biblia do Justo Meio e Algebra Politica*, ou *Cartilha Imperial*; nada disto vereis nunca inculcar-me, para que possa ter lugar o *sic vos non vobis* do mantuano vate.

Outras são as fortunas que me agouro :
Ganhei saudades, adquiri affectos,
Vou fazer destes bens melhor thesouro

porq? minha gloria toda está só no *codigo das recompensas*, e minhas fortunas são honrar sempre alheio merito, sentindo sem esforço o genio, e achando sem difficuldade alguma, que os habitantes da terra da Santa-Cruz, laboriosos e uteis, quer sejam naturaes, quer estrangeiros, são preclaros e excelsos varões todos elles, sabios, justos e prestantes, dignos todos de todas as honras, e mui dignos dos respeitos todos.

Todos nós somos deputados, todos membros da camara deliberante, todos com direito de fallar. Isto é verdade; mas é verdade tambem que não podemos nós todos fallar a um tempo. Em consequencia, é necessario determinar-se precisamente quem é esse deputado que tem o direito exclusivo de ser propheta, isto é, de fallar primeiro, antes de todos outros. ~~afim de saber-se quem é~~ aquelle a quem compete exclusivamente propôr o candidato á presidencia por aclamação; porquanto, esse deputado que na scena apparecer com o character de propheta é obrigado a dar sempre as mais decisivas e exuberantes provas de consciencia recta dos sublimes deveres do seu cargo, mostrando sempre a todos os habitantes da terra da Santa Cruz como elle entende bem e a fundo este preceito de Horacio :

*Sumite materiam vestris, qui scrabitis, et quam
Viribus, et versate diu quid ferre recusent,
Quid valeant humeri. Cui lecta potenter erit res,
Nec facundia deseret hunc ne lucidus ordo.*

Ordem, senhores! fóra de ordem não é possível fazer-se cousa alguma bem feita, segura e perduravel. A desordem é sempre ephemera e transitoria porque a desordem ou anarchia é um estado contra a natureza. E tudo quanto é contra a natureza, vós sabeis muito bem que não dura nem é bom. Ora, a ordem natural exige imperiosamente que se considere como primeiro deputado aquelle que mais votado foi na representação da provincia que é a primeira na ordem natural entre todas as provincias de um mesmo imperio. Mas qual é no Brazil a primeira pro-

vincia pela ordem natural? Os mappas geographicos o determinão, e a nossa constituição politica o marca expressamente no art. 73, conferindo o primado ao Grão-Pará na enumeração ordinal das provincias todas do Brazil.

Assim, pois é a propria mão do Creador que, descrevendo uma linha d'agua mui visivel a dividir o Brazil em duas partes iguaes pelo nome santo do Serafim cicatrizado (Rio de S. Francisco) de bom grado collocou a provincia de Pernambuco no centro e justo meio da terra toda de Santa Cruz, para ser Pernambuco um *simile* perfeito da Ursa menor, fixando o septentrião na estrella polar, emquanto que o cruzeiro, por sua immensa distancia, não póde physicamente centralisar a luz no polo austral.—Este facto immenso não é meu, senhores; pertence todo elle á natureza, á politica, á religião. E do exame severo, aturado e profundo de tal facto, em suas premissas e consequencias, resulta que o character dos brasileiros em geral é formado pela honra e honestidade, por isso mesmo e só porque os pernambucanos são naturalmente honestos e honrados em politica e religião.

Esta caracterisação nominal e expressa, bem longe de offerecer um contraste para os filhos de todas as outras provincias, ao contrario é uma base forte e solida para fixar o character de honra em favor de todos os outros brasileiros, porque eu já fiz ver que a centralisação da luz é que de facto iguala as condições e torna justos os homens, segundo a regra da methodisação dos systemas na *Biblia do Justo Meio*, assim como no symbolo adoptado pela igreja: *Et in hac trinitate nihil prius aut posterius, nihil majus aut minus sed totæ tres personæ coæternæ sibi sunt et coæquales*. Eu não disse que os pernambucanos sejam mais honestos e honrados do que os brasileiros das outras provincias: eu disse e tornarei a dizer que todos os brasileiros em geral são igualmente honestos, igualmente honrados por isso mesmo e só por que, segundo a ordem do systema, as outras provincias apanhão de Pernambuco a virtude da centralisação da luz da sciencia, da moral, do poder, pois essa virtude da centralisação é uma propriedade natural e exclusiva de Pernambuco, por sua posição topographica entre todos os paizes de que é composto o imperio do Brazil, que se chama terra da Santa Cruz. E como Pernambuco é o centro e justo meio da terra toda da Santa Cruz, segue-se que por isso mesmo o christianismo lhe é proprio e natural, porque ahi se acha a força toda da philosophia dos Tupinambás, cabendo-lhe, portanto, o direito exclusivo de fundar o quinto imperio, que consiste precisamente na sciencia exacta do dever, ou, por outra phrase, na *officiosidade*, quinta lei do calculo potencial, com duas affeições reu-

PRIMEIRA SESSÃO PREPARATORIA EM 25 DE ABRIL DE 1842 13

nidas pôr essência e natureza, *honestidade* ou amor do trabalho nas artes, *honra* ou amor da verdade nas sciencias.

E' este, senhores, o direito da natureza, o direito da politica, o direito da religião. Julgo, portanto, não ter ferido o melindre e a susceptibilidade ou amor proprio de quem quer que seja, pois não trato deste negocio por espirito de partido nem por calculo de interesse privado. A prova clara e saliente de minha boa fé e sinceridade é esta: eu sou filho do Pará, e todavia não é minha terra natalicia que eu exalto, mas Pernambuco.

Bem longe de inculcar-me primeiro e unico por saber dizer duas palavras e meia mal alinhavadas, ao contrario meu estudo e empenho é sempre honrar cada um dos outros brasileiros, dando a cada um o lugar que lhes compete pela naturalidade, pois é a naturalidade o espirito da natureza, e a natureza o principio fixo, eterno, invariavel de todo o direito, sciencia, moral, systema e ordem. Ordem, senhores! Eu quero a ordem, sim, só a ordem exacta, verdadeira e scientificamente christã, para ser perpetua e perduravel, e servir de fonte perenne á paz e felicidade eterna dos habitantes todos da terra da Santa Cruz; de maneira que nunca mais possa alguem alterar, mexer e perturbar esta paz, este bem summo, pelo qual suspirão todos os homens, até mesmo os mais perversos e faccinorosos, a não ser algum louco e mentecapto que julgue bom morrer suicidando-se. — Eu quero pois a ordem, a ordem só nada mais, a ordem natural, politica, religiosa: porquanto, a ordem consiste precisamente e só na theoria e pratica do calculo potencial.

Não penseis que me opponha á acclamação já feita do Sr. Martim Francisco, porquanto sou eu o primeiro a honrar os Srs. Andradas, e disso tenho dado bastantes provas, até no meu *Correio do Imperador*, onde me proclamei discipulo da sabedoria do ministerio Andrada, do Sr. Martim no tempo da independencia, quando o Sr. José Bonifacio mandou a carta imperial de dignitario do Cruzeiro a meu patricio paraense o Dr. João Candido em Piahy, sem que este houvesse pedido semelhante mercê: facto este que eu considerei attentamente e me servio de base á confeição do codigo das recompensas.

Mas eu quero ordem: e a ordem natural, politica e religiosa exigia que eu acclamasse para presidente o Sr. Venancio Henriques de Rezende, porque além de muitas outras qualidades pessoas e haver servido de presidente da casa com bastante dignidade tem a seu lado o sacerdocio catholico, que é a ordem das ordens. Está aqui o Sr. Rezende?

ALGUNS SENHORES: — Não está.

O SR. PATRONI: — Pois bem: na falta e

ausencia delle nomearia eu o Sr. barão da Boa-Vista porque tão nobre titulo é a sublime metaphora de toda a ordem brasileira na intelligencia altissima do palacio imperial que serve de residencia ordinaria á pessoa augusta do nosso inviolavel e sagrado monarcha o Senhor D. Pedro II. Mas o Sr. barão da Boa-Vista creio eu que tambem não está aqui.

ALGUNS SENHORES: — Não está.

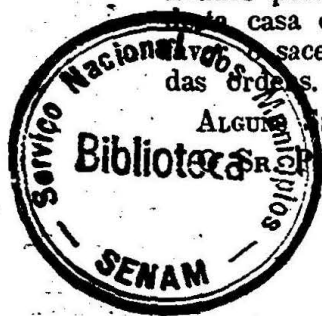
O SR. PATRONI: — Pois quem ha de Pernambuco na casa?

ALGUNS SENHORES: — O Sr. Nunes Machado e o Sr. Maciel Monteiro.

O SR. PATRONI: — O Sr. Nunes Machado parece-me que é juiz de direito; e no poder judiciario eu não comprehende nem ordem nem potencia. Todavia, respeitando muito as qualidades pessoas do Sr. Nunes Machado, como um Pernambuco dos mais illustrados, virtuosos e honrados, não duvidaria propô-lo para presidente, justamente com o Sr. Martim ou Antonio Carlos, para que a camara escolhesse qual quizesse, pois em tal caso, fazendo um hebraismo philosophico de Pernambuco para as outras provincias que lhe ficão ao lado no calculo potencial, eu teria muita complacencia de pôr em pratica uma regra de civilidade que aprendi em pequeno na aula de latim: *Officium adolescentis est majores natu vereri*. Eu creio que S. Ex. o Sr. Antonio Carlos é o mais velho de todos os deputados, e mais velho mesmo que seu nobre irmão o Sr. Martim Francisco, e um dos maiores litteratos que tenho conhecido no mundo. O Sr. Martim é tambem velho e homem eminente em saber. Approvo pois a eleição; mas fallei para que de uma vez se ficasse estabelecendo que tudo se deve fazer em ordem, segundo as successões do systema no calculo potencial, pela ordem natural, politica e religiosa, e não por espirito de partido, pois eu de certo sempre honrei a todos, e como autor do codigo das recompensas, mostro sempre que meu genio é só honrar o merecimento alheio. E eu não queria ser privado da honra de ser eu mesmo que acclamasse assim o nosso excelso presidente, como os muito benemeritos e illustres Srs. secretarios.

O SR. PRESIDENTE convida os Srs. deputados a apresentarem os seus diplomas. Vêm á mesa os diplomas dos seguintes Srs.:

D. José de Assis Mascarenhas, Joaquim Vicente de Azevedo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Manoel Dias de Toledo, Joaquim Floriano de Toledo, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Francisco Alvares Machado de Vasconcellos, Dr. Carrão, Antonio da Costa Pinto, José Antonio Marinho, José Jorge da



Silva, Domiciano Leite Ribeiro, Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, José Pedro Dias de Carvalho, Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça, João Dias Quadros Aranha, Joaquim Antão Fernandes Leão, Antonio José Ribeiro Bering, Francisco de Paula Cerqueira Leite, Dr. Camillo Maria Ferreira, José Cesario de Miranda Ribeiro, Theophilo Benedicto Ottoni, José Marianno de Albuquerque Cavalcanti, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Antonio José Machado, Ignacio Rodrigues Bermude, Francisco Antonio de Souza Queiroz, Antonio Paulino Limpo do Abreu, José Joaquim de Lima e Silva, Euzebio de Queiroz Coutinho, José Ignacio Vaz Vieira, Joaquim José Rodrigues Torres, barão de Caxias, Luiz Antonio Muniz dos Santos Lobo, visconde de Baependy, Bernardino José de Queiroga, Antonio Peregrino Maciel Monteiro, Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão, Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite, Felipe Alberto Patroni, Martim Maciel Parente, Joaquim Ignacio da Costa Miranda, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Francisco de Salles Torres-Homem, Manoel Gomes da Fonseca, Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, Vicente Ferreira de Castro e Silva, Joaquim Francisco Vianna, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, Francisco Elias Pereira, Francisco de Souza Martins, Antonio José Machado, Joaquim Nunes Machado, José Tavares Bastos, Cajueiro, Cansansão, Oliveira, Deocleciano Augusto Cesar do Amaral, Francisco Ramiro de Assis Coêlmo e Joaquim José de Carvalho.

Procede-se á eleição da commissão de poderes para verificar os diplomas dos Srs. deputados, e sahem eleitos per escrutinio os Srs.: Antonio Carlos, com 36 votos; Ottoni, 36; França Leite, 31; Antão, 28; e Souza França, 24.

Segue-se a eleição da commissão para verificar os diplomas dos membros da commissão acima nomeada, e sahem eleitos os Srs.: Dias de Carvalho, com 32 votos; Perdigão, 30; e Floriano de Toledo, 28.

Lê-se um officio do Sr. ministro do imperio, acompanhando as actas geraes das eleições de deputados á presente legislatura.—A' commissão de poderes.

Faz-se menção de uma representação de Francisco Elias Pereira, que é remettida á mesma commissão.

O SR. PRESIDENTE convida os Srs. deputados a reunirem-se no dia seguinte; e levanta a sessão pelas 11 horas e meia do manhã.

Segunda sessão preparatoria em 26 de Abril

PRESIDENCIA DO SR. MARTIM FRANCISCO

SUMMARY.—*Requerimento da commissão de poderes. Discurso do Sr. Patroni.—Adopção do requerimento.*

A's 10 horas e 20 minutos da manhã, o Sr. presidente abre a sessão, e lida a acta da antecedente, é approvada.

O SR. 1º SECRETARIO D. José de Assis Mascarenhas, dá conta do expediente lendo os seguintes officios:

Do Sr. ministro do imperio, remettendo os papeis relativos ás eleições de juizes de paz e vereadores da camara municipal da cidade da Cachoeira, na provincia da Bahia.—A' commissão de poderes.

Do mesmo ministro, enviando a acta geral e as parciaes de todos os collegios eleitoraes desta corte e provincia do Rio de Janeiro, relativas á eleição de um deputado geral para a quinta legislatura, afim de preencher-se o lugar que vagára pela nomeação do deputado eleito o conselheiro Paulino José Soares de Souza, para o cargo de ministro e secretario de estado dos negocios da justiça.—A' mesma commissão.

Lê-se e entra em discussão o seguinte requerimento:

« Por parte da commissão de poderes, requerio que se peção ao governo as actas parciaes dos collegios eleitoraes da provincia do Maranhão, bem como as que existirem na secretaria do imperio sobre as eleições da presente legislatura.

« Paço da camara dos deputados, 26 de Abril de 1842.—J. Antão »

O Sr. Patroni:—Levanto-me para combater as exigencias da commissão, pois me parece que bem póde a camara prescindir de taes formalidades, que só consistem nas palavras da lei, e bem longe estão da verdade natural das cousas. Ora, é verdade que eu sou um novato parlamentar e não entendo de muitos estylos; mas quero que se saiba tambem que eu não estou pelos estylos aqui prescriptos por Satan. Não é preciso dizer que o diabo seja um espectro zumbido de pés de cabra e rabo de macaco (*hilaridade prolongada*), segundo dizem as velhas feitiçeras: mas Satan é uma palavra grega que significa *adversario* ou *inimigo*. E cumpre saber que em todas as nações ha sempre um homem arrojado pela natureza para fazer o papel de Satan com a sua charlatanaria, e elle é sempre o inimigo natural do Christo, e por isso tambem se chama *anti-christo*, que é o mesmo que dizer contrario a Christo. Ora, o Christo do Brazil é só o Sr. D. Pedro II, unica pessoa desti-

nada por Deus para salvar sua patria, e por isso eu tenho feito e farei sempre mil esforços para ver unidos todos os meus patricios ao redor da throno do nosso augusto monarcha, pois do céu abaixo não foi dado aos homens um outro nome pelo qual nós os brasileiros possamos ser salvos. *Nec enim aliud nomen est datum sub cælo hominibus in quo oporteat nos salvos fieri.*

(A rapidez com que o orador falla nos faz perder muitas passagens do seu longo discurso. Não é possível que tachygrapho algum, por mais habil que seja, o acompanhe. Depois de muitas considerações sobre os principios inexactos da politica, o orador toca nos principios da algebra politica e ligação da moral com a physica, e voltando-se para o Sr. presidente, continúa, dizendo:)

E não é esta casa em que estamos a cadêa da cõrte do Rio de Janeiro? Pois como? Nós trabalhamos em uma cadêa a fazer leis? E que leis podem estas ser, sendo feitas em uma casa que até está leprosa? Porque aqui já houve um deputado, o fallecido Cajueiro, que tinha lepra.

O SR. NUNES MACHADO:— O peor é a lepra moral.

O SR. PATRONI:— Sim, lá vou eu já pela algebra politica, pois disse mesmo é que me eu quero livrar a mim, a V. Ex. e a todos os meus patricios em geral, unidos ao redor do throno do nosso augusto imperador, porque ~~quanto elle e só elle foi que nasceu para curar de semelhante enfermidade, que é só propria de Satanaz e dos seus sequazes.~~ E por isso eu ando tão acautelado, que vim muito de proposito procurar esta cadeira onde me acho, á esquerda da sala toda, em ultimo lugar, porque ahi sempre esteve sentado o meu illustre collega academico o Sr. visconde de Abrantes, com o qual me honro de partilhar o genio parlamentar e as inspirações do christianismo, pois é S. Ex. um dos mais sabios, respeitaveis e bons brasileiros, posto que não possa eu chegar-lhe a desatar as corrêas dos sapatos. Mas elle quer a paz e o throno do christo brasileiro; tambem eu, e o fóra disto não posso admitir, nem elle tambem, que o anti-christo pretenda deslocar o imperador com suas doutrinas falsas e proprias só daquella immensa charlatanaria que constitue por natureza a essencia de Satan. Senhores, governar o Brazil e fazer leis, com a cabeça na Turquia, Inglaterra, Portugal e França, é uma loucura grande; é preciso estudar a patria pela patria mesma. Olhai, se o governo dissolvesse a assemblêa, nesse mesmo instante eu ia fretar minha passagem para Europa, deixando para sempre o Brazil, porque lá da Europa eu prophetisaria, e tinha de mandar dizer o que seria o futuro proximo. As trapaças são feitas por ambos

os partidos, porque entre nós tudo é trapaça. As nossas leis são tão mal feitas e inuteis que não servem para cozinhar um prato de feijões. E, todavia eu não crimino uma só pessoa, nem digo que taes e taes errarão, mas só peço que se unão commigo na politica do Evangelho, porque fóra da palavra de Christo, não ha salvação. *Ergo fides ex auditu, auditus autem per verbum Christi.* A fé vem do ouvido, e o ouvido só pela palavra de Christo. E deveis saber que eu estou tão certo e senhor desta doutrina, que se o christo brasileiro o Sr. D. Pedro II (e não Satanaz ou assecla algum do demonio) aqui viesse dizer-me: —*Saia daqui para fóra e fiquem os outros deputados somente,*— eu não hesitaria um momento, e muito alegre me passava logo á Europa. Senhores, isto de fallar e escrever palavras em diplomas ou leis, ou decretos e portarias, não é nisso que está a verdade e a graça de Christo, pois a lei quem a deu foi Moysés. Todos fallão, as mulheres fallão, os meninos fallão, os escravos fallão, os pagaios tambem fallão (*risadas*), e todavia Christo diz que se não falle muito, nem pedindo, nem mandando. *Orantes nolite multum loqui.... Sit sermo vester.*—*Est, est, non, non.*

(O orador continúa fazendo ainda muitas outras considerações sobre a politica em geral, apresenta factos nascidos só da inexactidão da sciencia; mas falla sempre com tanta rapidez que só nos é possível apanhar os seguintes trechos.)

A politica do christianismo, o Divino Mestre a formulou em um brevissimo compendio:—

Pater noster qui es in cælis, dimitte nobis debita nostra sicut et nos dimittimus debitoribus nostris. (*Risadas*.) Olhai, senhores, que para este ponto é que eu chamo vossas atenções. Perdoai-vos uns aos outros vossos erros, e não—vos accuseis; mas quando houverdes de lançar um erro em rosto a alguém, fazei-o a mim; eu quero de bom grado carregar com as iniquidades todas dos filhos da terra de Santa Cruz, porque meu empenho é só que haja união no throno e na voz do nosso augusto imperador o Sr. D. Pedro II, pois de facto eu nasci para honrar meus patricios todos sem excepção de um só, e por isso eu nunca fiz guerra a ninguém por causa de empregos, nem por querer ser deputado, antes tenho sido excluido sempre pelos partidos todos, quer do governo, quer da opposição. Mas eu nasci para unir meus patricios á roda do throno imparcial, pelo justo meio da politica moderada. Assim, prescindindo inteiramente dessas epicheias politicas e vou á verdade natural das cousas. Desejo por conseguinte que a camara tome conhecimento da eleição maranhense, visto que os deputados daquella provincia apresentam seus

diplomas, e eu não posso conceber que um brasileiro tão illustre e honrado como é o Sr. barão de Caxias, filho de um brasileiro tão digno e membro de uma das primeiras famílias do Brazil, fosse capaz de forçar um diploma falso. Pois se os diplomas são verdadeiros e feitos á vista das actas, tenho para mim que o mais é gastar tempo em examinar palavras que cada um póde escrever como quizer.

Agora mesmo ha um facto muito legal que vos trago para prova da verdade com que fallo. Vêde que na sessão transcripta no *Journal do Commercio* de hoje está o meu nome dividido com um ponto final em *Patroni*, e depois Martim Maciel Parente, a figurar duas pessoas. Ora, não ha cousa mais simples do que apparecer um equivoco ou erro de typographia. Muito bem; pois agora ponde este facto no Pará a vereis alli gente de figura e poder a fazer todos os esforços para me excluir da lista dos deputados no acto da apuração tomando por pretexto serem os votos dados a duas pessoas diversas, una Filippe Alberto Patroni, e outra Filippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. (*Risadas.*) E tanto isto, já se sabe, fallando-se em nome da lei e da justiça, e da boa fé, quando eu e muita gente boa sabia muito bem que tudo aquillo se fazia tão sómente para me excluir a mim da representação nacional. Entretanto, bem longe de ficar mal com essa gente, sou eu o primeiro a honral-os, porque na politica eu não tenho inimigos alguns absolutamente, e o meu estudo e empenho é só honrar a todos os filhos da terra da Santa Cruz e chamal-os á ordem, á paz, á concordia, á união, ao redor do throno do Sr. D. Pedro II, para que todos sejam felizes; porque, mesmo pelo que toca ao *mamaverunt totum toucinum* (*risadas*), tenho bastante panno para mangas, e lá está o meu projecto da divisão do Brazil em 52 provincias, e censoratos e dioceses que de um jacto accomoda e arranja bastante gente.

(Aqui passa o orador a desenvolver a politica do Evangelho em referencia aos factos da politica do Brazil durante a minoridade, e falla na Ode Macarronica; mas sempre com velocidade tal, que é absolutamente impossivel acompanhá-lo.)

Depois de breves reflexões dos Srs. Souza Martins e presidente, julga-se discutido o requerimento, e posto a votos, é aprovado.

São remettidos á commissão de poderes os diplomas dos Srs. Fernandes Torres e Souza França.

Levanta-se a sessão pela meia hora depois do meio dia.

Terceira sessão preparatoria em 27 de Abril

PRESIDENCIA DO SR. MARTIM FRANCISCO

A's 10 horas e 1/4 da manhã o Sr. presidente declara aberta a sessão, e lida a acta da antecedente, é approvada.

O Sr. 1º SECRETARIO D. José de Assis Mascarenhas dá conta do expediente, lendo um officio do Sr. ministro do imperio em que participa que, tendo recebido hontem (26) pelas 6 horas da tarde, a inclusa acta da apuração final de votos para deputados á assembléa geral pela provincia do Maranhão, na legislatura que vai começar, se apressa em transmittil-a a esta camara, cumprindo-lhe accrescentar que nenhuma mais existe na secretaria de estado pertencente áquella ou a outra qualquer provincia do imperio.

—A' commissão de poderes.

Remette-se á mesma commissão o diploma do Sr. deputado José Feliciano Pinto Coelho da Cunha.

A's 11 horas da manhã o Sr. presidente suspende a sessão até que a commissão de poderes apresente o parecer.

A 1 hora da tarde continúa a sessão, e o Sr. 1º secretario lê o seguinte parecer:

« A commissão encarregada de examinar os diplomas dos Srs. deputados que os apresentarão á casa, vem offerecer a esta camara os resultados dos seus trabalhos na ordem seguinte:

PROVINCIA DO GRÃO PARÁ

« Pela provincia do Pará foi presente á commissão o diploma do Sr. deputado Filippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, e pelo exame a que procedeu nas actas geral e parciaes, é de parecer que as eleições forão nesta provincia feitas com todas as solemnidades prescriptas pela lei, e que portanto se acha verificado o dito diploma e o Sr. deputado com poderes legalmente conferidos. Não póde obstar a este juizo da commissão a falta do collegio de Tessi, onde não se procedeu á eleição dentro do tempo determinado, e o não haver a mesa parochial da villa de Luzia querido admittir a votar os soldados alli existentes por conhecer que elles erão forçados por seus commandantes a votar em certas e determinadas pessoas, com ameaças de castigos graves; porquanto, devendo a eleição ser feita a um só tempo em toda a provincia, não era permittido ao collegio de Tessi fazel-a posteriormente, e nem isso mesmo consta que fizesse; e quanto á exclusão dos soldados para não tomarem parte na votação de Luzia, é manifesto que procedeu como lhe cumpria a

TERCEIRA SESSÃO PREPARATORIA EM 27 DE ABRIL DE 1842 17

mesa quando não os admittio a votar, á vista da coacção em que os suppunha.

PROVINCIA DO MARANHÃO

« Das eleições desta provincia não póde a commissão tomar conhecimento; porque, não existindo della na casa senão uma unica acta parcial, a do collegio de S. José de Guimarães, não podia a commissão fazer a verificação da acta geral e parciaes com o diploma apresentado pelo Sr. barão de Caxias, tanto mais quanto do referido diploma consta ter sido a eleição feita com quatro mil e tantos eleitores, e por isso reservou-se a commissão para dar o seu parecer quando lhe fôrem presentes as actas geral e parciaes desta provincia.

PROVINCIA DO CEARÁ

« As eleições desta provincia dão um dobrado numero de deputados; porquanto, tendo havido uma apuração geral, não incluído o collegio de S. Matheus ou Saboeiro, forão apurados com maioria de votos oito deputados por aquella provincia, representando então a camara municipal da capital ao governo dando como motivo de não ter apurado aquelle collegio de S. Matheus ou Saboeiro, primeiramente as participações que recebeu do juiz de paz e camara municipal daquella villa de não ter alli feito a eleição para deputados, apesar de se ter feito para eleitores, com muitas irregularidades; em segundo lugar o não ter a referida acta apparecido em tempo competente, e só depois de se terem recebido aquellas participações, e finalmente porque a acta que appareceu não era do collegio de S. Matheus, mas da povoação do Saboeiro, que por nenhuma ordem legitima tinha sido designada para reunião de collegio eleitoral; accrescendo a isto o grande numero de eleitores que apparecem no referido collegio, quando pelas eleições primarias erão apenas trezentos e cincoenta eleitores, segundo o edital dos parochos, afixados nas portas das igrejas de S. Matheus e Telha, e mesmo a eleição parochial, que se tinha feito foi ao depois obrigada a fazer uma nova com uma maioria extraordinaria de votos, ainda mesmo que não fossem notados nos outros collegios da provincia.

« A commissão não entra no exame das razões e motivos que teve o governo para mandar fazer essa nova apuração a instancias do seu delegado, presidente daquella provincia, mas ella não póde deixar de propôr á consideração desta camara que aquelle collegio do Saboeiro é de pleno direito, não só nullo pelas razões expostas pela camara municipal da capital na sua representação ao governo datada de 16 de Abril de 1841, como porque, sendo certo que sa freguezias de S. Matheus e Telha, de que se

compunha aquelle collegio, tinham pelas eleições parochiaes eleito sómente trezentos e cincoenta eleitores, não podia o collegio compôr-se de mil e cem eleitores, como consta da respectiva acta, vindo por isso oitocentos eleitores a não serem a obra das eleições parochias, como exige a lei, mas a obra da simulação e do engano que de nenhuma maneira póde e deve merecer a approvação desta camara. Demais, comparado mesmo o numero de eleitores resultados das eleições parochiaes com o numero de eleitores que estas mesmas freguezias derão para a eleição dos deputados á legislatura de 1838, vê o exorbitante excesso de população no curto espaço de quatro annos, em lugares muito centraes, onde a emigração ou é nenhuma, ou imperceptivel para dar um crescimento á população de cento por cento; e por isso, tendo aquelle collegio de S. Matheus dado em 1836 o numero de sessenta e dous eleitores, como consta da respectiva acta naquelle tempo, não é possivel que em 1841 pudessem dar trezentos e cincoenta, e muito menos mil e cem, como apparecem nesse illegal collegio.

« Emquanto aos outros collegios da provincia, não pareceu á commissão que as irregularidades em algumas mesas parochiaes commettidas pudessem influir sobre a validade das eleições; porque nenhuma das que apparecem são de natureza essencial ás formalidades legais da mesma eleição, sendo muitas destituidas de prova, e fundadas em mesas representações de pessoas illudidas em suas esperanças.

« E portanto o parecer da commissão que seja approvada a primeira apuração feita pela camara municipal da capital respeito aos dezesete collegios eleitoraes da mesma provincia, e tomem assento os Srs.: Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Vicente Ferreira de Castro Silva, Dr. Francisco de Salles Torres-Homem, José Marianno de Albuquerque Cávalcanti, Joaquim Ignacio da Costa Miranda, Alexandre Maria de Mariz Sarmento, cujos diplomas a commissão achou conformes com as actas geral e parciaes.

PROVINCIA DO PIACHY

« Forão presentes á commissão os diplomas dos Srs. José Joaquim de Lima e Silva e Francisco de Souza Martins: estão conformes com a acta geral, e esta com as parciaes, e nenhuma reclamação apparece contra a regularidade e ordem da eleição desta provincia, cuja approvação propõe a commissão.

PROVINCIA DA PARAHYBA

« Pela provincia da Parahyba forão presentes os diplomas dos Srs. deputados Joaquim José de Oliveira e Dr. Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite, e do exame feito na acta geral e parciaes, comquanto algumas irregulari-

18 TERCEIRA SESSÃO PREPARATORIA EM 27 DE ABRIL DE 1842

dades se notem em varias assembléas parochiaes, comtudo não influem na validade da eleição geral da provincia, e portanto devem tomar assento os mencionados Srs. deputados.

PROVINCIA DE PERNAMBUCO

« As eleições desta provincia foram feitas com algumas irregularidades, mas todás ellas de natureza que não podem influir na validade, e por isso a comissão é de parecer que ellas sejam approvadas, com a excepção unicamente do collegio do Bonito, o qual julga illegal; porquanto, contando o collegio o numero de cento e dez eleitores, e contando-se as cédulas recebidas, acharão-se corresponder ao numero de eleitores, mas na apuração apparecerão duzentos e oito votos de mais, pelo que, havendo grande alteração, a maioria do collegio se retirou sem assignar a acta, depois de ter protestado uma parte contra a outra, a qual também em parte contra-protestou.

« A camara da capital não quiz incluir este collegio na apuração que fez, e representou: a comissão á vista do exposto é de parecer que se annulle o referido collegio, procedendo-se, a respeito das freguezias de que elle se compõe, o mesmo que se procedeu a respeito dos collegios da Campina Grande, Pombal e Piancó, da provincia da Parahyba do Norte, em 1838, e que a comissão indica a respeito do de S. Matheus ou Saboeiro, na provincia do Ceará; e que por isso tomem assento os Srs. Joaquim Nunes Machado e Antonio Peregrino Maciel Monteiro, cujos diplomas acha a comissão conformes com as actas.

PROVINCIA DAS ALAGÔAS

« Confrontou a comissão os diplomas apresentados pelos cidadãos Manoel Felisardo de Souza e Mello, Dr. João Lins Vieira Cansansão do Sinimbu, José Tavares Bastos, Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão e Ignacio de Barros Vieira Cajueiro, com a acta geral e esta com as parciaes, e achou que os resultados numericos combinavão entre si. Sendo porém presente á comissão uma representação do cidadão Francisco Elias Pereira, em que denuncia a esta camara haver sido defraudado em favor de Ignacio de Barros Vieira Cajueiro do lugar de 5º deputado por um torpissimo artificio, teve a comissão de apreciar o grão de veracidade desta representação, cujas circumstancias passa a expôr, bem como o seu parecer.

« Queixa-se Francisco Elias Pereira de que, havendo obtido 331 votos na eleição geral, vinha a ser o 5º deputado pela provincia e 1º supplente Ignacio de Barros Vieira Cajueiro com 326 votos; mas por uma criminosa falsificação adulterou-se a acta do collegio da Matta-Grande, dando a acta falsificada 30 votos

a Cajueiro, quando este só havia alli obtido 20, e subtrahindo-se o accrescimento de 10 votos da votação de outro candidato, cuja eleição estava fóra de duvida pelo considerado numero de votos que havia obtido em outros collegios, e que foi em consequencia da apuração feita com esta acta falsificada que se enviou diploma de 5º deputado a Cajueiro, que figura numericamente com 336 votos em lugar de 326, que sómente obtivera passando o queixoso a occupar o lugar de 1º supplente em vez do de 5º deputado, a que tinha direito, segundo a genuina expressão dos votos da provincia.

« Queixa-se mais o mencionado reclamante Francisco Elias Pereira que, havendo-se divulgado na provincia a fraude da acta do collegio da Matta-Grande, e julgando-se inevitavel sua repressão, se lançára mão de outro recurso que vem a ser a annullação do collegio da Atalaia, para o que fóra procurado um discontente, que denunciou ao presidente da provincia fraudes havidas naquelle collegio, como vai a comissão informar. — Joaquim José de Lima Rocha denunciou ao presidente da provincia, em officio de 12 de Outubro de 1840, que, tendo sido unanimemente nomeado presidente daquelle collegio, e estando no exercicio dessas funcções, correu o boato de que as cédulas da votação, tanto geral como provincial, havião sido adulteradas na noite de 10 para 11, e que, verificando o denunciante ser isto exacto pela inspecção occular no acto da apuração, recusára assignar a acta, e se retirára, sem todavia dar a entender o motivo, temendo por sua segurança pessoal. Occupar-se-ha a comissão em dizer sua opinião successivamente sobre as duas accusações que acaba de expôr.

« A falsificação denunciada da acta do collegio da Matta-Grande adquirio para a comissão o character de evidencia á simples leitura dos documentos que acompanhão a queixa, dos quaes dá a comissão resumido extracto para conhecimento da casa e justificação de seu parecer.

Documentos

« Attestado da camara municipal da Matta-Grande de não existir no seu archivo a acta original, acompanhado da declaração que faz o secretario de haver queimado a acta original depois de havel-a copiado no livro do registro de semelhantes.

« Representação da mesma municipalidade, denunciando ao governo provincial a falsificação commettida.

« Attestado dos membros da mesa do collegio eleitoral, affirmando que Cajueiro só obtivera 20 e não 30 votos naquelle collegio.

« Justificação do expellido, feita perante o juizo municipal com audiencia do pro-

TERCEIRA SESSÃO PREPARATORIA EM 27 DE ABRIL DE 1842 19

motor publico, sendo testemunhas os proprios eleitores.

« Certidão authentica da acta original, onde Cajueiro era contemplado com 20 votos passada por um secretario do collegio eleitoral, em virtude de despacho da mesa, em acto successivo ao da apuração, e a requerimento de terceiro. Ora, em vista da concludente demonstração que de taes documentos se deduz, não hesita a commissão em propôr a esta camara a correcção da apuração, contando-se sómente 20, e não 31 votos, para Cajueiro, no collegio da Matta-Grande.

« Tão faceis não forão as indagações relativas á denuncia do presidente do collegio da Atalaia, mas suppõe a commissão que achou a incognita do problema, e passa a fazer o seu relatório a respeito, havendo tomado em consideração sobre este objecto, não só os documentos que acompanhão a queixa de Francisco Elias Pereira, como outros remettidos pelo governo e apresentados á commissão pelo candidato que trouxe á camara o diploma de 5º deputado.

« Observou a commissão que, assim como o secretario da camara da villa da Matta-Grande não tinha mais no archivo a acta original daquelle collegio (por havel-a queimado) assim tambem o secretario da camara da Atalaia não achou no archivo o respectivo livro das actas, e na certidão ou attestado em que certifica esta falta tem a semceremonia de attribuir, sem motivo algum valioso e fundamentado, o roubo do livro aos membros da mesa do collegio. Na ausencia do livro do registro, nenhum peso dá a commissão á asserção que faz este secretario de não haver conferido a acta, onde aliás estava o seu nome.

« Observou a commissão que, sendo os termos da denuncia os mencionados acima, e sendo chamado (aliás contra todo o direito) o denunciante a juramento, na inquirição judicial mandada fazer no districto da Capella pelo presidente da provincia, diversifica o seu juramento da denuncia que deu, e mesmo a contradiz, porquanto, jura o denunciante que sabia do facto, porque um dos cumplices lh'o havia communicado, quando na denuncia falla em méros boatos. Na denuncia diz que, verificado o boato, se retirou silencioso, por estar só e achar que sua vida corria perigo, e no seu officio de 17 de Outubro do mesmo anno de 1840, ainda explica mais os motivos de seus temores, pintando os accusados de falsificadores, como homens facinorosos, escoltados sempre por desertores e assassinos, armados de punhaes; mas no juramento o mesmo denunciante declara que interrogou esses potentados facinorosos no mesmo dia da apuração sobre o seu crime, assegura que todos lh'o confessarão e lhe derão satisfações; mal

póde a commissão ajuizar quando deve acreditar o denunciante, se quando denunciou ou quando jurou.

« Observou mais a commissão que, tendo Francisco Ignacio Corrêa, com outros eleitores da Atalaia, assignado, em 25 de Outubro, uma representação em que declara os signatarios terem recusado assignar a acta por terem conhecimento das falsificações mencionadas na denuncia, a 4 de Novembro seguinte, esquecido da declaração que assignára, ou talvez não tendo conhecimento della, jurou como testemunha, na inquirição judicial, que não havia comparecido no collegio por doente, e mandado sua cedula; que nada sabia de falsificações senão o que ouvira ao denunciante. Porém tambem esqueceu-se Francisco Ignacio do seu juramento de 4 de Novembro de 1840, e em 24 de Março de 1842 de novo declara não ter querido assignar a acta com outros eleitores por ter conhecimento do que se denunciou.

« Observou mais a commissão que Joaquim Vieira de Araujo, assignado como eleitor em ambas as representações mencionadas, faz uma declaração de haver prestado sua assignatura por suggestões de outrem, e que nem é eleitor da Atalaia, nem se achava no lugar quando se procedeu á eleição.

« Examinou tambem a commissão as cedula, que se dizem adulteradas, que forão apresentadas á commissão pelo apresentante do diploma do 5º deputado das Alagoas, e, apesar de que podia e talvez mesmo devesse recusar-se a esse exame, por terem sido essas cedula, se são as mesmas de que se fez apuração, havidas pelo annunciante por meios clandestinos e distrahidas do destino que o legislador lhes deu, ordenando sua queima, todavia, se a camara o entender conveniente, a commissão, na discussão deste parecer, dirá o que entende a respeito.

« Teve tambem muito peso, na opinião da commissão, o juizo emittido sobre esta questão pelo presidente da provincia, que tem assento na casa. Havia o denunciante procurado interessar na denuncia o amor proprio de S. Ex., inculcando que muitos eleitores protestavão haver nelle votado, entretanto que o seu nome só apparecia com sete votos. Desprezando a lisonja, o presidente informa francamente ao ministerio que, em sua consciencia, entende não haver prova plena contra a mesa da Atalaia.

« Em taes circumstancias, entendendo a commissão não se dever attender a uma denuncia assim destituida de fundamento, julgou dever-se desprezar a mesma denuncia, e corrigindo, pelas razões expostas, a apuração da camara municipal no que toca ao collegio da Matta-Grande, é de parecer:

« 1.º Que sejam declarados deputados pela pro-

provincia das Alagoas os Srs.: Manoel Felizardo de Souza Mello, José Tavares Bastos, João Lins Vieira Cansansão do Sinimbu e Floriano Vieira Delgado Perdigão.

« 2.º Que, regeitado o diploma apresentado pelo cidadão Ignacio de Barros Vieira Cajuero, seja declarado deputado em 5º lugar pelas Alagoas, o Sr. Francisco Elias Pereira e que seja convidado a tomar assento.

PROVINCIA DA BAHIA

« Nesta provincia as eleições foram feitas com regularidade, á excepção do acontecimento que teve lugar na villa de Iguape, e que deu lugar a que o collegio da Cachoeira, mandando tomar separadamente os votos dos eleitores, daquella freguezia, submettesse a questão á decisão do poder competente, que sem duvida, a respeito dos deputados geraes, é esta camara; a commissão passa pois a expôr a questão e a dar sobre ella o seu parecer.

« No dia aprazado para as eleições desta provincia apresentou-se o juiz de paz de Iguape, o coronel Manoel Ignacio de Lima, na matriz, para proceder á eleição; neste tempo appareceu o commandante superior da guarda nacional daquelle districto, o brigadeiro Rodrigo Antonio Falcão Brandão, com uma força composta de gente armada, tanto da freguezia como de fóra; o terror e desconfiança começou a apparecer no povo pacifico que tinha concorrido á eleição, tanto mais quanto aquella gente do referido brigadeiro insultava e ameaçava aquelles com os quaes não sympathisava; pelo que o juiz de paz requisitou do mesmo brigadeiro o destroçar a sua força e responsabilisá-lo pela tranquillidade; mas, bem longe de ter uma resposta ao seu officio, vio ser insultado o seu inspector de quartelão. A irritação e temor crescêrão, e vendo o juiz de paz que lhe não era possível fazer a eleição com liberdade, e segurança que era necessaria, retirou-se com o povo, e fez, em uma capella retirada da matriz, a eleição, acompanhado de um sacerdote.

« O vigario, porém, unido ao mesmo brigadeiro, e com aquella gente que o acompanhou, fizeram na matriz outra eleição, vindo a sahir um dobrado numero de eleições daquella freguezia. Estes cleitores assim eleitos se apresentarão no collegio da Cachoeira para votarem, e o collegio resolveu que suas cédulas fossem postas em urnas separadas, e distinctamente fossem apuradas, para que o poder competente decidisse qual dessas eleições era a regular.

« A commissão, tendo presente, não só a acta do collegio, como também alguns documentos, entre os quaes uma carta do referido brigadeiro a seu sobrinho, protestando não perturbar a ordem, pois tinha nisso concordado com

os que sympathisavão com a sua chapa, sem todavia dissolver a força; outro do vigario da freguezia vizinha, declarando que muitos dos que acompanháráo o referido brigadeiro erão da sua freguezia; uma justificação que prova os factos; uma resolução da assembléa provincial, mandando contar os votos dos eleitores daquella freguezia, eleitos com a presidencia do juiz de paz, e considerando que a ninguem é lícito perturbar a ordem publica, e tirar disso um proveito qualquer, e que só aquelles que por seu procedimento irregular devem ser punidos, é de parecer, 1º, que, approvando esta camara a eleição desta provincia, fique approvada a eleição da freguezia de Iguape, feita com a presidencia do seu juiz de paz, feita a apuração delles a favor daquelles que os obtiverão; 2º, que tomem assento os Srs. Thomaz Xavier Garcia de Almeida, Francisco Ramiro de Assis Coelho e desembargador Joaquim Marcellino de Brito, que vem a ser, na ordem da votação, incluídos os votos dos eleitores de Iguape, o ultimo deputado por esta provincia, passando para primeiro supplente o Sr. Gonçalves Martins.

PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO

« Não apparecem reclamações algumas contra a eleição desta provincia: o diploma apresentado está conforme com a acta geral e esta com as parciaes; é pois o parecer da commissão que seja reconhecido deputado o Sr. Ignacio Rodrigues Bermudez.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO

« Em circumstancias identicas acha-se a eleição desta provincia, e é o parecer da commissão que sejam reconhecidos deputados os Srs. Joaquim Francisco Vianna, Euzebio de Queiroz Coutinho Matoso da Camara, J. Ignacio Vaz Vieira, Joaquim José Rodrigues Torres, Luiz Antonio Muniz dos Santos Lobo, visconde de Baependy e Diocleciano Augusto Cesar do Amaral.

PROVINCIA DE S. PAULO

« A commissão examinou os diplomas dos Srs. deputados Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Francisco Alves Machado, Joaquim Floriano de Toledo, Manoel Dias de Toledo, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, João da Silva Carrão e Francisco Antonio de Souza Queiroz: achou-os conformes a acta geral e esta ás particulares dos 27 collegios de que consta a provincia; e vio outrosim terem-se nos ditos collegios observado as leis e instrucções; á excepção somente dos collegios de Mogy-Mirim, de Ubatuba e da mesma parochial da freguezia do Amparo, onde se praticáráo algumas irregularidades que, não sendo essenciaes, não implicão nullidade nas

TERCEIRA SESSÃO PREPARATORIA EM 27 DE ABRIL DE 1842

21

ditas eleições; e ainda quando se annullassem as ditas eleições nada influirão na eleição dos deputados geraes, por ser o primeiro supplente o Dr. Carlos Carneiro de Campos, inferior em cento e noventa e um votos ao menos votado o Sr. João da Silva Carrão. E' pois a commissão de parecer que se approvem as ditas eleições e sejam reconhecidos deputados pelas ditas provincias os deputados acima nomeados.

PROVINCIA DE MINAS GERAES

« Examinou a commissão as actas e mais papeis relativos á eleição desta provincia, e observou a maior regularidade e boa ordem no processo eleitoral de uma consideravel maioria dos collegios e freguezias, porquanto, reunindo-se alli para a eleição da presente legislatura, em 47 collegios eleitoraes, o numero de 1,619 eleitores, nomeados por 170 freguezias na quasi totalidade destes circulos apezar das animosidades, a que os partidos têm sido ultimamente levados, é relativamente mui limitado o numero das freguezias onde, ou não se realisou a eleição, ou se denuncião vicios nas que se realisarão. Passa a commissão a dar conta das queixas que lhe forão apresentadas e das observações que fez a respeito, servindo esta exposição de base ás conclusões que tem de submeter á consideração da camara.

« Não tomarão parte na eleição as freguezias da Diamantina, Tamanduá, Campanha, Curymatahy e Pouso Alto, e são accusadas de alguns vicios e irregularidades as eleições parciaes da cidade do Serro, Baependy, S. Caetano, Santa Rita, Carmo, Ponte Nova. Deixa a commissão de entrar na analyse das differentes causas que obstarão á realisção da eleição nas parochias da Diamantina, Tamanduá, Campanha e Pouso Alto, para simplesmente observar que, ainda no caso de realisarem-se estas eleições, qualquer que fosse o sentido em que fossem feitas em nada poderiam alterar o resultado geral da votação; porquanto, o numero total dos eleitores que as representão montão a 60, pouco mais ou menos, e a grande maioria dos deputados eleitos tem de differença sobre o supplente mais votado de 281 a 611 votos; os 4 ultimos a differença de 67 a 254 votos.

« A mesma consideração prevalece ácerca de 7 eleitores da freguezia de Curymatahy, que, segundo a propria queixa que fazem, não forão admittidos a votos no collegio da Diamantina, por estar o seu diploma simplesmente assignado pelo secretario da mesa parochial, sem as outras formalidades que requer a lei.

« As irregularidades denunciadas nas eleições das freguezias de Santa Rita, Serro, Bae-

pendy, S. Caetano, Carmo e Ponte-Nova, vai a commissão expôr succintamente, pondo de parte a alluviação de banalidades de que abundão, e que são um desafogo tomado de ordinario pelos vencidos na liça eleitoral. A queixa relativa á freguezia de Santa Rita municipio do Presidio, consiste n'um assignado de varios individuos da freguezia e n'um officio do juiz de paz do districto do Barroso, em que invecivão a mesa eleitoral por ter rasgado muitas listas, e não ter apresentado em resultado a expressão da verdadeira maioria; mas taes asserções, além de vagas, não são comprovadas por documento algum, e não passam de amargas queixas e desabafos. Acresce tambem a queixa do juiz de paz do Barroso, a quem a mesa julgou incurso no perdimento do voto activo, e este facto se demonstra com um attestado de um eleitor que vira a acta em que tal perdimento foi mencionado; mas, não tendo sido presentes á commissão os motivos que teve a mesa para tomar aquella providencia, nada tem a propôr a respeito.

« Nas mesmas circumstancias da não comprovada queixa dos assignados da freguezia de Santa Rita estão duas outras, do Carmo e Ponte-Nova. São palavrosos protestos de que os queixosos constituíam maioria, e que a minoria triumphára por meios menos decorosos, sem comtudo comprovarem suas asserções.

« Nas freguezias do Serro e de Baependy, conforme a exposição que dirigirão a esta camara os membros da mesa eleitoral que se retirarão della, a mesa se organisou regularmente, isto é, com acquiescencia de ambos os partidos; mas, progredindo nos seus trabalhos, e desagradando a um delles o resultado que ia apresentando a apuração das listas recebidas, retirarão-se da mesa os membros que pertencião a esse lado, e são estes os que dirigem á camara protestos contra as eleições respectivas; não se faz cargo a commissão de expôr á camara muitas accusações e desabafos que avultão em taes representações, por não virem acompanhados de provas algumas, e acharem-se nas circumstancias de méras asserções dos queixosos; limitar-se-ha a notar que um dos cavallos de batalha em que mais se firmão as reclamações, tanto destas como de outras freguezias, cifra-se no voto duplo do juiz de paz presidente quando havia empate nas decisões da mesa, voto que aliás se arrogarão em virtude do aviso do governo em que assim erão entendidas as instrucções de 26 de Março de 1824, e que á commissão não parecem des-tituídos de fundamentos solidos e juridicos. Outro ponto cardinal dar representações contra estas eleições consiste em se haverem substituído os dous parochos que se ausentarão

22 TERCEIRA SESSÃO PREPARATORIA EM 27 DE ABRIL DE 1842

da mesa, n'uma e n'outra freguezia, por outros sacerdotes; mas nota a commissão que os parochos só parecem indispensaveis para formação das mesas que devem ser propostas com accôrdo seu, e havendo ambos os parochos das referidas freguezias, segundo a sua propria confissão, accordado na formação das mesas, e havendo coadjuvado seus trabalhos por varios dias successivos, acha a commissão cousa de pequena importancia a sua retirada, aliás injustificavel e criminosa. Accresce mais que em uma das freguezias apparece a asserção de ser o substituto convidado pelo juiz de paz um sacerdote autorizado pelo mesmo parochos para funcionar na respectiva matriz em todos os actos parochiaes: e que, sendo os collegios eleitoraes competentes para verificação dos diplomas dos eleitores, e suscitando-se discussão ácerca da validade dos da outra freguezia, o collegio, depois das mais judiciosas observações, resolveu approvar aquelles diplomas, como por direito o devia fazer; foi em consequencia de todo o exposto que a commissão pôz de parte as queixas e denuncias sobre as eleições das freguezias de Baependy e do Serro. Os precedentes da casa vão de accôrdo com esta opinião da commissão; pois, além de outros casos, ainda na legislatura preterita, havendo-se retirado da mesa o parochos da freguezia do Traipú, na ~~provincia das Alagoas~~, antes de terminada a eleição, foi esta todavia approvada, apesar de que a votação do respectivo collegio alterava a eleição da provincia.

« A irregularidade que se pretendeu irrogar á eleição da freguezia de S. Caetano tem um ponto de semelhança com as precedentes. Aqui tambem recusou o parochos tomar parte na eleição, e officiado pelo juiz de paz para designar quem o substituísse, retorquiu que dava autorisação a qualquer sacerdote que apparecesse, e não apparecendo outro, chamou o juiz de paz o subdiacono Antonio Silverio de Mello, para servir em virtude daquella autorisação do parochos. Accresceu nesta parochia outra circumstancia de maior momento, e foi que, presidindo a eleição um individuo pronunciado, e que, no entender do governo e da camara municipal respectiva, não era o juiz do anno, o presidente da provincia ordenou que o legitimo juiz fizesse a eleição tres dias depois, para o collegio eleitoral decidir da sua validade, e forão os diplomas de eleitores feitos nesta segunda eleição, os approvados pelo collegio da cidade de Marianna: a commissão, á vista disto, dá o seu assenso ao voto do collegio, sobretudo, porque as irregularidades desta eleição não podem prejudicar a geral da provincia, sendo apenas cinco os eleitores da parochia.

« Estas accusações já mencionadas são repetidas em eloquentes e redondos periodos

de uma representação da assembléa provincial que, depois de echoar as queixas referidas, accrescenta muito bellos principios sobre a liberdade que deve reinar nas eleições, e accusa o governo provincial de haver tomado parte activa naquella liça inteiramente popular: um dos maiores fundamentos desta accusação consiste na demissão dada pelo presidente de então o fallecido marechal Barreto, a 40 officiaes da guarda nacional; entretanto, dos mesmos documentos consta que muitas destas demissões não forão taes, mas simplesmente a recusa de expedir patentes a individuos que havião sido nomeados nas vespéras das eleições, pelo antecessor do marechal.

« A' vista pois da insignificancia e futilidade das accusações feitas contra a eleição da provincia de Minas, a commissão não hesita em propôr a sua approvação, e é de parecer que sejam declarados deputados os seguinte Srs.: Antonio Paulino Limpo de Abreu, Antonio da Costa Pinto, Antonio J. Ribeiro Bering, B. José de Queiroga, C. Maria Ferreira Armond, F. de P. Cerqueira Leite, D. Leite Ribeiro, G. Getulio Monteiro de Mendonça, J. D. Quadros Aranha, José C. de Miranda Ribeiro, J. P. Dias de Carvalho, P. de A. Cerqueira Leite, J. J. Fernandes Torres, J. F. Pinto Coelho da Cunha, J. Jorge da Silva, José Antonio Marinho, Manoel Gomes da Fonseca.

PROVINCIA DE GOYAZ

« Fizerão-se nesta provincia as eleições com a maior regularidade, e a commissão acha legaes os diplomas dos Srs. D. José de Assis Mascarenhas e Joaquim Vicente de Azevedo, que é de parecer que sejam declarados deputados.

PROVINCIA DE MATTO-GROSSO

« Em identicas circumstancias está a eleição de Matto-Grosso, e é a commissão de parecer que seja reconhecido deputado o Sr. José Joaquim de Carvalho.

« Paço da camara dos deputados, 27 de Abril de 1842. — *Andrada Machado*. — *J. Antão*. — *Otoni*. — *Souza França*. — *Dr. França Leite*. »

O SR. PRESIDENTE: — Está em discussão o parecer.

O SR. MARINHO: — Discute-se o parecer em globo?

O SR. PRESIDENTE: — A minha obrigação é pôr o parecer em discussão; se algum Sr. deputado quizer pedir que se discuta provincia por provincia, póde propôr, e a camara decidirá.

O Sr. Otoni: — Vendo que a hora está adiantada, que o parecer é algum tanto longo,

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM 28 DE ABRIL DE 1842 23

e que naturalmente deverá ser impresso no jornal da casa amanhã, estou que deve ser adiado para amanhã. Eu portanto proponho o adiamento até amanhã.

O Sr. Marinho (*pela ordem*): — Eu como tenho de mandar uma emenda ao parecer, quero, antes de se discutir o adiamento, apresental-a, porque poderá também ser impressa no *Jornal*. A emenda é a respeito das eleições do Maranhão. Parece-me que é uma caso *sui generis* que se apresenta, porque apresenta-se um Sr. deputado com diploma, não existem as actas parciaes pelas quaes se deva fazer a respectiva verificação: em verdade, geralmente fallando, são indispensaveis essas actas. A commissão sem duvida procedeu em regra, mas ha uma especie inteiramente nova; é que este Sr. deputado que apresenta o diploma e que está na casa, obteve todos os votos da provincia; só pôde ser excluido em um unico caso, se se der a nullidade de todos os collegios da provincia, nullidade de que aliás não tem sido arguida aquella eleição.

O anno passado vi algumas peças officiaes das quaes constava que dous unicos collegios, um de um lado e outro de outro, haviam augmentado muito o numero de eleitores; mas, entretanto, qualquer que seja o resultado da apuração, sempre o Sr. deputado se apresentou, é deputado. Ora, ficar adiado até que venhão as actas parciaes, que talvez não venhão, e que até poderão ter sido sumidas, ~~me parece que é defraudar de um~~ direito tão sagrado como o de representar o paiz ao Sr. deputado. (*Apoiados.*) Como a questão é de importancia, mando uma emenda ao parecer neste ponto, que é — que sejam julgados validos os poderes conferidos para deputado pela provincia do Maranhão ao Sr. barão de Caxias, ficando adiada a questão a respeito dos outros Srs. deputados eleitos; porque a respeito dos outros podem-se dar duvidas, mas a respeito do Sr. barão não se dá este caso, que é onde fundamento a minha opinião, que é que o Sr. deputado tem unanimidade de votos.

A emenda do Sr. deputado é a seguinte:
» Que sejam julgados validos os poderes conferidos para deputado pela provincia do Maranhão ao Sr. barão de Caxias, ficando adiada a questão a respeito dos outros deputados eleitos. »

O SR. PRESIDENTE: — A emenda pôde ser impressa no jornal da casa, mas eu não posso submettel-a ao apoioamento, porque o parecer ainda não está em discussão.

O adiamento proposto pelo Sr. Ottoni é approvedo sem debate.

O SR. 1º SECRETARIO lê o parecer da commissão de tres membros sobre os diplomas dos cinco membros da primeira commissão.

« A commissão especial encarregada de examinar os diplomas dos Srs. deputados Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, pela provincia de S. Paulo; Theophilo Benedicto Ottoni e Joaquim Antão Fernandes Leão, pela de Minas Geraes; Manoel José de Souza França, pela do Rio de Janeiro, e Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, pela da Parahyba, achou-os conforme as actas geraes; e não encontrando duvida alguma quanto á validade da sua eleição, é de seu parecer que os referidos Srs. deputados estão nas circunstancias de serem como taes reconhecidos.

« Paço da camara dos deputados, 27 de Abril de 1842. — *J. P. Dias de Carvalho.* — *Perdigão.* — *Floriano de Toledo.* »

O SR. ANDRADA MACHADO: — E' de necessidade o adiamento deste parecer.

O SR. PRESIDENTE: — Sim, o adiamento deste parecer é consequencia do julgamento ou decisão do primeiro: portanto, está adiado como primeiro.

O Sr. Peixoto de Alencar (*pela ordem*): — Não se lê no parecer o nome do Sr. Alexandre Maria de Mariz Sarmentô....

O SR. OTTONI: — Foi por engano, eu na meza rectifiquei esse engano ao Sr. 1º secretario.

O SR. 1º SECRETARIO lê um officio do secretario do senado, participando achar-se reunido numero sufficiente de senhores senadores para formar casa.

~~Fica a camara inteirada. Igual participação se dirige ao senado.~~

Levanta-se a sessão ás 2 horas da tarde.

Quarta sessão preparatoria em 28 de Abril

PRESIDENCIA DO SR. MARTIM FRANCISCO

SUMARIO.—*Discussão do parecer da commissão de poderes.—Requerimento de ordem.—Adiamento. Oradores: os Srs. Getulio, Cansansão, Andrada Machado, Souza Martins, Marinho, Patroni, Lobo, Rodrigues Torres, Souza França, Camillo, Rezende, D. Manoel, Ottoni e Maciel Monteiro.—Rejeição do adiamento.—Discussão do parecer.—Oradores: os Srs. Oliveira e Rezende.*

A's 10 horas e 20 minutos da manhã abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente, é approveda.

O SR. 1º SECRETARIO declara que não ha expediente.

Entra em discussão o parecer da commissão de poderes sobre as eleições das diferentes provincias apresentado na sessão anterior.

E' apoiada a emenda do Sr. Marinho para

que se julguem validos os poderes conferidos ao Sr. deputado pela provincia do Maranhão o barão de Caxias.

Entra igualmente em discussão o seguinte parecer :

PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE

« A commissão a que foi presente o diploma do Sr. deputado por esta provincia D. Manoel de Assis Mascarenhas, é de parecer que o mesmo Sr. deputado tome assento, visto ter achado esse diploma conforme com a acta geral, e esta com as parciaes da provincia. — *Andrada Machado.* — *Souza França.* — *Dr. França Leite.* — *Otoni.* — *J. Antão.* »

O Sr. Souza Martins (pela ordem) : — Sr. presidente, desejava que V. Ex. me informasse se o parecer entra em discussão em todas as suas partes conjunctamente ou se a discussão é por provincias.

O SR. PRESIDENTE : — Segundo o estylo, deve o parecer entrar em discussão englobadamente, e a votação é por partes ; mas, se o Sr. deputado quer mandar algum requerimento á mesa, póde fazê-lo.

O SR. SOUZA MARTINS : — Eu desejava mandar um requerimento para que se discutisse separadamente cada uma das partes que elle comprehende, relativos ás diversas provincias, ~~por que ha alguma complicação em analysar em um só discurso as eleições de dezoito provincias.~~

Desejava tambem, Sr. presidente, que se facultassem as actas das eleições áquelles senhores que quizessem estudar melhor a materia. Eu, quando se levantou a sessão de hontem, pedi ao Sr. 1º secretario que me confiasse as actas de algumas provincias, mas elle respondeu-me que essas actas não tinham sido entregues na mesa, e que por isso não m'as podia entregar.

O SR. PRESIDENTE : — Se o nobre deputado quer ver algumas actas, eu as mando vir.

O Sr. Otoni (pela ordem) : — Sr. presidente, pedi a palavra para dar uma informação ao nobre deputado que disse que não tinha podido ver as actas. Se o nobre deputado houvesse procurado qualquer dos membros da commissão, ter-lhe-ia sido confiadas as actas que desejava ver.

O SR. SOUZA MARTINS : — Eu pedi-as ao Sr. 1º secretario.

O SR. OTONI : — As actas estão na pasta da commissão : se o nobre deputado se tivesse dirigido a qualquer de seus membros, ter-lhe-ia sido confiadas, como o forão a outro nobre deputado que quiz ver a acta das eleições nas Alagoas ; nem isto é favor que a commissão faz ; é dever seu facultar a

qualquer Sr. deputado os documentos que quizer ver.

Lê-se o seguinte requerimento :

« Requeiro que entre em discussão por partes o parecer da commissão, discutindo-se a eleição dos deputados de cada provincia de per si, e votando-se logo sobre essa eleição. — *Souza Martins.* »

O Sr. Getulio : — Sr. presidente, pedi a palavra para me oppôr ao requerimento em discussão. Se fôrmos a discutir provincia por provincia, nem nestes quinze dias acabaremos. Hoje é o dia 28 do mez, a assembléa tem de abrir-se no dia 3 de Maio ; como é que isso se ha de conseguir se prolongarmos tanto a discussão ? O costume seguido nos annos anteriores tem sido discutir-se o parecer em globo, e depois votar-se separadamente a respeito de cad uma provincia. Voto portanto contra o requerimento do illustre deputado.

O Sr. Cansansão : — Sr. presidente, eu creio que não haverá mais economia de tempo em discutir-se o parecer em globo, como quer o illustre deputado que precedeu. Quaesquer que sejam as reflexões que se tenham de fazer ácerca deste parecer, ou elle seja discutido por provincias ou seja discutido em globo, essas reflexões hão de fazer-se, e por conseguinte ha de se consumir tempo. Entretanto, parece-me que haverá mais ordem, e que a discussão será melhor regulada, se uma vez ~~que não se ganha em ser feita em globo,~~ se fizer por provincias. Approvo, portanto, o requerimento do nobre deputado.

O Sr. Andrada Machado : — O nobre deputado é novo, não está bem certo nos estylos da casa ; a economia de tempo é grande discutindo o parecer em globo, e no caso contrario póde ser eternamente protelada a discussão, pois que podem-se proferir tantas vezes seis discursos quantas são as provincias de que faz menção o parecer. Ora, eu não creio que haja precisão de gastar muito tempo ; o que cada um tem de dizer, é dizê-lo, tanto mais que não são muitas as provincias onde ha que contestar as eleições ; na maior parte dellas estão clarissimas. Ha apenas tres ou quatro onde apparecem algumas duvidas, e uma dellas é a provincia do nobre deputado que acabou de fallar.

Quanto ao nobre deputado autor do requerimento, cumpre-me dizer-lhe que admira que tanto cuidado tivesse agora, que não queira sobre este objecto uma discussão em globo, quando no passado em questões mais vitaes discutimos englobadamente 127 artigos ! Admira que o nobre deputado queira estabelecer um precedente novo, querendo que este parecer se discuta por partes contra todos os usos ! Eu não digo que o nobre deputado não fizesse a sua proposta na melhor boa fé ;

mas note-se que os procedentes são contrarios a ella, porque nunca foi costume discutirem-se estes pareceres senão englobadamente; além de de que o tempo exige que avancemos; é preciso que nos constituamos.

O SR. SOUZA MARTINS: — Sr. presidente, eu não posso achar sufficientes as razões produzidas pelo nobre deputado que acaba de sentar-se para que o requerimento não deva passar. O nobre deputado fez a este respeito um argumento *ad hominem*, que só milita para mim, e não para os meus nobres collegas que pela primeira vez se apresentam nesta casa.

Diz o nobre deputado que o anno passado se discutirão em globo leis muito importantes, sem que eu tivesse manifestado escrupulo algum; mas eu tenho de lembrar ao nobre deputado que essas leis tinham sido discutidas longamente, e por partes, na outra camara....

O SR. OTTONI E OUTROS SRS. DEPUTADOS: — Oh! Oh!

O SR. SOUZA MARTINS: — ... todos os Srs. deputados estavam scientes dessas leis, tinham-n'as visto publicadas nos jornaes, podião votar nellas com conhecimento de causa.

O SR. OTTONI: — Mas tambem tinhamos o direito de discutir, e esse direito foi-nos roubado. (*Apoiados.*)

~~O SR. SOUZA MARTINS: — Tinha esse di-~~reito, podião discutir, e discutirão. Mas, senhores, o caso de que se trata é diverso; a nobre commissão teve em seu poder estas actas pelo espaço de tres dias, examinou-as, deu o seu parecer sobre ellas, e eu ainda as não vi....

O SR. OTTONI: — E' porque não quiz.

O SR. SOUZA MARTINS: — ... disto dou por testemunha o Sr. 1º secretario, a quem hontem as pedi.

O SR. OTTONI: — Pedisse-as á commissão.

O SR. SOUZA MARTINS: — Eu não tenho relações com a commissão, dirigi-me á mesa (*apoiados*); pedi-as ao Sr. 1º secretario, e elle respondeu-me que esses papeis se achavão na commissão, que não tinham sido restituídos á mesa, e nesse caso era indispensavel que eu os requeresse, como fiz, para os examinar. Como se póde exigir que eu dê o meu voto sobre uma materia que ainda não examinei? E é quando se está no principio de uma sessão, quando a nobre maioria deve estabelecer os precedentes que devem regular e servir de norma para o futuro, é no principio dessa sessão que se querem até negar os meios de esclarecimento áquelles deputados que os querem obter? Parece-me cousa estranha.

Disse um nobre deputado que, approvando-se o meu requerimento, seria o meio de eternisar a discussão!.... Sr. presidente, eu dou a minha palavra de honra ao nobre deputado que a respeito daquellas provincias em que eu entender que as eleições forão feitas com uma regularidade tal que as ponha no caso de poderem ser approvadas pela camara; não direi uma palavra. Mas naquellas em que me parecer que ficou de lado a liberdade que a constituição garante ao cidadão na eleição dos representantes do povo, nessas julgo do meu dever, como deputado, exigir que se torne clara a legalidade ou illegalidade das eleições.

O parecer principia pelas eleições da provincia do Pará; declaro ao nobre deputado que a respeito desta provincia não direi uma só palavra.

O SR. PATRONI: — Obrigado. (*Hilaridade.*)

O SR. SOUZA MARTINS: — Mas pelo que respeita ás provincias do Maranhão e do Ceará, hei de me occupar de suas eleições. E como hei de fallar com conhecimento de causa, se eu não vir as actas do Maranhão e do Ceará? Se a commissão teve por tres dias estas actas em seu poder para as examinar, não me ha de conceder nem 24 horas para o mesmo fim? Salta aos olhos que isto é uma injustiça clamorosa! Parece pois que a justiça do meu requerimento é tão clara e manifesta que a não querer-se calcar a razão, elle não póde deixar de ser aprovado.

O SR. MARINHO: — Sr. presidente, eu respeito muito as intenções do nobre deputado autor do requerimento que se discute; tem elle talvez reflexões muito ponderosas a apresentar a respeito das eleições de uma ou outra provincia. Creio tambem que o outro nobre deputado que sustentou o requerimento tem para isso uma razão especial, porque a respeito das eleições da sua provincia uma duvida se apresenta, e duvida gravissima. Entretanto, eu creio que é preciso subordinar-se este desejo, aliás legitimo, dos nobres deputados á necessidade que a camara tem de constituir-se. Hoje é o dia 28 de Abril, no dia 30 deve-se remetter ao imperador, por intermedio do ministro do imperio, a lista dos deputados, cujos poderes forão verificados, afim de que elle marque o dia e hora em que deve abrir-se a sessão. Ora, será possivel que, discutindo-se o parecer, provincia por provincia, daqui até o dia 30 esteja isto decidido, e que a camara se possa constituir? Não é possivel.

O nobre deputado tem mais experiencia da casa do que eu, sabe que muitas vezes nós não pretendemos fallar, mas uma palavra desafia outra, uma proposição desafia uma resposta, e quando nós mal nos precatarmos, temos entrado em um vasto campo de batalha,

e, entretanto, é um gravissimo mal que a camara não se constitua.

O SR. SOUZA MARTINS dá um aparte que não ouvimos.

O SR. MARINHO:—Não é de suppôr, mas não poderia haver uma fracção que interesse em que ella se não constitua? Bastava que houvesse oito deputados nesta camara, mesmo com o regimento chamado da rolha, para, se o quizessem, protelarem a discussão, de fôrma que a abertura não pudesse ter lugar no dia competente. E não é isto um grave inconveniente? O nobre deputado appella para os precedentes.... Senhores, assim appellava eu o anno passado (*apoiados*); assim dizia eu, senhores, que a justiça, a razão e os precedentes da casa é que constituição a sua jurisprudencia; mas os nobres deputados respondião-me sentando-se e levantando-se! Eu dizia:—Senhores, o regimento é evidentemente violado, dizia-o e provava-o; mas os nobres deputados levantavão-se e sentavão-se, e desta fôrma me respondião! Eu pedia em gravissimas questões, na da reforma do código, por exemplo, que me fosse permitido fallar ao menos uma vez, em que tinha a palavra logo depois do Sr. ministro da justiça, mas a nobre maioria foi tão rigorosa que não me quiz ouvir, encerrou a discussão, metteu-me a rolha (*risadas*), e eu não pude manifestar os meus pensamentos! ~~Agora o nobre deputado apresenta-se sustentador dos precedentes, quer que haja tempo para discutirmos este parecer na conformidade do seu requerimento! Aqui cabia bem dizer:~~ *Tempora si fuerint nubila, solus eris.* Entretanto, tenho este anno os mesmos principios que tinha o anno passado; desejo todo o espaço para a meditação e para a discussão.

O SR. SOUZA MARTINS:—Então deve votar pelo requerimento.

O SR. MARINHO:—Perdõe-me o nobre deputado, neste caso podia combinar os seus desejos com a necessidade urgente que ha de constituir-se a camara. Se o nobre deputado tem de fazer reflexões a respeito das eleições de uma ou outra provincia, peça que o parecer a respeito dessas eleições fique separado para ser discutido depois de constituída a camara.

O SR. SOUZA MARTINS:—E se o meu requerimento não fôr approvedo?

O SR. MARINHO:—Se elle fôr fundado em justiça, é natural que o seja.

Sr. presidente, eu tive o cuidado de ir examinar em todas as legislaturas; o parecer da commissão de poderes tem sido discutido englobadamente; entretanto, é agora que o nobre deputado quer que se discuta provincia

por provincia! E o nobre deputado mostra-se até tão susceptivel, tão scandalizado!.... Pareceu até querer inculpar a nobre commissão por demorar as actas tres dias em seu poder! Isto que devia ser o motivo de elogio como que é para o nobre deputado o motivo de censura!

O SR. SOUZA MARTINS:—Não: eu não censurei.

O SR. MARINHO:—A nobre commissão tinha de examinar estas actas, e todos nós somos iguaes em direitos; se o nobre deputado tem direito de examinar as actas, todos nós o temos igualmente, já estamos aqui 70 e tantos deputados, vejamos quanto tempo ha para este exame. Senhores, o homem deve em tudo proceder de fôrma que a razão se combine com a justiça, o direito com o dever, etc.; neste caso, julgo ser muito util este exame, mas não o julgo possivel, porque a camara deve constituir-se; e então como o nobre deputado diz que nada terá a dizer a respeito da maior parte das eleições, peça que se discutam separadamente as eleições de tal e tal provincia. Isto é o que me parece justo e coherente, estes são os solidos e os verdadeiros principios, mas que não forão os seguidos no anno passado!

Senhores, eu dou graças á Providencia porque creio que vamos em um continuo progresso!... ~~Como todos vão chegando á razão!~~ ~~E o mesmo nobre deputado pelo Piahy~~ quem já entende que a discussão é indispensavel! Isto é um progresso espantoso, porque o nobre deputado o anno passado não queria a discussão. (*Apoiados, risadas.*) Eu sempre a quiz, porque o governo representativo é o governo da discussão e da publicidade: nunca pude convir, nem jámais convirei com os principios do nobre deputado; porque uma lei é discutida no senado, não precisa ser discutida na camara dos deputados! Então, senhores, a adoptar-se este principio, não temos nada que fazer aqui, vamo-nos embora, poupemos esses contos de réis á nação! Se nós não servimos nem para accusar os ministros, nem ao menos para os censurar, nem para discutir leis, vamo-nos embora. Senhores, ás vezes até temos dado aqui cousas aos ministros que elles dizem que aceitam para nos fazer favor. (*Risadas.*) O anno passado o Sr. visconde de Abrantes, para aceitar a autorisação para emittir notas, quasi brigou com o nosso collega o Sr. Honorio. Se nós, pois, ficamos inhibidos de discutir uma lei só pelo facto de haver passado no senado, vamos para nossas casas, deixemos ao senado a tarefa de fazer as leis.

Eu peço portanto ao meu nobre collega que se compenetre da necessidade que ha de aproveitarmos o tempo, que reforme o seu re-

querimento no sentido que eu lembrei, peça que a discussão a respeito de uma ou outra provincia seja separada, e vamos votar sobre aquellas a respeito das quaes não possa haver duvida. Este tem sido constantemente o precedente da casa, é o que sempre se tem feito, e o que eu julgo que se deve fazer. Se formos a discutir separadamente o parecer sobre as eleições de cada uma das 18 provincias, e podendo-se admittir seis discursos a respeito de cada uma dellas, teremos 76 discursos ! Ora, se compararmos este numero de discursos com o numero de dias que temos de sessão até o dia em que deve abrir-se a assembléa, não se verá logo que não é possível que ella se installe nesse dia ?

O SR. RODRIGUES TORRES :—Mas não haver discussão é contra os seus principios.

O SR. MARINHO :—Nada disto é contra os meus principios ; eu quero a discussão, quero a publicidade, observado o regimento da casa, e mais que tudo a constituição do estado. Não me pretendo afastar desta linha... se eu tenho convicção plena que o que tem perdido o Brazil até hoje é a doutrina das circumstancias (*apoiados*), é a bula das conveniencias, e é a falta dos principios...

O SR. SOUZA MARTINS :—Apoiadissimo.

O SR. MARINHO :—Apoiadissimo, sim, muito apoiado ; de todo o meu coração eu creio que é a falta dos principios...

O SR. PATRONI :—Exactos.

O SR. MARINHO :—...que tem perdido o Brazil, e se não, veja-se como o nobre deputado se scandalizou hoje porque appareceu uma opposição ao requerimento em que elle pede uma discussão muito larga ! Ajuize o nobre deputado o que nós soffremos o anno passado ! Dias havia até em que eu não sabia como se não morria apoplectico. (*Risadas.*)

Senhores, eu voto contra o requerimento do nobre deputado, porque acredito que elle, contra as suas nobres e leaes intenções, trará um resultado que será muito pernicioso para a camara dos deputados ; tal é chegar o dia em que se deve remetter ao imperador a lista dos deputados, e não estarem verificados os poderes. Isto é um facto de pessimas consequencias, facto que nunca existio, e não seja em 1842 que elle exista ?

E demais, senhores, eu já tenho feito o meu juizo a respeito das eleições, e creio que o mesmo succede aos nobres deputados : a questão eleitoral tem sido ventilada pela imprensa, e agora appello para os principios do nobre deputado. Tem-se fallado pela imprensa a respeito das eleições de todas as provincias ; o anno passado quasi que não fizemos outra cousa senão fallar de eleições ; o mesmo nobre deputado discorreu sobre as eleições do Ceará

com uma tal lucidez e correnteza que eu estava persuadido de que elle não precisava nem ao menos examinar a acta do Saboeiro, vi-o apresentar todos os documentos a respeito desta eleição ; a imprensa e a tribuna já discutirão pois as eleições ; não digo que isto seja motivo para que as não discutamos agora, não ; a occasião é propria, mas discutamos de fórma que não nos traga embaraços. E' por isso que voto contra o requerimento.

O SR. PATRONI :—Senhores, se eu fallar muito, fação o favor de me dizer que me ponha no justo meio ; e se eu fallar pouco, aquelles senhores que quizerem que falle mais, digão-o. (*Risadas.*) O que eu quero mostrar é que o que diz o Sr. Marinho não é exacto, quando affirma que nos fallão principios. Principios ha, senhores, e muito exactos, e vem a ser que o Sr.... como é o seu nome ?... E' o Sr. deputado (*apontando para Sr. Souza Martins*).... O Sr. deputado não está na philosophia do christianismo ! Mas o Sr. Marinho disse que não havia principios, e eu daqui respondi :—*Exactos....*

O SR. MARINHO :—Eu não disse que os não havia.

O SR. PATRONI :—Eu quero confirmar a idéa de V. Ex. ; os principios são aqui muitissimos ; agora a differença, é que muitos não são exactos, não concordão os pés com a cabeça, estamos sempre no direito monstro parlamentar, *cujus, velut ægri somnia, vanae finguntur species, ut nec pes nec caput uni redatur formæ.* E' o que tem o poder judiciario, quando se trata de constituir um principio, uma idéa fixa, porque o Sr. deputado disse que não podia julgar sem ver, que só assim é que podia fazer justiça ! Oh ! senhores, isto é contra o principio do Evangelho, porque Jesus Christo disse :—*Nolite judicare, ut non judicemini.* Não queirais julgar, para não seres julgados.

Por consequencia, um juiz do direito é sempre anti-christão (*hilaridade geral e prolongada*) ; por isso disse eu que o Sr. Nunes Machado não podia ser presidente. Da nossa mesma legislação e direito positivo eu tiro um exemplo para mostrar que estamos muito fóra da sciencia do Evangelho : no nosso codigo criminal diz-se que furto é tirar a cousa alheia contra vontade de seu dono ; não é assim que diz o codigo ? E, pergunto eu, quem paga tributos dá o dinheiro por sua vontade ? Dava-o por ventura se não fosse o medo da durindana de D. Quixote ? E' a força da espada, senhores, é ella que diz—venha para aqui um conto de réis ;—sem essa força ninguém o dá, porque tem-se medo á espada, a qual é todavia principio de direito e base da lei, segundo a expressão do apostolo : *Time te principem, non enim sine causa gladium portat.*

De maneira que uma durindana que o principe traz ao lado é que constitue o seu poder — pague o tributo, se não vai a espada! Ora, se o furto é tirar o alheio contra a vontade de seu dono, e se ninguém paga os tributos senão com medo da espada, segue-se que o magistrado furta. Não furta para si, me dirão, mas furta para os outros, que ainda é peor. (*Risadas.*) Está-se pois vendo que o poder judiciario entre nós está fóra do Evangelho: por isso, respeitando as qualidades pessoaes do illustre deputado, a quem venero e a quem estou muito obrigado, porque disse que não queria questionar sobre as eleições da minha provincia, dando assim prova da generosidade com que trata os seus collegas, não posso todavia deixar de dizer que elle não está na philosophia do Evangelho. E mesmo nessa proposição do nobre deputado eu vejo a contradicção em que cahe sem sentir, e no mesmo momento em que me quer fazer muita honra; porque parte de uma base falsa, e por isso digo que os principios da sciencia são muito inexactos. Existe, por exemplo, um homem muito de bem, muito honrado, sabio e virtuoso, mas vem outro com as palavras das escolas que constituem a charlatanaria de Satanaz, e diz:—Vós não podeis entrar aqui;—faz como os Apostolos quando já estavam contaminados com a charlatanaria, que dizião, quando um menino queria chegar a Jesus:—Não o deixamos entrar.—Mas, lá lhe diz Jesus:—Vós sois charlatães não tendes a virtude e a innocencia do menino; se não fizerdes como aquelle innocente, não haveis de entrar no reino do céu.

Trata-se da riqueza; o fim da politica é a riqueza, o fim da religião é a outra vida, é a eterna felicidade, porque lá diz Jesus Christo:—*Regnum meum non est de hoc mundo*—, porque o reinado d'elle não é deste mundo, é do outro. Mas, quando se trata da politica que reúne a religião com o interesse, apparece o caso que se chama civilidade, polidez e civilisação, e fóra de christianismo não ha civilisação: assim é que S. João Baptista, trajando pelles grosseiras e comendo só gafanhotos, não podia fazer milagres, nem os fez. Ao contrario, como Platão, que trajava ricamente, Jesus Christo lidava com todos os homens de todas as classes, e com a maior polidez do mundo, porque a sabedoria emanada do Evangelho é justamente a civilisação levada ao maior apuro; por consequencia, devemos considerar os homens taes quaes são, a carne é fragil e o espirito forte e eterno. A civilisação propria da politica deste mundo é a riqueza temporal na industria das artes e sciencias; quem tem corpo, come e bebe, dorme e exercita todas as mais funcções; e para esse exercicio é que é necessario aquillo com que se comprão os melões. (*Risadas.*)

Eu quero reunir os homens quando se trata da politica, isto é, reunir o interesse privado e o publico. Isto é justamente o que se chama politica, o interesse familiar, unico, real e verdadeiro; é justamente a riqueza, são os bens do mundo; mas quero reunil-a com os bens celestiaes, que vêm a ser a moral e a perfeita justiça, isto segundo os principios do direito natural e a maxima do Evangelho:—*Quod tibi non vis alteri ne feceris*;—a qual foi pelos doutores copiada desta outra das Sagradas Letras:—*Omnia quaecumque vultis ut faciant vobis homines et vos facite illis: hæc est enim lex et propheta.*

Em consequencia, digo eu, se fosse possível estabelecer-se o precedente do Sr. deputado, que não quer acreditar na verdade do parecer da commissão sem ver as actas, aonde iria isto parar? Não pense o Sr. deputado que eu me refira á falta de tempo; não, senhores, vamos ao direito natural, á justiça natural, aos principios exactos da sciencia; aonde iria isto parar? Eu entrava aqui, e perguntava—quem é aquelle Sr. deputado?—Respondião-me:—E' o Sr. F. de tal—é, por exemplo, o Sr. Souza Martins, e é homem de bem, muito honrado e virtuoso. Mas eu que me levava pelos principios do Sr. deputado, dizia:—Não acredito sem ver—(*risadas*); por consequencia, tudo se transtornava, religião, politica, tudo; porque o principio que estabeleci no meu ultimo discurso, é que é a base da verdade toda e direito e ordem e bem publico do Brazil:—*Ergo fides ex auditu, auditus autem per verbum Christi.*—Este é que é o principio exacto da politica, da religião e de tudo. A fé vem do ouvido, o ouvido é soprado pela palavra de Christo, e quem é Christo? E' um monarcha; e quem é o Christo do Brazil? E' o Sr. D. Pedro II, a quem devemos respeitar, honrar e venerar. E haverá quem se atreva a negar o direito que eu tenho de dizer que o Sr. D. Pedro II é Deus? Pois eu digo mais, vou dizer que todos sois deuses, porque assim o diz o propheta psalmista, que era rei, poeta, parlamentar, jurisconsulto e sabio verdadeiro em uma palavra:—*Quia ego dixi, dii estis vos excelsi omnes.*—Os phariséos e escribas impugnavaõ a divindade de Jesus Christo; mas elle os fez calar com este argumento *ad hominem*. E mais dizia David:—*Deus deorum dominus locutus est et vocavit terram.* E Jesus é com effeitos Deus dos deuses e senhor dos senhores. Ha pois deuses subalternos ao Summo Architecto dos Orbes. Logo, se qualquer pessoa elevada, se qualquer deputado é um semi-deus, como não ha de ser um semi-deus o Sr. D. Pedro II, que é singular? Delle para baixo todos somos iguaes, só elle é que é singular; por consequencia, é preciso respeitar o poder do Sr. D. Pedro II, firmal-o e eternisal-o, de maneira

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM 28 DE ABRIL DE 1842 29

que todos os brasileiros se reunão em sentimentos, porque Christo é que nos apresenta em unidade nestas palavras do grande apostolo de Tarso: — *Unus dominus, una fides, unum baptisma.*

Meus senhores, é preciso que nós nos respeitemos uns aos outros, de tal maneira que, se os Srs. deputados não quizerem acreditar em mim, eu também tenho o direito de não acreditar nelles; mas, se não acreditarmos uns nos outros, tudo estará transtornado, então eu sou o primeiro a dizer: — Meus senhores, eu não acredito em ninguém, quero ver todos os diplomas dos Srs. deputados. Mas, senhores, é preciso não estabelecer taes principios, é preciso pensar que todo o poder vem de Deus, é a ligação successiva de factos emanados do poder de Deus que eu devo o ser deputado!... Pois não sabem que os homens me quizerão deitar fóra da representação nacional? Eu sou o primeiro deputado do Brazil; fui dos primeiros contemplados para a representação do systema liberal no congresso de Portugal em 1821 por parte do governo do Pará; e por que não fui eu agora expellido? Porque Deus não quiz, porque elle quiz que eu fosse agora deputado. O Sr. Marinho disse bem; como é que agora em 1842 havemos praticar deste e daquelle modo? Eis por que eu digo que o governo não dissolve a assembléa (*risadas*), porque ficava eu um deputado dissolvido! (*Risadas geraes.*) Isto é que é um Evangelho, o tão apostolico que está expresso na sentença do apostolo do direito das gentes. (*Continúa a hilaridade, reina muito susurro na casa.*)

Oução, senhores, ha aqui uma grande base; eu quero mostrar em que consiste ser um deputado dissolvido; é a expressão do apostolo — *Cupio dissolvi et esse cum Christo.* — Eu desejo ser dissolvido e estar com Christo.

Então, senhores, não tenho razão para dizer ue fóra destes principios ninguém está com Christo? Fóra delles, fiquem certos, meus senhores, que não ha exactidão, porque entre mim e Satanaz não ha justo meio, porque eu é que sou o autor da biblia do justo meio; por consequencia, Satanaz está inteiramente retirado da biblia, todo o fundamento de Satanaz é inverter: o diabo é o pai da mentira, não ha cousa nenhuma que elle não invente para malquistar os fieis subditos de Christo, aquelles que seguem as pisadas do Salvador, que são os sustentáculos da paz celeste e eterna, isto é, os filhos da terra da Santa Cruz. Estes principios, e só elles, é que eu estabeleço, são elles os que podem reunir os brasileiros: e se o ministerio os tivesse estabelecido inteiramente, tudo estava concluido, tudo estava na verdade natural. Filhos da terra de Santa Cruz, é a cruz a bandeira que devemos seguir, e é preciso a fé, porque sem

fé, não ha palavra, nem honra, nem verdade, nem politica, nem religião.

E' por isto que nós acreditamos eminentemente na diplomacia; quando um homem está acreditado, é recebido em virtude da fé que se lhe presta; por ventura vai todo o mundo examinar o seu diploma de embaixador, ou de outro qualquer cargo? Não, senhores, é preciso a fé. E' verdade que S. Thomé disse que não acreditava na resurreição sem vêr e tocar as mãos e pés do Senhor. E então Christo lhe respondeu: pois bem, mette a mão aqui nestas chagas: *Noli esse incredulus, sed fidelis.* O que foi uma severa e fatal reprimenda. E o quer dizer isto? Ha nestas palavras um principio tamanho de honra que enche as medidas de um philosopho, porque a fidelidade é o principio de toda a virtude. Qual é a razão por que o adulterio é o crime mais horroroso? Porque é o inverso de toda a fidelidade. E qual é a razão porque Satanaz é inimigo de Christo? E' porque Christo é a verdade por essencia. E como é que elle engana aos homens? E' mesmo com a fé, fóra della não ha principio. Esta verdade está em todos os systemas. Ha um homem que nasceu para ser sapateiro, mas não teve os elementos necessarios para chegar ao maior gráo deste officio, e fica em uma cousa que se chama albardeiro! Ha dous homens que nascem para alfaiates, mas podem ter dous talentos diversos no mesmo gráo; um sabe fazer casacas, o outro só faz bem calças e vesteas, de maneira que está o que se chama charlatanaria, eis o que constitue o charlanismo, que nas sociedades bem organisadas é causa fatal de todos os erros, males e desordens, porque enfim o charlatanismo é esse anjo máo, Satanaz, demonio, diabo, que tudo inverte, atropella, anarchisa e perverte com seus erros. Por consequencia, já se vê como o diabo atropella sempre a verdade natural: elle está sempre no estado da mentira, tudo aquillo que diz é para o mal, o bem está só com Christo.

E o que quer dizer diabo? Diabo é uma palavra portugueza, tirada da palavra latina *diabolus*, que é deduzida da palavra grega *diabolos*, cuja palavra grega vem do verbo grego *diabalein*, que quer dizer.... Eu tenho medo de dar a significação, mas se a camara consente....

O SR. SOUZA MARTINS: — Póde dizer.

O SR. PATRONI: — E' o poder judiciario. (*Risadas geraes e prolongadas.*) E' ser promotor publico, é criminar, é accusar. Meus senhores, peço-lhes que não tomem á má parte minhas expressões. Eu não fallo em classes nem em pessoas, estou fallando na natureza da instituição. Apresenta-se um juiz e ás vezes é um Araujo Pitada (*risadas*) que

se apresentou para julgar-me, um taberneiro, ignorantissimo e pauperrimo, porque estava vivendo das esmolas de uma irmandade, e diz: — Quem escreveu o *Correio do Imperador* é um pobre homem lá do Pará, um tal Felipe Alberto Patroni, que não presta para nada; eu Pitada é que sou grande cousa! (Risadas.) E esta!? E venhão-me lá dizer que o poder judiciario é para a paz e para a ordem! Não é tal; é para a desordem! (Risadas.) E é preciso saber que ninguem ama mais a classe judiciaria do que os meus patricios. Eu quizeria que, em lugar de uma relação, com 10 desembargadores, houvesse a cada canto um desembargador, mas quero juizes do direito e não do torto. (Risadas.)

O SR. PRESIDENTE:— Eu rogo ao nobre deputado que se cinja ao requerimento.

O SR. PATRONI:—Perdôe-me V. Ex. Eu estou mostrando que o Sr. deputado não tem razão em querer ver as actas, que está baseado na sua exigencia em principios falsos; por conseguinte, estou corrente na doutrina. Estou mostrando que aquelles principios em que elle encara a ordem são a causa de toda a desordem, entretanto que nós todos devemos querer a ordem.

Eu tenho de fazer uma confissão, mas é para beneficio de meus patricios; eu pedi a demissão da cadeira da magistratura, porque me convenci que não podia ser justo com as nossas leis! Pois é bagatela um homem a sange frio mandar perseguir ou matar outro? Diz-se que a lei é boa, mas a natureza? Dir-me-hão:— Tu queres a exclusão do poder judiciario!—Quero sim, mas para os charlatães e não para os homens de letras, porque os homens de letras querem o direito, esses é que são os verdadeiros juizes de direito; o facto deixemos para o taberneiro.

Quando eu li no meu gabinete esta lei da reforma, puz-me a dar gargalhadas! Disserão-me que ella era para acabar a anarchia, mas anarchia perfeita é essa lei! A quem se metterá na cabeça esperar ordem, sabedoria e honra de uma tal multiplicidade de juizes municipaes? Nunca vi semelhante cousa; mesmo porque é bem certo o dictado que muita gente junta não se salva. Se querem muita gente, então ponhão um desembargador em cada lugar. Fique entendido que eu não fallo de pessoas, fallo da instituição em si.

Findarei o meu discurso, dizendo que os principios do nobre deputado não são exactos, e por isso sou o primeiro a não votar pelo seu requerimento, porque sou christão. O Sr. deputado também o é, mas é preciso que acredite nos homens de bem, e não suppôr falsidade em todos.

O Sr. Lobo:— Sr. presidente, tendo de fallar acerca do requerimento do nobre depu-

tado pelo Piauí, peço permissão para emittir a minha opinião, talvez um pouco modificativa dos seus principios. Antes porém de entrar em materia, direi que comquanto respeito muito os precedentes, sómente julgo exequiveis aquelles que se fundarem nos principios da justiça e da boa razão.

Duas são as questões que se apresentam na casa: a illustre comissão quer que o parecer se discuta em globo, e o nobre autor do requerimento quer que a discussão seja por partes. Parece-me que ambos querem o mesm fim, a divergencia está nos meios; e quem sabe qual dos caminhos será mais moroso, se a discussão por partes, se a discussão englobada. Não é possivel que a discussão englobada nos traga os mesmos inconvenientes que temos visto, estes discursos que nos podem tomar uma grande parte do tempo? Talvez que a discussão parcial concorra que o parecer passe mais prontamente. Mas, como não é possivel determinar o termo de qualquer das duas especies da discussão, eu lembrarei um terceiro meio; não me atrevo a mandar emenda, porque seria demasiada presumpção, mas peço aos illustres deputados que se conformem com a minha idéa, que a mandem. Poder-se-ão separar as eleições destas provincias em que a comissão de poderes achou grandes embaraços; podião-se separar para depois passarmos ou englobada ou parcialmente á discussão do parecer relativo ás outras provincias, reservando a discussão daquellas para depois de constituida a camara. Estou persuadido que a respeito das provincias onde a comissão não encontrou grandes embaraços, onde as eleições se fizeram com a regularidade competente, o parecer será approved sem discussão, ou com muito pouca.

Agora direi ao nobre deputado que me precedeu que eu sou em grande parte dos seus principios, entendo que devemos pronunciar-nos contra os principios de Satanaz. O nobre deputado diz que Satanaz tudo quer baralhar, e é por isso que devemos fugir de abraçar seus principios, e tratarmos, como disse o nobre deputado, de sustentar a religião e o monarcha; e como é que o podemos conseguir? Facilitando todos os meios, não embaraçando nada. Devemos em occasião destas, dizer só aquillo que fôr possivel, e desta maneira conseguiremos melhor o nosso fim; com grandes discursos, posto que eloquentes e bellos, não é que abreviamos as discussões. E' bom que tratemos só do necessario.

O Sr. Coelho Bastos (pela ordem) deseja saber se o parecer da comissão de poderes apresentado na passada legislatura foi discutido por partes ou englobadamente.

O SR. PRESIDENTE responde que foi discutido englobadamente.

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM 28 DE ABRIL DE 1842

31

O Sr. Rodrigues Torres:— Alguns Srs. deputados têm-se opposto ao requerimento, dizendo que cumpre constituirmo-nos quanto antes, e que, sendo a discussão desenglobada, não poderemos fazel-a a tempo para que a assembléa se abra no dia 3 de Maio. Eu observo ao illustre deputado o Sr. 2º secretario que concordo com elle emquanto entende que nos devemos constituir quanto antes; mas tambem julgo que nos devemos constituir legalmente (*apoiados*), e para nos poder constituir legalmente, cumpre que cada um de nós tenha consciencia de todos os documentos, de todas as reclamações que possam ter havido, afim de podermos votar com conhecimento de causa, e podermos julgar que as eleições de tal ou tal provincia devem ser admittidas, conforme propõe a illustre commissão, ou se o não devem ser. O contrario disto, querer que nos constituamos sem attenção á regularidade, parece-me cousa impropria. Não convém de maneira alguma que demos um pretexto, para que se diga que tal ou tal deputado não foi legalmente eleito, que tal ou tal membro não representa a provincia por onde se apresenta eleito.

Disse, e é verdade, o nobre deputado, o Sr. 2º secretario, que esta materia de eleições tem sido já muito debatida, quer na tribuna, quer pela imprensa. E' verdade, que na sessão do anno passado eu ouvi tratar-se de eleição ~~nesta tribuna, mas tudo que ouvi não era~~ senão incidentes, palavras vagas e questões que não tinham por fundamento documento algum. A imprensa mesmo alguma cousa tem dito a respeito de eleições, mas por ventura tiveram a tribuna e a imprensa os documentos necessarios para firmarem a sua opinião sobre a eleição de tal e tal provincia? Creio que não. Recordo-me mesmo que, quando nesta casa se queria fallar sobre a maneira por que se haviam feito as eleições, os illustres deputados da opposição, e parece-me que até o nobre deputado o Sr. 2º secretario, reclamavão contra essa discussão, dizendo que a camara então não era o juiz competente, que deixassemos a discussão para este anno? Entretanto, quando este anno um Sr. deputado quer examinar os documentos, as reclamações que ha para julgar com consciencia sobre a validade das eleições, havemos recusar-lhe essas informações?

O SR. MARINHO:— Ninguém as recusa.

O SR. OTTONI:— Estão na mesa.

O SR. RODRIGUES TORRES:— Bem; mas o nobre deputado, autor do requerimento, declarou que não pôde examinar as actas e os documentos que procurou sobre a mesa por que os não achou, e que mesmo quando os achasse, talvez não tivesse tempo suffi-

ciente para entrar no exame de tão numerosos documentos. Negar pois ao nobre deputado os meios de se illustrar, de examinar a fundo este negocio parece-me que envolve alguma injustiça.

O SR. SOUZA MARTINS:— E' tyrannia.

O SR. RODRIGUES TORRES:— Não direi tanto, mas é uma imputação que não convém de maneira alguma á dignidade da camara dos deputados.

O SR. MARINHO:— Assim dizia eu o anno passado. (*Risadas.*)

O SR. RODRIGUES TORRES:— Se o nobre deputado dizia isso no anno passado, e se quer campar de muito constante em todos os seus principios, deve apoiar as minhas palavras, e não declarar-se adversario da opinião que emitto neste momento.

Eu não direi que o requerimento feito pelo illustre deputado é o mais proprio para obter os resultados que elle teve em vista; porque, dizendo o illustre deputado que sobre a maior parte das provincias não se apresentam objecções algumas, pôde acontecer que hoje mesmo, ainda quando se decida que a discussão seja por partes, se vote sobre o parecer da illustre commissão, e neste caso falta ao illustre deputado, e a outros que queirão examinar os documentos, o espaço necessario para essa exame. Eu entendia que o meio mais conveniente para se obter o fim que teve em vista o meu illustre amigo, deputado pelo Piahy, era pedir antes um adiamento desta materia; creio que com isto nós não faziamos mal algum. Nem eu vejo que grandes inconvenientes resultassem de que a sessão, em lugar de se abrir em 3 de Maio, se abrisse em 4 ou 5. A constituição determina, é verdade, que as sessões se abram em 3 de Maio, mas a constituição não podia querer impossiveis. Supponhamos que se apresentavão na camara questões de tanta magnitude que não pudessem ser decididas antes do dia 3, por ventura seria a intenção dos legisladores que fizerão a constituição que a camara se organisasse, que se constituísse ainda mesmo ue houvessem questões que puzessem a legalidade della? E' isto possivel, senhores? Podia a constituição ter em vista que a camara se constituísse sem que se tivesse verificado se os membros que a compunhão erão legitimos representantes do paiz?

O SR. MARINHO:— E quem é que quer isso?

O SR. RODRIGUES TORRES:— Mas esta é a conclusão que podia tirar-se da opinião de alguns illustres deputados. Nós devemos-nos constituir necessariamente até o dia 3 de Maio; mas circumstancias podem apparecer em virtude das quaes não possamos examinar devidamente algumas das eleições até esse dia: e

32 QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM. 28 DE ABRIL DE 1842

por isso, como eu entendo que a questão é grave, como nella se envolve o decoro e a dignidade da camara dos deputados, sou de opinião que se dê ao Sr. Souza Martins todo o espaço que se entender necessario para elle examinar os documentos que se achão sobre a mesa, e dar o seu voto com conhecimento de causa. Assim como o Sr. Souza Martins tem duvidas sobre algumas das eleições, podem outros senhores terem tambem; e não dando a camara o espaço necessario para procedermos a esse exame, vai tomar uma medida que nos obriga a votar sem consciencia sobre materia tão grave.

Se, portanto, o Sr. deputado o Sr. Souza Martins quizer substituir o seu requerimento por outro que desempenhe melhor as suas vistas, votarei por elle; mas, no caso que o nobre deputado o não julgue conveniente, votarei pelo que se acha em discussão, visto que o seu fim principal é obter-se tempo para examinar as actas e mais documentos relativos a estas eleições.

O Sr. Souza França: — Sr. presidente, quer o illustre autor do requerimento que a discussão do parecer seja feita por partes, isto é, separadamente, sobre as eleições de cada provincia; mas o illustre deputado, tomando a palavra para sustentar o mesmo requerimento, fallou no sentido do adiamento; parece que elle mesmo não sustentou o seu requerimento. Se o nobre deputado fizesse pelo adiamento, plausiveis seriam as suas razões; digo plausiveis, porque para elle, ou para qualquer dos Srs. deputados tomarem conhecimento da materia que se discute, á vista dos documentos, estes devem estar sobre a mesa, segundo os usos parlamentares, e á mesa os devia requerer o nobre deputado para se esclarecer sobre as duvidas que tivesse.

Por consequencia, entendo que o Sr. deputado, emquanto quer examinar os documentos que a commissão examinou, está no seu direito, tem razão; mas não a tem em concluir que por isso deve a camara votar pelo seu requerimento. O requerimento é inadmissivel, e eu dou a razão. O Sr. deputado quer que o parecer da commissão se discuta tratando-se em separado das eleições de cada uma das provincias: ora, por uma addição que ha ao regimento da casa, da qual tenho uma noticia vaga, podem-se pronunciar seis discursos sobre as eleições de cada uma das provincias; são dezeseis as provincias de que já temos as actas; por consequente, devemos multiplicar 6 por 16, o que dá 96 discursos! E pergunto eu, quantos dias uteis ha em 4 mezes de sessão? Nós levaríamos talvez os 4 mezes destinados para a sessão com a discussão da verificação dos poderes! E haveria um governo tão frouxo que consentisse uma camara neste estado? Não a dissolveria

imediatamente? Creio que sim, a dissolução seria immediata.

Por consequencia, concluo que se o nobre autor do requerimento tem razão emquanto quer examinar os documentos que a commissão examinou; tem demais direito de exigir da commissão todas as illustrações que desejar, mas nunca póde pretender que se faça uma discussão por secção, por provincia, sem attender aos inconvenientes que resultão disto demonstrado.

O Sr. Souza Martins: — Sr. presidente, tenho ouvido combater o requerimento com uma alluviação de argumentos, os quaes não satisfazem a minha pretensão, pretensão que aliás as pessoas que me combatem dizem que é justa.

O objecto que tive em vista quando propuz o meu requerimento era demorar a discussão para eu ter tempo de examinar as actas das eleições de algumas provincias para ver se essas eleições tinham sido feitas na conformidade das leis. Os nobres deputados que me combatem dizem:—E' muito justa a pretensão, o nobre deputado tem direito de fazer este exame, mas nós votamos contra o seu requerimento.—E' uma contradicção dos seus factos com as suas intenções.

O nobre 2º secretario, o Sr. Marinho, disse que eu tinha todo o direito de fazer este exame; que se me devia communicar as actas, mas que o meu requerimento não devia ser approvado. Como poderei examinar as actas se não tiver tempo para isto? Eu desejava que o nobre secretario me esclarecesse, porque se houvesse algum expediente para fazer o exame das actas sem demorar a discussão, eu lançaria mão desse expediente. Digo-lhe com toda a sinceridade que usei de todos os recursos que estavam no meu poder para economisar tempo, porque hontem, ao levantar da sessão, dirigi-me á mesa para ver as actas, mas alli não estavam, não me foi possivel levar-as para casa para fazer este exame: hoje quer-se que se discuta já a materia; como se poderá fazer este exame?

Mas um Sr. deputado pelo Rio de Janeiro, que fallou antes de mim, declarou que elle tambem votava pelo mesmo expediente, ou por qualquer expediente que tendesse a adiar o negocio, para que houvesse espaço sufficiente, afim de se fazer este exame. Esta foi na realidade a minha intenção.

O Sr. OTTONI:—Apoiado.

O Sr. Souza Martins:—O nobre deputado que me apoia tem razão para isso, porque a minha intenção unica é dar espaço sufficiente para se fazer o exame das actas. Tive receio de propôr logo o adiamento para que se não dissesse que eu queria demorar a materia; assim, dividindo-a por partes, preencho o meu

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM 28 DE ABRIL DE 1842

33

fim, porque, enquanto se discute cada uma das provincias, tenho tempo para fazer o exame das outras, e entendo que este era um meio de economisar tempo. Se algum outro Sr. deputado se lembrar de outro expediente mais efficaz para alcançar o mesmo fim, eu não duvidarei adoptal-o. Creio que a camara toda de um e outro lado não póde negar o seu voto a requerimento tão razoavel. Poderá ser intenção da nobre maioria da camara que eu ou qualquer outro Sr. deputado que queira examinar as actas de um collegio não o possa fazer? Será intenção da maioria privar-nos desse direito natural de examinar os documentos para podermos votar sobre elles? Não creio que tal pretensão possa caber na intenção de nenhum dos Srs. deputados que se achão presentes; porque é uma cousa tão contraria á justiça que repugna ao bom senso natural.

Entre algumas razões que ouvi produzir contra o meu requerimento, disse o Sr. 2º secretario que, se acaso o requerimento tivesse por fim adiar as actas pertencentes aos collegios das provincias, cujas eleições erão contestadas, elle votaria por esse requerimento. Gostei muito de ouvir esta declaração do nobre secretario, aceito a sua promessa....

O SR. MARINHO:—Perdõe-me. Eu disse que me parecia isto mais razoavel.

O SR. SOUZA MARTINS:—Sinto muito que fizesse renuncia do voto que parecia ter hypothecado, porque entendi que o nobre deputado, por uma deducção logica do seu discurso, queria declarar isto—que votaria por um requerimento que tivesse por fim adiar o exame das actas....

O SR. MARINHO:—Disse que achava isso mais razoavel.

O SR. SOUZA MARTINS:—Então o nobre secretario não vota por aquillo que acha mais razoavel?...

Ora, Sr. presidente, eu achava que a nobre maioria devia conceder um requerimento neste sentido. Se acaso o requerimento não preenche o seu fim, estou disposto a offerecer outro, no sentido que me foi insinuado pelo nobre secretario, cujas idéas em muitas occasiões adopto, porque as reputo luminosas. Estou disposto a mandar outro requerimento substitutivo, porque, Sr. presidente, eu tenho necessidade, e necessidade muito forte, de fazer o exame das actas das eleições do Ceará e Maranhão. Também quereria fazer um exame das eleições da Bahia, na parte relativa ao collegio de Iguape. Outros Srs. deputados estão desejosos de fazer o exame das actas das outras provincias...

O SR. ANDRADA MACHADO:—E porque não fazem?

O SR. SOUZA MARTINS:—Ser-me-ha possivel, pergunto ao nobre deputado, no tempo em que estamos aqui discutindo rever todos esses papeis?

O SR. ANDRADA MACHADO:—Muito possivel.

O SR. MARINHO:—Nem hoje se vota.

O SR. SOUZA MARTINS:—E' a unica esperanza que me resta; mas o nobre deputado vê que é meio dia; temos ainda duas horas de discussão, e nestas duas horas póde-se votar sobre a materia.

Um Sr. deputado pelo Pará, em um discurso muito luminoso, cheios de altos principios enunciados com grande facundia, fundando-se no texto da Escriptura, combateu o requerimento. Acho que em grande numero de casos a doutrina do Sr. deputado é applicavel principalmente pelo que respeita ás verdades theologicas, mas quando tratamos de certezas humanas são precisos documentos. O nobre deputado está certo que nos documentos são firmadas todas as sentenças dos tribunaes.

A' vista de tudo quanto expendi, estou resolvido a mandar um requerimento substitutivo ao primeiro, e peço ao nobre secretario que dê o seu voto a esse requerimento, porque de alguma sorte é autor da idéa.

O nobre deputado retira o seu requerimento com consentimento da camara, e offerece o seguinte, que é apoiado:

« Requerimento substitutivo. Requeiro que a discussão relativa ás eleições da provincia do Maranhão, do Ceará, da Bahia e das Alagoas, fique adiada para depois que se discutirem e votarem as das outras provincias. — Souza Martins. »

O Sr. Camillo:—Eu antes votaria pelo primeiro requerimento do illustre deputado do que por este. Parece-me que os inconvenientes augmentão-se; porquanto, demos a hypothese que se admitta o requerimento do illustre deputado, nós devemos ser justos, o mesmo direito que tem o illustre deputado têm todos os deputados do seu lado, do meu; por consequencia, se acaso nós admittimos o precedente de votar pelo requerimento do illustre deputado, o que vamos fazer?—Vamos admittir um precedente que depois nos ha de embaraçar para o futuro. Supponhamos que o illustre deputado pede o adiamento unicamente para as eleições do Ceará e Maranhão, entrando em discussão englobadamente as outras eleições: muito bem, nós primeiramente perdemos tempo em discutir este requerimento, depois vence-se a materia pró ou contra; mas outro Sr. deputado, em vez de requerer a discussão a respeito do Ceará ou Maranhão, requer a respeito das eleições de Minas, porque ha muita gente que cuida que as eleições de Minas forão feitas com muita irregularidade; o que

devemos fazer? Para sermos justos devemos conceder o mesmo a outro Sr. deputado; por consequencia, temos de discutir novo requerimento, e havemos de gastar tempo nessa nova discussão. Outros requerimentos apparecerão, e assim a discussão será muito mais protelada do que seria com o primeiro requerimento do illustre deputado.

Demais, senhores, não vejo absolutamente, os inconvenientes que o illustre deputado pelo Piahy enxergou. Admittida a discussão em globo, parece-me que muito dos Srs. deputados os que hão de tomar parte na discussão, gastará com os seus discursos mais de duas horas....

O SR. SOUZA MARTINS :— Vota-se de carreira.

O SR. CAMILLO :—Não me persuado disto. Qual é o fim do illustre deputado com o seu requerimento? Se o tenho comprehendido, o seu fim é estudar a materia, ter mais esclarecimentos, procurar documentar-se sufficientemente. Ora, admittindo-se a discussão em globo, não se póde conseguir este fim? Não póde o illustre deputado examinar os documentos? Não tem elle de hoje até amanhã tempo sufficiente para isto? Portanto, não vejo motivo para que a discussão seja por secções, julgo que a discussão progredirá melhor tratando-se da materia em globo.

O Sr. Henriques de Rezende :—O nobre deputado julga que approvando-se o requerimento, admittê-se um precedente perigoso. Se assim é, elle existe desde que ha assembléa, é precedente de todas as legislaturas sempre que ha um collegio contestado; para ter lugar a installação da assembléa no dia 3 de Maio, sempre a camara deixou a decisão do parecer na parte relativa ás eleições contestadas para depois de verificado o numero para a installação. Nem poderá deixar de ser assim, porque os abusos nas eleições têm ido de uma maneira tão espantosa, que a necessidade desta medida se torna duplicadamente maior: eleições têm havido no Brazil que têm reclamado por causa de um só collegio discussão de longos dias.

Ora, sempre que o deputado entender que isto é assim, propõe o adiamento sobre a discussão de taes collegios, para depois de decidirem-se os mais collegios. Se porém da discussão dos collegios duvidosos resultar que não se possa abrir a assembléa no dia 3 de Maio, não se abra embora, porque por esta brevidade não devemos passar a esponja, lançar indulgencia plenaria sobre quantos abusos possam apparecer, correndo o risco de installar-se a camara com uma maioria nulla. Eu, portanto, julgo que a camara deve votar pelo requerimento do nobre deputado.

Sr. presidente, en cheguei agora, e não tive

tempo de examinar o parecer da commissão; mas parece-me que a commissão deu muito á brevidade. Eu desejára saber se não ha reclamações na commissão a respeito de alguns collegios, por exemplo, a respeito do de Goyanna, em Pernambuco, do do Rio Formoso, se emfim a camara deve approvar um collegio cuja mesa foi installada por um homem ancião, chamado parochó que largou a mesa ao juiz de paz por não querer vê-la tomada de assalto....

O SR. CAMILLO :— O Sr. deputado está discutindo o parecer que ainda não está em discussão.

O SR. HENRIQUES DE REZENDE :—E' pergunta que faço á nobre commissão, tenho direito de a fazer para dirigir o meu voto; mas emfim guardar-me-hei para então; no emtanto, voto pelo requerimento do nobre deputado. Nem é possível dar tanto á brevidade que assim passe a esponja sobre revoltantes abusos que possam existir em alguns collegios....

O SR. CAMILLO :— E' uma insinuação.

O SR. HENRIQUES DE REZENDE :—Aqui não ha insinuação alguma. Eu não sou tão austero que não sane nullidades sanaveis, porém áquellas que são insanaveis não hei de dar o meu voto. Eu creio pois, que a maioria da camara em sua sabedoria por interesse publico, por zelo de sua representação, pelos precedentes constantes não póde rejeitar um requerimento que ~~trahido em justiça e bom senso. Voto portanto~~ tanto por este requerimento.

O Sr. D. Manoel :—Sr. presidente, parecerá talvez temeridade da minha parte elevar minha debil voz neste augusto recinto, onde hoje mesmo tive a honra de sentar-me pela vez primeira; mas tendo ao principio feito tenção de votar symbolicamente, depois por considerações que me occorrêrão, entendi que devia dar as razões em que me fundava para sustentar o requerimento substitutivo do nobre deputado pelo Piahy.

Sr. presidente, eu desejo, e desejo ardentemente, que a camara se constitua no dia marcado pela consiituição, mas tambem desejo que se não pretirão certas formalidades que reputão essenciaes, sem as quaes, talvez, nós não possamos desempenhar os preceitos da constituição quando nos ordena que nos constituamos no dia 3 de Maio. Para conciliar as diferentes opiniões que se têm apresentado na casa a respeito da materia em discussão, é que o Sr. deputado pelo Piahy offereceu o seu requerimento substitutivo.

De facto, Sr. presidente, ha eleições sobre as quaes nem a tribuna, nem a imprensa derão uma palavra. Parece que estas eleições têm a presumpção a seu favor, de que forão feitas com as formalidades essenciaes, embora

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM 28 DE ABRIL DE 1842

35

em uma ou outra, ou em todas mesmo occorressem essas faltas de formalidade que nós em geral observamos, mas que de ordinario se passa em silencio: tão pouco influem ellas para a validade do acto. A illustre commissão tanto reconheceu isto que sobre algumas provincias não notou um só defeito na eleição de seus deputados: e não é isto um argumento de bastante peso em favor dessas eleições? Sem duvida; para mim, se não é uma prova evidente, é uma presumpção vehementissima de que essas eleições forão feitas com toda a regularidade. Sobre outras, porém, é inteiramente differente; porquanto a illustre commissão ponderou irregularidades que no meu modo de pensar são insanaveis. (*Apoiados.*) Ora, o que faz o nobre deputado pelo Piahy? Querendo que nos constituamos no dia 3 de Maio, e que ao mesmo tempo não tenhamos uma discussão precipitada ácerca dessas eleições, pede no seu requerimento que as eleições das provincias sobre as quaes a illustre commissão não apresentou reflexão alguma sejam discutidas em globo, e fiquem adiadas as eleições das mais provincias para serem tratadas com todo o cuidado, afim de que nós possamos chegar á verdade, isto é, possamos saber até que ponto a camara ha de usar do direito de grande jury, sanando nullidades, e ao mesmo tempo não reconhecer eleições, nas quaes existem, como creio, nullidades insanaveis.

Pergunto eu:—Não preenche o requerimento o fim que se tem em vista? Não se preenche mesmo o fim que teve em vista o nobre segundo secretario? Sem duvida; porque dá-se maior elasticidade á discussão, entra-se na analyse, e na analyse muito circumstanciada de tudo quanto occorreu nas eleições. e ao mesmo tempo faz-se com que no dia 3 de Maio a camara se constitua. Estas razões, portanto, parecendo-me assaz momentosas, obrigão-me a votar pelo requerimento.

Mas, disse um deputado por Minas, o mesmo direito que tem o nobre deputado por Piahy para fazer este requerimento a respeito das eleições do Ceará, Bahia Alagoas e Maranhão, têm os outros deputados a respeito das mais provincias. E quem o contesta? Mas ha uma razão que já indiquei e vem a ser que os deputados por outras provincias não acharão nos seus diplomas opposição da parte da nobre commissão de poderes....

O SR. CAMILLO:—Mas podem achar.

O SR. D. MANOEL:—Não ha duvida; mas têm a seu favor a presumpção de que elles forão eleitos com todas as formalidades essenciaes; não digo que haja uma prova evidente; mas têm presumpção, e presumpção, no meu pensar, vehemente. Declaro que estou inclinado a votar por essas eleições pelo res-

peito que consagro aos membros da nobre commissão de poderes, e creio que nesta parte me acompanhará o nobre deputado a quem me refiro.

Por ventura, quando se discutirem em globo as eleições das mais provincias, o nobre deputado não póde offerecer as suas reflexões? Sem duvida; mas como essas provincias fizerão as suas eleições com muito maior regularidade, não é necessario a respeito dellas que haja a mesma discussão que deve haver a respeito daquellas que fizerão as suas eleições com muitas irregularidades, com muitos defeitos.

Voto pelo requerimento.

O SR. MARINHO:—Eu julgo que o requerimento do nobre deputado não deve ser approveda da fórma por que está feito. O regimento não permite que se peça o adiamento indefinido, isto em questão alguma, e muito menos sobre verificação de poderes, que, pelo mesmo regimento da casa, é sempre urgente.

O SR. SOUZA MARTINS:—Não é indefinido; no requerimento está definido o adiamento.

O SR. MARINHO:—(*Lê o requerimento*):—Bem; então não tenho razão nesta parte, mas creio que o requerimento do nobre deputado contém uma flagrante injustiça; é quando pede que fiquem adiadas na sua totalidade as eleições das Alagoas e da Bahia. Ora, a respeito as eleições das Alagoas a duvida versa tão sómente a respeito de um unico senhor, discute-se se é elle ou outro o quinto deputado; como pois excluirmos os quatro que já têm assento na casa, que têm recorrido connosco aos trabalhos?...

O SR. SOUZA MARTINS:—O nobre deputado póde mandar uma emenda....

O SR. MARINHO:—Não me compete; estou mostrando a injustiça do requerimento. O nobre deputado pede o adiamento das eleições da Bahia, a respeito de cujos poderes não vejo nenhum vislumbre de duvida....

O SR. SOUZA MARTINS:—Póde mandar emenda.

O SR. MARINHO:—Ao menos creio que o nobre deputado deve modificar o seu requerimento neste sentido.

O SR. SOUZA MARTINS:—Pelo que acabei de ouvir ao nobre deputado 2º secretario, já perdi a esperanza de vê-lo dar-me o seu voto que me tinha tão generosamente offerecido....

O SR. MARINHO:—Não lh'o tinha offerecido. *Quod volumus facile credimos.*

O SR. SOUZA MARTINS:—Então o comprehendí mal; será defeito da minha intelligencia; estava persuadido que o nobre de-

putado me tinha promettido o seu voto se eu fizesse o requerimento neste sentido, e por isso o modifiquei; senão, talvez tivesse deixado correr a sorte do primeiro. Levantei-me para produzir novas razões, a ver se me é possível levar a convicção ao espirito do nobre deputado e de outros que pensão da mesma maneira.

As razões que o nobre deputado e outros senhores produzirão contra o requerimento são: — E' preciso constituir-se a camara, é preciso precipitar-se a verificação de poderes, para que no dia 3 de Maio esteja a camara constituida. Eu propuz um arbitrio que satisfaz esta exigencia; é o arbitrio que o nobre deputado me insinuou.

Mas, responde o nobre deputado, não estamos ainda satisfeitos; este arbitrio não nos convém. — E que razões allegão os nobres deputados para isto? Dizem que o requerimento marca um adiamento indefinido. Mostrei ao nobre deputado que o adiamento não é indefinido, mas o nobre deputado respondeu como o lobo ao cordeiro da fabula: — Está bom; se não fostes tu que fallaste mal de mim, foi teu pai; e foi comendo o cordeiro.

Não ha razão alguma que possa servir ao nobre deputado, uma vez que a sua idéa fixa é rejeitar o meu requerimento, é não deixar espaço algum para que se possa fazer o exame necessario das actas.

~~Ab, senhores! poderá haver injustiça mais clamorosa que esta? Pois ha de se negar um pequeno espaço de tempo, algumas horas, 24 horas para examinar essas actas?...~~

O SR. MARINHO: — Modifique o requerimento.

O SR. SOUZA MARTINS: — Já disse ao nobre deputado que póde offerecer emendas nesse sentido; mas note que o direito dos deputados a quem o nobre secretario se refere é tão inquestionavel, que a consciencia desses deputados não teme que possão suas asserções ser reputadas nullas. Demais, a falta de verificação dos poderes desses senhores, não embaraça que a camara se constitua no dia 3 de Maio, que parece ser o objecto principal por que os nobres deputados querem fazer opposição ao meu requerimento.

Outro Sr. deputado por Minas, que fez opposição ao requerimento, apresentou razões que me parecerão sobremaneira improcedentes. O nobre deputado disse:—Se admittimos esse requerimento, seremos obrigados a admittir requerimentos de outros deputados. Oh! se não admittirmos esse requerimento, ficaremos inhibidos de admittir requerimentos que outros Srs. deputados fizerem? Acaso se este requerimento fôr rejeitado, cada um dos Srs. deputados não póde fazer requerimentos em

sentido analogo? Eu, por exemplo. no requerimento que apresentei, peço espaço para examinar as actas de quatro provincias: supponha-se que o meu requerimento, depois de discutido, é rejeitado; não fica livre a outro qualquer senhor fazer um requerimento pedindo as actas de outras provincias?...

O SR. CAMILLO:—Ha o precedente de ter sido rejeitado.

O SR. SOUZA MARTINS:—Mas não é motivo para que se não discuta; ha de soffrer todos os tramites da discussão. Ainda digo mais ao nobre deputado, que mesmo a materia rejeitada póde ser reproduzida, como muitas vezes acontece, por outros meios. Supponha-se que o meu requerimento é rejeitado; posso fazer outro requerimento para que a discussão fique adiada para depois de amanhã; o requerimento já é differente; mas se o nobre deputado approvasse com os seus amigos o requerimento, podia evitar que se fizesse outro no mesmo sentido, a chicana ficava cortada sem precipitar-se o negocio da verificação dos poderes...

UM SR. DEPUTADO:—Então o nobre deputado o que quer é chicanar!

O SR. SOUZA MARTINS:—Fico muito agradecido ao nobre deputado pela intenção que me attribue; mas, parece-me que a camara deve fazer de mim outro juizo. O que peço é tempo para examinar as actas, e creio que nunca ~~haverá requerimento mais legal neste mundo.~~

Sr. presidente, eu entendo que não foi produzido argumento algum na casa que possa prevalecer contra a pretensão do meu requerimento; elle estriba-se em principios de justiça. Tenho observado que nas legislaturas passadas por falta deste exame tiveram assento nesta casa deputados que nunca se reputarão no juizo de pessoas conscienciosas legalmente eleitos: houve em uma das legislaturas passadas um deputado que era denominado pelos outros, não representante da provincia das Alagoas, mas da Atalaia; não representante de uma provincia, mas de um municipio; porque esse municipio tinha augmentado de modo tal o numero de eleitores, que esses eleitores excedião aos de toda a provincia.

Ora, um representante do paiz que vem sentar-se aqui sem ser legalmente eleito, figura o mesmo que um procurador que se apresenta em juizo com procuração falsa; e se no fôro se reputa que tudo quanto obra o falso procurador é illegal, é nullo, porque razão não devemos nós suppôr que o mesmo deve acontecer a respeito dos actos na representação nacional daquelles que se assentão aqui com falsa procuração?

Sr. presidente, a liberdade, a espontaneidade dos representantes do paiz, é o principio fundamental do governo representativo,

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM 28 DE ABRIL DE 1842

37

é a garantia das nossas instituições livres. Se acaso na representação nacional não se sentarem aquelles que forem os eleitos livres e espontaneos dos cidadãos, mas aquelles que fôrem eleitos pela fraude, pela violencia, pelo terror, por todos os meios de que o poder póde lançar mão para conseguir os seus fins, parece-me que podemos dizer que o systema representativo não existe entre nós. (*Apoiados.*) Ora, se a espontaneidade, se a liberdade das eleições dos representantes, é o principio fundamental do nosso governo, por que razão se nos ha de negar o direito de examinar as actas para ver se esses representantes são legalmente eleitos? Não sei, senhores, como possa haver razão plausivel para se negar esse requerimento! Ha de se dizer:—Nós queremos que se sentem na representação nacional os legitimos representantes do povo, que se excluão os falsos procuradores do povo, mas não vos havemos dar espaço sufficiente para fazer o exame necessario?—E' a contradicção a mais saliente das palavras com os factos!

Aquelles mesmos senhores que se mostram tão zelosos dos direitos do povo, tão amigos da liberdade, tão sustentadores das garantias da liberdade, são os mesmos que agora negão o requerimento o mais justo; um requerimento que só pede 24 horas para se examinar as actas de eleições! São os mesmos defensores do direito do povo, sustentadores da liberdade publica, aquelles que defendem na tribuna as garantias essenciaes do governo representativo, aquelles que criminao o governo de oppressor, de violador dessas garantias, são os mesmos que negão, que usão de um poder, em cujo gozo se achão para esmagar a minoria da casa, para negar-lhe o que é de direito e de justiça...

O SR. MARINHO:—E' intoleravel que o nobre deputado diga isto!

O SR. OTTONI:—Um membro da maioria do anno passado!

O SR. ANDRADA MACHADO:—Nada de increpações.

O SR. SOUZA MARTINS:—Sr. presidente, os nobres deputados escandalisão-se, mas escandalisão-se de muito pouco...

O SR. P. DE ALENCAR:—Quem se escandalisa é o nobre deputado, que está tão enfurecido, e com uma raiva tão grande. (*Risadas.*)

O SR. SOUZA MARTINS:—Perdõe-me, não estou enfurecido, estou sentido da injustiça que se quer praticar, desta contradicção de proceder.

Eu não posso deixar de voltar á mesma idéa, porque ella é tão frisante, deve fazer uma sensação tão profunda no espirito daquelles senhores que se achão presentes, que não

posso deixar de fazer este reparo ácerca do modo de proceder desses senhores que se oppoem ao requerimento. Pois se elles se têm mostrado sempre defensores da liberdade, amigos do direito do povo, amigos das garantias do governo representativo, por que razão não quererão que se examine a legalidade, a legitimidade dos titulos dos procuradores do povo? Pois vós sois amigos do povo, amigos dos seus direitos, e não quereis que se examinem os titulos dos seus procuradores?...

O SR. MARINHO:—Quem não quer?

O SR. SOUZA MARTINS:—Eu digo que não querem aquelles que não concedem espaço sufficiente para examinar a legalidade ou illegalidade das eleições, que não querem que se examine quaes são os legitimos procuradores do povo...

O SR. MARINHO:—E os que não querem que a camara se constitua.

O SR. SOUZA MARTINS:—Não vejo os que não querem que a camara se constitua; e tanto que, tendo feito o requerimento, e o nobre deputado, fazendo uma reflexão, pela qual dava a entender que o meu fim era procrastinar a verificação dos poderes dos membros da camara, eu immediatamente retirei o meu requerimento, de alguma maneira conformei-me com a insinuação do nobre deputado para fazer o requerimento em outro sentido, para que a camara se pudesse constituir no dia determinado; logo, se eu tive este procedimento, entendo que o nobre deputado e toda a camara devem estar convencidos da minha boa fé; que o meu desejo é que sómente se pretira a verificação dos poderes dos deputados cujas eleições são contestadas. A' vista disto, poder-se-me-ha attribuir a intenção de que não quero que a camara se constitua no dia que a constituição determina? Semelhante imputação seria de todas a mais injusta, porque é desmentida pelo meu proprio procedimento.

Mas entendo que não deverá ser assim o raciocinio que se fizer ácerca daquelles senhores que querem negar tempo sufficiente para se examinar a legalidade dos titulos daquelles que aqui se vem sentar. Ora, eu não duvido da boa fé dos senhores, mas supponho que estão em um erro consideravel; entendo que esta precipitação obterá o seu fim; que a camara se constituirá com maior numero de membros do seu lado, do seu partido; mas notem os nobres deputados, ás vezes o espirito de facção ou de partido raciocina muito falsamente; é preciso mais ponderação, mais reflexão; é preciso que não nos deixemos levar pelos nossos amigos, pela affeição das pessoas que nos rodeião, afim de que possamos julgar com independencia sufficiente no lugar a que somos elevados pelo povo. A influencia da amizade, a influencia das pessoas que nos rodeião, muitas vezes faz

dobrar a firmeza, a rigidez de nossos principios politicos, rigidez e firmeza que devem ser sustentadas nesta tribuna se queremos ter governo representativo, se queremos ter principios solidos, pelos quaes tenhamos sempre de nos reger. Os excessos, as violencias, as fraudes, que são observadas no partido oposto, enchem-nos de indignação, de horror, fazem-nos clamar contra os abusos, contra os despotismos e arbitrariedades; aquellas fraudes, porém, aquellas violencias e abusos que são feitos pelos pessoas do nosso lado, isto são subtilidades, são gentilezas....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — Assim pensa o nobre deputado.

O SR. SOUZA MARTINS: — são coragem civica de um cidadão forte que sabe sustentar o seu lugar....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — E a eleição do senador pelo Ceará?

O SR. SOUZA MARTINS: — Como essa eleição não está em discussão, o nobre deputado ha de permitir que não trate della.

Mas supponha-se que os nobres deputados da maioria conseguem o seu fim, que fazem approvar as eleições ás carreiras, votando sem discussão, sem exame sufficiente: que a camara se constitue com os falsos procuradores do paiz....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — Já sabe que são falsos?

O SR. SOUZA MARTINS: — Tenho convicção disto, por isso peço o exame das actas....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — Se a convicção está formada, para que esta discussão?

O SR. SOUZA MARTINS: — Para convencer ao nobre deputado e a outros....

O SR. OTTONI: — Logo, o nobre deputado tem convicção antes de examinar as actas.

O SR. SOUZA MARTINS: — Peço ao nobre deputado que me deixe continuar; como pedio a palavra, terá occasião de rebater tudo quanto tenho dito.

Mas digo eu — se a camara se constitue tal qual deseja a nobre maioria, o que não se dirá? De certo a maioria da camara usou de arbitrariedade, usou de despotismo, não quiz que a minoria fosse examinar os documentos das actas, usou da supremacia do poder, suffocou a sua voz, não quiz que esses documentos apparecessem em publico; por isso nem ao menos concedeu o espaço de 24 horas para o exame das actas. Ora, este raciocinio, que é obvio, e que devem fazer todos aquelles que não estiverem prevenidos, não poderá offender o credito da illustre maioria? A materia é do interesse da maioria e da minoria, porque é do interesse dos minis-

teriaes e dos opposicionistas que as leis sejam observadas, que os principios sejam sustentados, que as garantias do governo representativo sejam respeitadas: é isto do interesse de todos os partidos, porque nestas bases é que está collocada a ordem social. Se acaso estas bases se alluem, então todo o edificio se desmorona, ficaremos sepultados debaixo de suas ruinas; por consequencia não pense a illustre maioria que suffoca a voz da minoria por meio de actos do poder, por meio de actos de arbitrariedades, de despotismo taes como o de negar o espaço de 24 horas para se examinar os documentos das actas, afim de se verificar quaes são os verdadeiros representantes do povo, e quaes os seus falsos procuradores....

O SR. P. DE ALENCAR: — Por exemplo, os do Saboeiro.

O SR. SOUZA MARTINS: — Se acaso a illustre maioria procede desta maneira, obra contra os seus proprios interesses, faz um suicidio politico do seu credo. A pretensão da maioria deve ser conquistar a opinião publica, fazer com que a maioria da opinião nacional esteja de seu lado, seguir os principios de justiça, censurar os desvios do poder, os abusos, etc. Mas prevalecer-se desse poder para praticar os mesmos abusos, para praticar violencias, para suffocar a voz daquelles que estão em minoria, oh! esse modo de proceder não é coherente com os seus proprios interesses, esse modo de proceder reverte em seu descredito, faz o seu suicidio politico.

Eu não vi outras razões pelas quaes o meu requerimento deva ser rejeitado. Um Sr. deputado por Minas que contra elle fallou produziu razões tão improcedentes (não me atrevo a dizer tão futeis porque respeito muito ao nobre deputado), que me admira como o nobre deputado se lembrou de produzir taes razões; parece-me que ellas devião servir para se approvar logo o meu requerimento, afim de que votassemos por aquellas provincias cujas eleições não são contestadas.

A' vista de tudo quanto acabo de dizer, voto pelo requerimento, e peço á illustre maioria que me conceda a graça de votar por este meu primeiro requerimento. Se entender que eu me desvio das regras do regimento da casa, vote contra mim, mas peço-lhe o obsequio de votar a favor deste primeiro requerimento tão simples, tão razoavel.

O SR. OTTONI: — Sr. presidente, eu tencionava votar symbolicamente na presente questão, mas algumas proposições do nobre deputado que me obrigarão a mudar de parecer, e a occupar a attenção da camara por alguns poucos momentos.

Sr. presidente, é um rifão mui comestinho,

QUARTA SESSÃO PREPARATORIA EM 28 DE ABRIL DE 1842 39

mui trivial, mas mui verdadeiro « Quem me avisa amigo é. » Eu tomei a palavra especialmente para rogar á maioria ou ao meu lado (que não sei se é maioria ou minoria, apesar de que disse o nobre deputado), para rogar ao meu lado, que haja de attender bem aos avisos que acaba de nos dar o nobre deputado pelo Piahy. Diversos forão elles, mas fallo especialmente de um.

O nobre deputado já nos avisou que, se acaso este requerimento não passar, virá um outro para uma outra combinação de provincia; que, se este terceiro requerimento não passar, virá um quarto com uma outra combinação de provincias. Assim, veja a camara do que estamos ameaçados, isto é: discutiremos toda esta sessão, e ainda nos será preciso uma prorrogação para discutirmos os requerimentos de adiamento com que nos ameaça o nobre deputado.

Ora, este aviso do nobre deputado adquire ainda maior força quando eu o combino com as suas expressões no segundo discurso que proferio. O nobre deputado teve a simplicidade ou a franqueza de nos confessar que o seu fim é adiar, e como se consegue com esta segunda idéa o seu fim, por isso a apresenta, sem se lembrar que o meu nobre amigo, deputado por Minas, não apresentava esta idéa como sua, mas tinha dito simplesmente que era mais razoavel que o nobre deputado a apresentasse. O nobre deputado ~~teve a franqueza de declarar á camara que a~~ idéa preenchia o seu fim, que era adiar: logo, o fim do nobre deputado é adiar. Não sei se é órgão do seu lado nesta manifestação; mas o nobre deputado, depois de nos fazer este aviso que devemos tomar na mais seria consideração, por isso que parte de tão distincto campeão do lado, não sei se ministerial, por isso que por agora não ha lados, também farei alguns reparos sobre outros topicos do seu discurso; primeiramente pedirei á camara que pondere a incoherencia ou inconveniencia das hypotheses que figurou o nobre deputado a respeito da supposta maioria que elle considerou já organizada na casa. O nobre deputado, hoje fallando hypotheticamente, cobrio de baldões essa maioria, accusou-a de violenta, de arbitraria, se rejeitar o seu requerimento; disse que, se não se approvar o requerimento, cuja approvação o mesmo nobre deputado, na conclusão do seu discurso, declarou que era um favor, favor que podia ser contrario ao regimento...

O SR. SOUZA MARTINS:— Isto não.

O SR. OTTONI:— o nobre deputado explicou-se desta maneira:— Peço á nobre maioria que, se acaso para o futuro entender que algum requerimento meu é contra o regimento, vote contra elle, mas este é o

primeiro.— Logo, por ser o primeiro, ainda que seja contra o regimento, deve ser approvedo.

Sr. presidente, eu passarei por alto as considerações moraes que o nobre deputado faz a respeito dos direitos da minoria, passarei por alto isto; não quero mesmo acreditar que o nobre deputado, burlado na sua esperança, esteja agora fazendo a satyra do comportamento da maioria transacta, que esmagou-me e aos outros deputados da maioria, contra todo o direito, contra o regimento, contra a constituição. Mas o nobre deputado fez outra accusação contra o meu lado que não posso deixar de repellir com toda a força de que sou capaz. O nobre deputado teve a bondade de nos dizer que queriamos apressar a approvação dos diplomas, emquanto estavamos com maioria na casa; que era por isso que se impugnava o seu requerimento.

Ora, eu podia retorquir ao nobre deputado dizendo que o nobre deputado quando nos annuncia adiamento sobre adiamento, quando quer que se faça uma discussão em detalhe de varias provincias, o que quer é, segundo a sua declaração, adiar, ou quando não (o que é ainda peor), deixar já consignados pretextos para depois constituir essa accusação que elle já começou a fazer-nos, de falsos procuradores, de deputados que não representão o paiz, e assim justificado ficará qualquer acto que por ventura nos antros ministeriaes se ~~tenha concertado.~~ ~~(Apoiados.)~~ Mas eu declaro ao nobre deputado que não me deixo intimidar pelas suas ameaças (apoiados); se é nesta parte órgão do poder, fique o poder entendido que não nos acobarda (numerosos apoiados); estabeleça embora os seus pretextos, chame-nos já falsos procuradores.

O nobre deputado nos declarou que presava das actas, porque nada sabia, queria esclarecer o seu espirito para vêr as accusações que se fazião contra certas eleições; mas no segundo discurso o nobre deputado declara que tem a convicção de que são falsos procuradores alguns deputados: portanto, tem uma convicção sem ter examinado, uma convicção de partido, uma convicção sem fundamento.

Sr. presidente, limitando-me mais especialmente ao fim para que me levantei, de novo rogo á camara que haja de tomar em consideração os avisos que o nobre deputado teve a bondade de fazer.

O Sr. Andrada Machado:— Levanto-me para oppôr-me ao requerimento em discussão. Eu tinha resolvido votar contra o primeiro requerimento do nobre deputado, porque entendi que era nocivo. Hontem deu esta camara um exemplo novo, foi a mesma com-

missão, que requereu adiamento contra o regimento, foi, a meu vêr, generosa de mais; ainda assim, porém, não contentou. Teve o nobre deputado um dia para examinar, e diz que não viu, não examinou; e de quem é a culpa?

O SR. SOUZA MARTINS: — Não sei. Eu pedi á mesa.

O SR. ANDRADA MACHADO: — O que fez? Cumpre que estejam vigilantes; se não viu, tenha paciência; muita gente vota só por autoridade das commissões; e demais, não é bom dormir, porque *vigilantibus et non dormientibus succurrit jus*.

O SR. SOUZA MARTINS: — A culpa é dos nobres membros da commissão, que não publicarão os documentos.

O SR. ANDRADA MACHADO: — Não seria a primeira vez que o nobre deputado e outros tenham votado fundados na só autoridade. O adiamento, para depois da installação, sobre o exame dos poderes dos deputados de taes e taes provincias, é prematuro, é contra o regimento. O regimento manda que os poderes sejam verificados na sessão preparatoria, e só quando apparecem taes difficuldades que convenção aos deputados de que não podem proceder com justiça actualmente, é que se deixa para depois, mas antes disso, só porque o nobre deputado diz que existem eleições que julga disputaveis, antes de a casa se convencer de que não pôde tomar conhecimento e decidir com justiça, não tem lugar adiar o que a lei manda fazer incontinentemente. Isto se fez em 1838. Tratou-se do parecer em globo; apparecerão difficuldades, e ficarão para se votar depois Sergipe e Parahyba, creio eu, mais tratou-se no proprio tempo, como era de obrigação e do regimento,

Como pois iremos assim de repente invocar? Eu faço justiça a todos os nobres deputados: não quero dizer que hajão nisto outros fins. Talvez alguém quera que se esperasse formar uma maioria mais decidida a seu favor; também pôde ser; é permitido em politica. Um partido que está convencido da justiça da sua causa, guiando-se nella também por motivos de conveniencia, obra bem; mas permitirá também que os outros obrem em contrario, e que reunão os motivos de conveniencia e de justiça, quando os motivos de conveniencia não se oppoem á justiça.

Ora, mostrarei que não se oppoem. Realmente o nobre deputado teve tempo hoje de ver e ainda terá para amanhã, porque é impossivel que se vote hoje; assim consegue o seu fim. Para que deixar para depois de estarmos constituídos as questões sobre as eleições das outras provincias? Opponho-me a isto em virtude do regimento, emquanto pela discussão

me não convencer da necessidade de um adiamento, de uma violação da regra geral estabelecida no regimento.

Agora farei unicamente um reparo: o nobre deputado teve a bondade de fazer prelecções sobre o systema constitucional representativo; eu desejava que elle fizesse estas prelecções aos do seu lado, porque uma grande parte delles não conhecem estes principios, ao menos se devemos julgar por seus actos, porque é por onde eu julgo tudo. Do meu lado, Sr. presidente, não espero que o nobre deputado nem ninguém dos seus aponte, ao menos uma gentileza, um desvio da verdade e da justiça; porque declaro aos meus collegas que se eu visse que o lado a que pertence obrava uma injustiça, eu não seria mais seu companheiro de politica; até agora não tenho visto senão que o lado a que eu pertenco tem sido campeão verdadeiro das liberdades da nação inteira e que tem defendido a ordem, mas a ordem subordinada á liberdade, que quer a monarchia e ha de querer sempre...

O SR. PATRONI: — Bravo!

O SR. ANDRADA MACHADO: — ...porque o monarcha é Christo, a fonte da salvação do Brazil!

O SR. PATRONI: — Bravo! bravo!

O SR. ANDRADA MACHADO: — ...mas não quer de nenhum modo que Christo destrua aquillo que deu...que é a liberdade nacional...

O SR. PATRONI: — Bravo! bravo!

O SR. ANDRADA MACHADO: — E' o que ninguém pôde querer. Os de meu lado nunca fizemos violencias, nem havemos de fazel-as. Não estamos em maioria, como parece ao nobre deputado: lembre-se o nobre deputado de que ainda no anno passado eu disse que inepto é o governo que não tem maioria nas camaras: ha de tel-a, fique tranquillo, ha de gozar desse privilegio, salvo se teimar nas suas arbitrariedades, violencias e atrocidades. O nobre deputado mesmo não tem que temer, não occupa um posto de risco, antes está em um mar de rosas; aqui é a grelha onde se assão os Guatimozins; ahi é onde os chefes hespanhóes mandavão assar os indios. Feliz o nobre deputado que é ministerial! para elle não ha grelhas. Voto pois contra o requerimento do nobre deputado; quero que se discuta em globo o parecer da commissão, e no caso de apparecer na discussão razão valiosa pela qual me convença de que se faz necessario o adiamento, não negarei meu voto.

O SR. TORRES: — Eu não pedi a palavra para fallar sobre o requerimento; já disse o que me cumpria dizer sobre elle; pedi a palavra só para repellir algumas expressões do nobre deputado que acaba de orar. Elle assevera

que a opposição está sobre as grelhas de Guatimozim e que os do nosso lado estão no lugar dos chefes hespanhóes. Ora, eu creio que muitos nobres deputados que se sentão hoje do lado a que tenho a honra de pertencer já se acháráo também sobre as grelhas de Guatimozim, e que, quando o illustre deputado esteve no ministerio com seus collegas, nós também lhe fizemos opposição, porque entendiamos que os principios que elles professavão erão contrarios inteiramente á liberdade e á ordem. Não foi portanto por interesses mesquinhos e individuaes que professámos então, e professámos hoje tal ou tal opinião. E' preciso ser mais justo para com seus adversarios, se quer justiça para si....

O SR. ANDRADA MACHADO : — Admitto.

O SR. TORRES : — E admitta também que, se o illustre deputado pela provincia do Piahy se tivesse achado nesta casa em 1840, elle teria militado debaixo de nossas bandeiras, teria combatido as proposições do nobre deputado e a de seus illustres collegas.

O SR. OTTONI : — Mas não enriquecêráo com isto.

O SR. TORRES : — Quaes são os que enriquecêráo?

O SR. OTTONI : — Não sei.

O SR. TORRES : — Insinuações tão perfidas são sempre indignas desta casa.

~~O Sr. Andrada Machado : — O nobre deputado não me comprehendeu : primeiramente não fallei em interesses sordidos e mesquinhos ; eu disse sómente que o posto da opposição era posto de perigo, no qual se não ganhava senão as grelhas de Guatimozim, e que o posto ministerial é o posto dos chefes hespanhóes. Ora, agora direi também : não se gabe tanto o nobre deputado : elle nenhuma opposição fez ao governo de que fiz parte ; nada absolutamente, nem houve tempo, senhores.~~

O SR. SOUZA MARTINS : — Nem nas eleições ?

O SR. ANDRADA MACHADO : — O governo não entra em eleições, e certo eu nunca entrei nellas, Sr. deputado ; se o diz, falta á verdade, sinto dizer-lh'o ; não ha uma só prova de que o ex-ministro do imperio entrassem em eleições, aliás aqui estou á vista do mundo inteiro ; venhão as provas, não ha de haver senão isto que confesso. O ex-ministro do imperio, fallando a differentes pessoas, disse com franqueza : — O governo desejára ter candidatos seus —, não ordenou, nem por si, nem por seus delegados, que se defraudassem ou forçassem as eleições, nem era possivel que eu o fizesse : eu sou muito conhecido no Brazil : póde-se esperar de mim, talvez, fortaleza de mais, mas fraqueza, baixeza, nunca se espere

de minha familia (apoiados), não ha um só facto que o prove, nem ha de haver. Haverá, talvez, defeitos, ha, sem duvida, muitos na minha vida politica, mas este não ha de haver. Por consequencia, enganou-se o nobre deputado.

Continuou o nobre deputado attribuindo-me o que eu não disse, nem podia dizer, porque sou bastantemente urbano. Eu apontei defeitos, mas não fiz applicação. Tornou ainda a enganar-se o nobre deputado, quando cuidou que eu dissera que todos os governantes são chefes hespanhóes. Não, Sr. deputado, quando no governo entrão homens como eu, nada têm que vêr os chefes hespanhóes, nem delles nada têm que temer os Guatimozins ; não ha pois grande coragem da parte dos que lhes fazem opposição ; os principios de eterna justiça que professamos segurão-os de nossa vingança ; não é assim no nosso caso, estamos fracos, porque o governo é força, e alguma coragem mostramos quanto affrontamos o poder injusto de homens que só mirão a fins interessados, embora reprovados pela razão e pela moral de homens que só se guião pelos principios de conveniencia, por transacções, por bullas de circumstancias, e riem do honesto e de do justo.

O Sr. Maciel Monteiro (depois de algumas palavras que não ouvimos) : — O nobre deputado do Piahy, quando submetteu á consideração da camara o seu requerimento, deu por motivo fundamental não estar sufficientemente instruido e informado dos documentos e mais occurrencias havidas nas eleições provinciaes : elle fallou unicamente de si, expóz unicamente os motivos de sua

mcção ; mas, se fôra permittido a cada um de nós explicar-se, talvez que muitos de nós estabelecessemos os mesmos fundamentos para querer uma discussão mais pausada. Também não estou muito informado do que se tem passado a respeito de eleições. No anno passado eu declarei que me reservava para tomar em tempo opportuno aquella parte que pudesse nesta questão ; eu devia pois nesta discussão tratar de informar-me o mais que me fosse possivel a respeito de tudo quanto se verificou nesse grande acto eleitoral : entretanto, vejo que alguns nobres deputados oppoem-se a admittir o adiamento, e devo confessar que não deixo de lhes achar alguma razão. Principiarei por reconhecer os defeitos do regimento quando estabelece um prazo tão curto para a discussão de materia tão importante e vital ; de certo, eu desejára que o regimento permittisse que os deputados se reunissem no mez de Março. Então teríamos tempo sufficiente para examinar essa questão em que se trata de dar ao paiz os seus representantes. Assim como a camara dos deputados não póde roubar o direito a quem

o tem de representar o paiz, assim tambem não pôde conferir os direitos de deputado a quem os não tem; por isso esta questão é muito importante, e qualquer desejo da parte de um de nós de instituir um exame severo, de proceder com todo o rigor da analyse em semelhante questão, é um desejo legitimo, pôde ser que este desejo esteja de encontro até certo ponto com o argumento, e que ás regras da conveniencia até se opponha, mas não é menos verdade que é legitimo:

Eu declaro que não me acho habilitado para emittir uma opinião conscienciosa a respeito de certos pontos do parecer da nobre commissão que parece não ter em verdade empregado toda a diligencia; que a experiencia de seus membros em semelhantes negocios dava lugar a esperar. Eu vejo alguns pontos em que a commissão é muito peremptoria; vejo, por exemplo, que ella diz que ha irregularidades, mas que são de natureza tal que não podem influir na validade; entretanto, que conhecimento tenho de alguns collegios, não poucos, onde cousas occorrerão extraordinarias; a tarefa da illustre commissão é ardua, complicada e laboriosa, porque emfim parece que, segundo o regimento, tinha de interpôr o seu parecer em um espaço de tempo muito curto a respeito das eleições; portanto, ao mesmo tempo que dirijo á commissão este reparo, eu a desculpo por ter apresentado um parecer que, em alguns pontos, me parece escuro, mas pôde ser que a commissão se reserve para na discussão ministrar aquellas informações que fôrem solicitadas. Eu, pela minha parte, desejava pedir alguns esclarecimentos á commissão; talvez as informações não sejam muito completas, porque, já digo, a commissão teve uma tarefa summamente onerosa e ardua, e não poderia talvez fazer o exame que era necessario, mas emfim ella ministrará as informações que fôrem convenientes, e se não satisfizerem eu terei então o recurso de abster-me de votar.

Sr. presidente, já se vê que apoio o requerimento do Sr. Souza Martins; mas, depois de ter dado as razões por que o apoio, que é a ignorancia em que me acho para poder votar com o necessario conhecimento de causa, devo tambem pedir licença para fazer algumas observações ácerca de algumas proposições emittidas na casa. Parece que os que tiverão em vista impugnar o requerimento do meu nobre amigo entenderão que havia da sua parte alguma falta de sinceridade; e na sua irritação chegarão mesmo, com falta das regras parlamentares, a querer descobrir nas palavras do nobre autor do requerimento o aviso de que uma multidão de requerimentos consecutivos seriam apresentados. *(Depois de algumas palavras que não ouvimos, continúa o orador.)*

Não queremos que esta questão seja protelada, não temos interesse em que a camara se não constitua, pois nós mesmos que consideramos o cargo de deputado um dos de maior honra havíamos de querer pôr em duvida o titulo de representante do paiz? Creio que o nobre deputado, pensando melhor na maneira por que entendeu as palavras do nobre deputado do Piahy, lhe fará mais justiça, e tambem áquelles de seus amigos que podem votar a favor do requerimento. Em todo o caso, a marcha dos nossos trabalhos convencerá ao nobre deputado que não houve sinistras intenções. Algumas palavras irritantes forão proferidas; pareceu-me ouvir expressões que tendem a ferir o caracter pessoal daquelles a quem se dirigirão. Eu desejára, Sr. presidente, que V. Ex., todas as vezes que apparecessem na casa expressões de semelhante natureza, houvesse de impôr o silencio. Eu quizerêi que haja nos nossos debates a maior serenidade e urbanidade, e que nelles se guardem as regras prescriptas pela decencia.

O Sr. Cansansão:—Sr. presidente! Não é sem grande acanhamento que tomo a palavra para fallar sobre o objecto que se acha em discussão; e meu acanhamento é tanto maior quanto vejo que uma idéa enunciada por tal forma, e de tal sorte fundada no sentido da mais perfeita imparcialidade, tem sido interpretada de uma maneira tão odiosa, tem tão fortemente escaldado os animos de dous lados desta casa, que eu reconheço verdadeiramente quanto é penosa a situação de um deputado novo, que, sendo obrigado pelo encargo do lugar que occupa a emittir suas opiniões, tem de ferir, tem de offender mais ou menos as susceptibilidades desses partidos, aos quaes elle é inteiramente estranho.

Repito, senhores, que é com grande acanhamento que tenho de fallar, que tenho de prestar o meu apoio á idéa do meu nobre amigo e deputado pela provincia do Piahy, o Sr. Souza Martins, quando considero a marcha que tem tomado esta discussão, as recriminações reciprocas a que ella tem dado lugar, porque já me parece que as minhas palavras, que as minhas opiniões vão ser desfiguradas, vão ser interpretadas pelo malicioso e sempre injusto espirito de partido, de uma maneira inteiramente contraria ás minhas intenções; mas, em abono da verdade, eu devo dizer o que sinto.

Sr. presidente, a primeira idéa que me despertou o requerimento que primeiramente dirijo á mesa o meu illustre collega o nobre deputado pelo Piahy, foi que seu desejo, que o fim principal do seu requerimento, tinha sómente por base o desejo de que o acto da verificação dos poderes dos membros desta casa fosse feito com aquelle justo e maduro

exame correspondente á importancia e natureza do seu objecto. Ora, casando-se com esta a minha opinião; reconhecendo eu com o nobre deputado a difficuldade que esse exame, essa verificação encontrará em uma discussão englobada, onde, discutindo-se em commum a validade, ou invalidade de muitos collegios eleitoraes, será difficil ao espirito de cada nobre deputado reter ou conservar os argumentos ou razões peculiares a cada um desses collegios, circumstancia muito essencial para uma votação concisa; reconhecendo, digo, a força das ponderações com que o nobre autor do requerimento motivou a sua lembrança, não duvidei prestar-lhe meu assentimento quando, primeiramente, a combateu um meu illustre collega pela provincia de Minas.

Mas quando vi a maneira por que uma idéa que eu julgára tão boa, que eu cria haver sido enunciada com a maior sinceridade, tinha sido interpretada; quando vi que nella se enxergáão pensamentos occultos, pensamentos malignos, estimei, applaudi a resolução que tomou seu nobre autor de a recolher. O fundamento com que se rejeitou, ou, para dizer melhor, por que encontrou opposição em muitos membros desta casa o requerimento de meu illustre amigo foi, sem duvida, porque assim se prolongaria de tal sorte a discussão, que talvez os poucos dias que ainda restão de sessão preparatoria não seriam sufficientes para a ultimar a, e por esta fórma, achar-se-hia a camara, no dia marcado pela constituição, fóra do estado de se constituir; mas este inconveniente, este receio, deve desaparecer em grande parte á vista do novo requerimento que se acha sobre a mesa, o qual, permittindo a discussão englobada ácerca daquellas eleições que, no entender e juizo da commissão de poderes, não offerecem duvida, reserva para uma discussão parcial as eleições das quatro provincias, Maranhão, Ceará, Alagoas e Bahia. Julgando eu pois que esta nova idéa vem a ser o meio termo entre as opiniões diversas que ella pôde conciliar perfeitamente as apprehensões de um lado da camara com os desejos de muitos deputados a quem esta discussão interessa, não recuso novamente decidir-me por ella.

Senhores, eu tenho ouvido fallar muito contra os graves inconvenientes do prolongamento de nossas sessões preparatorias; esses inconvenientes são certamente graves, eu o confesso; mas eu desejo tambem que se não desprezem os inconvenientes que podem resultar da precipitação ou ligeireza com que se tem de proceder em um acto de tamanha importancia e magnitude, qual é o da verificação dos poderes dos membros desta casa; e digo-vos, sem reserva, que, se acaso quizessem pesar uns e outros na balança da

gravidade, não sei quaes seriam as que levarião a concha á terra.

O acto da verificação dos diplomas dos membros de um corpo social, senhores, é, enquanto a mim, um verdadeiro baptismo politico; sua escolha ou sua eleição, que é o seu nascimento, não é por mim considerado de tanta importancia, porque ás vezes uma circumstancia feliz, uma pura casualidade, uma falsa gloria, pôde attrahir as affeições populares; mas a sentença proferida por uma parte que se considera ser a mais illustrada da nação, pelo grande sacerdocio politico por este ramo do poder legislativo, que nós aqui representamos, deve ser acompanhado de todas as formalidades, deve ser seguida de todas as circumstancias que lhe dêem o cunho da justiça, já que não pôde ser o da infalibilidade.

Mas com se poderá obter semelhante resultado, como, Sr. presidente, poderá esta camara proceder a um exame vago e consciencioso sobre a verificação dos poderes de seus membros, se lhe não dão para isso o tempo necessario? Será com uma discussão englobada que poderemos alcançar aquillo que aliás todos parecemos desejar? Parece-me que não; e por esta vez não posso dispensar-me de dizer que fiquei sorprendido quando ouvi a um nobre deputado, creio que pela provincia de Minas Geraes, sustentar que a discussão englobada lhe parecia até ser mais propria para esclarecer a materia; ora, senhores, parece-me ser de primeira intuição, parece-me ser fóra de toda a duvida, que tendo nós de votarmos, e parcialmente sobre objectos, se bem que da mesma natureza, mas revestidos de circumstancias, de hypotheses diversas, parece-me, digo, que será mais facil ao espirito discutir cada um desses objectos, e votal-o immediatamente depois da discussão quando ainda conserva em toda a frescura, e no isolamento, por assim me exprimir, os argumentos ou razões peculiares a cada um desses objectos, do que votal-os depois de uma discussão commum! Esse processo é mais simples, é mais conforme á natureza do espirito humano.

Agora responderei a uma reflexão que fez o meu nobre collega o Sr. 2º secretario, a quem, em primeiro lugar, cumpre-me agradecer a justiça que me fez de attribuir meu assentimento ao requerimento em questão, sómente ao sincero desejo de que se proceda nesta materia com toda a gravidade. Disse elle que o objecto do requerimento podia bem escusar-se; porque, se por elle tem-se em vistas esclarecer e ventilar a questão das eleições, que estas já o têm sido demasiado, tanto pela imprensa, como pela tribuna, especialmente na sessão do anno passado. Devo ponderar ao illustre deputado a quem me refiro que, se essa razão pôde ser dada ácerca das eleições das outras pro-

vincias, de maneira alguma póde prevalecer quanto ás das Alagôas, porquanto contra essas nunca se fallou, nem pela imprensa, nem pela tribuna, e que sómente por incidente e de leve forão aqui tratadas, uma vez na sessão do anno passado, e isso mesmo sobre pontos diversos daquelles que hoje offerecem motivo de contestação. E' pela primeira vez, é neste anno, e ha dous ou tres dias sómente, que se tem fallado nas eleições das Alagôas.

Agora me dirigirei a outro meu illustre collega e deputado pela provincia de Minas, o Sr. Ottoni, que disse que os deputados, tendo firmado já sua convicção ácerca de taes, ou taes eleições, não careciam de examinar os *documentos, porque essa convicção devia ser o resultado de um exame anterior: o nobre deputado ha de me permittir que lhe diga que não posso concordar com a sua opinião. Póde-se ter a convicção de um facto, mas uma convicção fundada em provas e documentos differentes daquelles que se achão ligados ao processo: as provas extrajudiciaes podem convencer a um accusador de que certo individuo fôra autor de um delicto; mas como não ha de ser com essas provas extrajudiciaes que esse accusador fará chegar ao espirito do julgador a convicção de que está possuido, é-lhe mister examinar as provas judiciaes para dellas tirar argumentos que possam convencer áquelle. Por exemplo, senhores, eu tenho minha convicção firmada ácerca das eleições das Alagôas, porque alli me achava na occasião em que ellas se fizeram, porque me achava, por assim me exprimir, no theatro dos acontecimentos: mas apparecem hoje nesta casa documentos contra essas eleições de que eu não tinha noticia: ora como poderei eu fazer, a despeito desses documentos, penetrar-vos de minha convicção, senão examinando-os maduramente, para saber que grão de confiança elles devem merecer?*

Eu tenho queixas amargas que dirigir aos illustres membros da commissão de poderes, se bem que não posso deixar de confessar o profundo respeito que lhes consagro.

Dir-lhes-hei que não obrarão com toda a lealdade ácerca do exame que fizeram nas eleições das Alagôas; dir-lhes-hei que... Se algum dos honrados membros da commissão se julga offendido com a expressão que empreguei, eu a retiro; não tendo a menor intenção de offendê-los, estou prompto a dar-lhes esta satisfação. Eu direi pois de outra fôrma; a illustre commissão não só procedeu com menos imparcialidade, ouvindo e tomando informações ácerca das eleições das Alagôas sómente das pessoas que naquella provincia constituem ou representam um partido differente, como que pareceu dar o seu parecer com alguma precipitação, porque não examinou, como provarei na discussão, todos

os documentos que lhe forão presentes; e talvez que fosse isso devido ao pouco tempo que teve.

O SR. OTTONI: — Isto é discutir o parecer.

O SR. CANSANSÃO: — Não, isto não é discutir o parecer, isto serve só para dizer que se a commissão em dous dias não teve o tempo necessario para examinar esses documentos, como é que nós outros deputados, interessados nesta questão poderemos fazê-lo no curso de uma discussão? Voto pelo adiamento proposto, se adiamento se póde chamar o requerimento do nobre deputado o Sr. Souza Martins, afim de que nesta grave questão possamos votar com aquella convicção que a importancia do objecto, que o nosso proprio dever exige.

Julgada a materia discutida, é o requerimento posto á votação por partes, e todo elle rejeitado.

São lido os pareceres da commissão de poderes que approvão os diplomas dos Srs. deputados Antonio Joaquim de Mello, Manoel Lobo de Miranda Henriques, João Coelho Bastos, Venancio Henriques de Rezende, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e Paulino José Soares de Souza. Reserva-se a discussão para depois da votação do parecer.

O Sr. Oliveira: — Levanto-me, Sr. presidente, porque desejo que este parecer não passe sem discussão, e especialmente para pedir á nobre commissão uma explicação sobre a eleição do collegio do Bonito, na provincia de Pernambuco.

Disse a nobre commissão que se devia annullar a eleição do collegio do Bonito, e mandar-se proceder nas freguezias de que elle se compõe a novas eleições primarias, como se fez em 1838 a respeito dos collegios de Campina Grande, Pombal, Piancó, na provincia da Parahyba. Mas o motivo com que a nobre commissão justifica o seu parecer ácerca de annullar-se, não só a eleição secundaria do collegio do Bonito, mas também as eleições primarias das suas freguezias, é uma illegalidade que se observa na eleição secundaria do mesmo collegio. Ora, eu entendo que a nobre commissão teve um equivoco, porque não é admissivel que a illegalidade da eleição secundaria do collegio de que se trata possa affectar as eleições primarias das suas freguezias.

Desejo, pois, ouvir a nobre commissão; e se ella me não satisfizer, terei de votar contra o seu parecer na parte a que me refiro.

O Sr. Rezende: — Sr. presidente, por occasião de se discutir o requerimento do nobre deputado pelo Piahy, eu perguntarei se não havia representação, ou que quer que fosse, sobre alguns collegios, não só parciaes, mas

QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

45

geraes. Eu entendo que a comissão, de duas uma, ou teve presentes documentos, e não querendo apresentar um parecer muito extenso, e reservou-se para a discussão, ou então não teve taes documentos. Isto para mim é maravilhoso. Consta nesta casa que em um collegio de minha provincia, por exemplo, da Goyanna, a mesa eleitoral recusára um batalhão de guardas nacionaes para votar militarmente; porque não contestarei aos respectivos individuos o direito de apresentar a sua lista; mas negarei sempre o direito de qualquer chefe se apresentar com o seu batalhão em ordem de marcha para entregar suas listas e ser admittido. Todos sabem, e é obvio, que daqui resultão grandissimos inconvenientes. Primeiramente, um chefe póde dar ordem de marcha a um batalhão de manhã cedo, a qualquer hora, a pretexto de revista, jury de qualificação ou qualquer outro, apresentar-se no collegio e tomar de assalto a mesa, de modo que ninguém lhe possa resistir, e fazer as eleições a seu geito, segundo o axioma de que — ganha a mesa, ganha está a eleição.

Apresentou-se na Goyanna a guarda nacional para votar em ordem de marcha; a mesa se oppóz a admittir taes votos emitidos para uma semelhante maneira, porque não podia verificar livremente as qualidades de eleitor de um batalhão inteiro: rejeitou pois admittir esta força numerica; a força parece que insistio em que devia votar, e o parochio retirou-se. Appareceu então uma opinião de que qualquer ancião, na falta do parochio, podia occupar o seu lugar, e assim installou-se nova mesa. Emfim, se ha documentos na comissão, não sei; mas é o conhecimento que tenho. Que o parochio e membros da mesa representarão, é exactissimo; e se esta representação não está na comissão, é porque houve interesse em arredar da comissão documentos taes. Eu declaro que, se tal aconteceu hei de votar contra o collegio da Goyanna, qualquer que seja a influencia que possa ter na eleição.

Quanto ao collegio do Rio Formoso, pergunto á comissão se não cahirão em sua pasta alguns documentos a respeito, porque na assembléa provincial de Pernambuco apparecerão documentos que, a meu modo de ver, annullão a validade desse collegio.

A comissão diz que não póde tomar conhecimento das eleições do Maranhão porque não existe na comissão senão uma unica acta parcial. Estou de accordo com a comissão e só impugnarei uma emenda do Sr. 2º secretario, que quer que se admitta um dos candidatos o Sr. barão de Caxias. Senhores, a unanimidade em um collegio nullo não prova senão contra. Seria extraordinario que se fizesse selecção de um candidato, dei-

xando-se os outros. Cumpria que o nobre deputado mostrasse que a illegalidade nessas eleições só nasceu de taes e taes collegios, e que cortados elles, não influão na eleição do Sr. barão de Caxias, e só podem influir nos outros. Emquanto não mostrar isto, não póde passar tal emenda.

Chegado hontem, eu não posso entrar nesta analyse como convinha; mas como vi silencio na camara, assentei dever fallar na materia, receiando que se votasse hoje, saltando como gato por brasa (perdõe-se-me a expressão) em materia tão grave, principalmente sobre collegios grandemente contestados: parece-me que a camara deve entrar neste exame com toda a miudeza, embora a abertura da assembléa geral fique para Junho.

A respeito das eleições da Parahyba, a comissão diz que, comquanto algumas irregularidades se notem em varias assembléas parochiaes, contudo não influem na validade da eleição geral da provincia.

Creio que a comissão se reservou para na discussão delucidar bem esta materia, porque as eleições da Parahyba, sobre as quaes não emittirem o meu juizo, têm uma convicção contra si muito forte. Todos sabem as reclamações muito energicas que sobre estas eleições se fizeram, e as razões em que se fundarão, que só podem ser bem avaliadas e julgadas por uma discussão pausada e amiadada. Por isso queria que a comissão, quando diz que algumas irregularidades houverão que não influem na validade, explicasse bem quaes erão, e em que se fundou para dizer que não influem na validade.

O orador faz ainda algumas reflexões sobre as eleições das Alagôas, e conclue mostrando a necessidade de se convencer o paiz de que a camara está verdadeiramente instruida, e que dá um voto com todo conhecimento de causa sobre materia de tanta importancia: e o perigo de ir de salto sobre todas as violações, de que resultará levar-se o systema constitucional a um ponto que, não só venha a ser inutil, mas prejudicial ao paiz.

Levanta-se a sessão ás 2 1/2 horas da tarde.

Quinta sessão preparatoria em 29 de Abril

PRESIDENCIA DO SR. MARTIM FRANCISCO

SUMMARY.—Discussão do parecer da comissão de poderes. Oradores os Srs. Souza Martins, França Leite, Peixoto de Brito e Cansansão.

A's 10 horas e vinte minutos da manhã abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente, é approvada.

Não ha expediente.

« A commissão de poderes, tendo examinado os diplomas dos Srs. deputados pela provincia de Pernambuco, Manoel Mendes da Cunha e Azevedo, e Felix Peixoto de Brito e Mello, e da provincia do Ceará do Sr. Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja, como supplente do Sr. José Ferreira Lima Sucupira, e do Sr. José Pereira da Graça, é de parecer que tomem assento como deputados daquella provincia de Pernambuco, e o terceiro tome assento como supplente daquella Sr. deputado Sucupira pela provincia do Ceará; e que emquanto ao 4º se reserve para depois que fôr decidido o parecer da commissão sobre o collegio de S. Matheus, ou Saboeiro da referida provincia do Ceará. —Dr. França Leite.—Andrada Machado.—Souza França.—J. Antão.—Ottoni.»

Continua a discussão do parecer da commissão de poderes adiado na sessão anterior.

E' apoiada a seguinte emenda:

« Proponho que se supprima a parte do parecer da commissão que manda proceder a novas eleições primarias na freguezia do collegio do Bonito, provincia de Pernambuco. —Joaquim José de Oliveira.»

O SR. PRESIDENTE:—Não havendo quem peça a palavra, vou pôr o parecer á votação...

O SR. SOUZA MARTINS:—Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:—Tem a palavra.

~~O SR. SOUZA MARTINS:—Sr. presidente, eu~~
esperava que algum Sr. deputado pedisse a palavra para eu fallar depois; porquanto queria ter ainda mais tempo para examinar as actas das eleições das differentes provincias, pois no espaço que tive para o fazer só pude ver a da provincia do Ceará, que eu tinha muito interesse em examinar; e esse mesmotempo não foi sufficiente para eu fazer em todas as partes dessas actas o exame aturado que era preciso para ter um conhecimento mais completo da materia. Entretanto, posso assegurar á camara que nesse pouco que examinei, nos dados que pude colher, tenho fundamento sufficiente para confirmar a opinião em que me achava, de que as eleições do Ceará não estão em conformidade da lei, e que por consequencia os individuos indicados como eleitos daquella provincia não são legitimos representantes do paiz.

Eu quizera tambem ter tempo de examinar as actas das eleições das outras provincias, especialmente as da Bahia, para poder discutir com conhecimento de causa a questão relativa á eleição que se fez na freguezia de Iguape; mas devo confessar á camara que as actas das eleições da Bahia, são tão volumosas que me não animei a entrar nesse exame, nem me era possivel em tão curto espaço de tempo ventilar a fundo essa questão.

Pelo que respeita mesmo ás eleições pri-

marias da freguezia de Iguape, existe um processo com depoimento de testemunhas e immensidade de documentos, processo que veio remettido por cópia com muitos itens, despachos, sentenças, etc.; só o exame desse processo levaria demasiado tempo. Era-me portanto impossivel neste breve espaço poder examinar esta questão e fazer um exame mais aturado, mais reflectido sobre todos os actos do Ceará.

Por esta occasião, Sr. presidente, seja-me permittido fazer meus queixumes contra aquelles senhores que hontem votáram contra o meu requerimento. Eu respeito muito a decisão da camara, mas fico na convicção que foi uma injustiça praticada contra um humilde membro da camara que só pedia algum espaço de tempo...

O SR. ANDRADA MACHADO:—Sr. presidente, eu peço a ordem, é contra o regimento tratar de injusta a decisão da camara.

O SR. SOUZA MARTINS:—Eu admiro que o nobre deputado enuncie esta opinião.... O nobre deputado sabe que a nossa consciencia é livre, a lei pôde mandar, o governo pôde mandar, mas eu posso pensar que suas disposições, suas ordens são injustas; a minha consciencia, a minha opinião é livre....

O SR. ANDRADA MACHADO:—Ninguém contestou isso.

O SR. SOUZA MARTINS:—Eu obedeco á decisão da camara; justa ou injusta, é a lei do paiz; mas eu tenho a convicção, e posso tel-a, de que essa decisão não é justa; isso não me pôde negar o nobre deputado.

O SR. ANDRADA MACHADO:—Não é isso o que eu nego; o que não posso admittir é que se venha dizer nas barbas da casa que uma decisão sua é injusta; pôde-se dizer que parece....

O SR. SOUZA MARTINS:—E' isso o que acabo de dizer, parece-me que essa decisão não foi justa; a camara devia ter contemplação com um de seus membros que pede mais espaço para examinar documentos que de muita necessidade devem ser bem analysados.

Sr. presidente, vou por consequencia entrar no exame das eleições do Ceará, e entro nelle, senhores, penetrado na consciencia do meu dever, que me impõe a qualidade de representante da nação brasileira. Eu reconheço que este dever é bastante penivel para mim na posição em que me acho, porque sei que tenho de desgostar nesta discussão muitos individuos que são interessados nestas eleições. Desejava que nenhum dos membros da casa se offendesse, e desde já protesto nunca fazer a menor allusão a individuos; em toda a discussão tratarei da questão de

QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

47

principios, tratarei sómente de investigar a legalidade ou não legalidade das eleições. Desejaria, Sr. presidente, que minha opinião fosse em conformidade com os interesses destes senhores, desejaria isso; mas, se estou persuadido do contrario, o meu dever me obriga a expôr francamente essa opinião, ainda que tenha de desgostar alguém.

Ora, tratando-se de examinar se as eleições forão ou não legaes, devemos primeiramente examinar a lei que deve regular estas eleições. O parecer da commissão de poderes relativo ao Ceará diz que se deve considerar nulla a eleição do collegio do Saboeiro; eu não contesto isso, supponho que seria mesmo um despropósito pensar alguém que se pudesse confirmar a eleição de um collegio feita sem as formalidades legaes; a respeito desta parte não póde haver contestação alguma; mas diz o parecer: — Emquanto aos outros collegios da provincia, não pareceu á commissão que as irregularidades em algumas mesas parochiaes commettidas pudessem influir sobre a validade das eleições; porque nenhuma das que apparecem são de natureza essencial ás formalidades legaes da mesma eleição, sendo muitas destituídas de prova e fundadas em meras representações de pessoas illudidas em suas esperanças.

Ora, a minha opinião é diametralmente opposta á que a commissão exprime neste paragrapho: ~~A commissão diz que as irregularidades commettidas em algumas mesas parochiaes não são taes que pudessem influir sobre a validade das eleições, porque nenhuma são de natureza essencial ás formalidades dellas, etc.~~

Desejára que a commissão me dissesse quaes são as formalidades que ella reputa essenciaes para que as eleições sejam validas; porque, segundo o conhecimento que tenho da lei, e pelos precedentes que têm tido lugar nesta casa, as formalidades que se deixáão de observar na maioria dos collegios do Ceará são de natureza tal que devemos invalidar as suas eleições. Primeiramente irei examinar as instrucções de 25 de Março de 1824. que são as que regulão as eleições: estas instrucções dizem, no § 4º, cap. 1º, que toda a parochia dará tantos eleitores quantas vezes contiver o numero de 100 fogos na sua população, etc. Ora, eu entendo que esta disposição das instrucções é uma disposição essencial para que as eleições sejam validas. Se uma parochia de qualquer provincia, em lugar de designar um eleitor por cada 100 fogos, designar um por cada 20, 30 ou 40, está manifesto que transgredio esta disposição das instrucções de 25 de Março, está manifesto que as eleições parochiaes desta freguezia são diametralmente oppostas a um artigo essencial da

lei, e esta violação deve produzir a nullidade dessa eleição.

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — E o collegio do Saboeiro?

O SR. SOUZA MARTINS: — E o nobre deputado não me ouviu desde o principio dizer que esta eleição do Saboeiro devia ser reputada nulla, que era um despropósito?

Ora, Sr. presidente, recorrendo eu ás actas parciaes das eleições do Ceará, vejo que na maioria dos collegios houve uma transgressão manifesta deste artigo fundamental; muitas das freguezias não derão o numero de eleitores correspondentes a seus fogos, pelo contrario duplicarão, triplicarão e algumas sextuplicarão este numero! E pergunto eu, póde a camara approvar estas eleições, quando a maioria dos collegios da provincia apresenta semelhantes irregularidades? Creio que não; não só porque isso seria contrario á lei como ás precedentes decisões da camara. Para provar a minha asserção basta recordar á camara que em uma das legislaturas passadas, ella annullou as eleições de Sergipe por um motivo igual, isto é, porque nessa provincia se tinha multiplicado o numero dos eleitores muito além daquelle que ella devêra dar. Igual procedimento teve a legislatura passada, com os collegios do Pombal, Piauí e Campina Grande, na provincia da Parahyba, e o parecer da illustre commissão de poderes que foi ~~approvado pela camara e impresso no~~ *Jornal do Commercio* de ante-hontem, ahi se póde ler. Além desta, muitas outras decisões da camara têm havido pelas quaes se prova que logo que uma parochia dá um numero de eleitores maior do que aquelle que deve dar, a eleição deve ser nulla, como de facto tem sido. Peço agora a attenção da camara para o que occorreu na provincia do Ceará. Esta provincia, segundo consta do mappa da população organizado em 1839 e do qual tenho aqui uma copia authentica, rubricada pelo secretario do governo do Ceará, e por consequencia revestida de todas as solemnidades necessarias para merecer fé, mappa que é reconhecido como o mais approximado á exactidão entre todos os que existem das outras provincias do imperio. ...

UM SR. DEPUTADO: — E o da Parahyba?

O SR. SOUZA MARTINS: — Não digo que esse tambem não seja muito exacto; mas pelo conhecimento que tenho deste, posso asseverar ao nobre deputado que é dos mais exactos de que tenho conhecimento.

Por este mappa, dizia eu, se conhece a provincia do Ceará contém 208 mil habitantes: entretanto, a acta da apuração dos deputados actuaes, que foi approvada pela illustre commissão de poderes, apresenta mil

48 QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

e duzentos e tantos votos, não comprehendendo nelles os do collegio do Saboeiro, que foram exclusos desta apuração! Ora, eu pergunto á casa se é possível que uma provincia que tem 208 mil habitantes, devendo-se abater ainda destes os habitantes de S. Matheus, que formão o collegio Saboeiro, póde dar mil e duzentos eleitores? Sr. presidente, alguns publicistas que se têm dado ao trabalho de calcular as populações pelo numero de fogos de cada uma das freguezias estabelecem que em muitos paizes póde-se calcular sete habitantes por cada fogo, em outros seis e meio, em outros seis, em alguns cinco e meio; e o termo minimo, segundo a opinião destes publicistas, é de cinco; tomemos portanto, este termo minimo; mas eu devo fazer notar á camara que em um paiz onde ha escravatura, esse termo não deve regular; muitas das familias têm no seu seio escravos com filhos, e esta qualidade de habitantes deve augmentar o numero dos individuos de cada fogo, de sorte que entre nós este calculo deve ser effectivo. Mas seja embora. Concedamos isto aos nossos adversarios.

Ora, calculando a 5 habitantes por cada fogo, mil e duzentos eleitores, na razão de um eleitor por cada 100 fogos, dá 120 mil fogos, que, multiplicados por 5, numero de habitantes em cada fogo, dão 600 mil habitantes para a provincia do Ceará! Veja a camara se é possível que uma provincia que tem 208 mil habitantes possa dar um numero de eleitores igual ao que dá uma provincia que tem 600 mil habitantes. Este resultado é tão claro e visível que mostra o vicio fundamental da eleição na provincia do Ceará.

Para nós conhecermos quanto ha de vicioso nesta extraordinaria multiplicação de eleitores da provincia, basta que nos lembremos que nas eleições que se fizeram no Ceará dos deputados para a primeira legislatura, houve pouco mais de 200 eleitores; as actas dessa eleição aqui se achão, os Srs. deputados que as quizerem verificar aqui as têm presentes para examinal-as.

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR:—Faça tambem a comparação a respeito do Piahy.

O SR. SOUZA MARTINS:—Nas eleições para a 1ª legislatura deu o Ceará pouco mais de 200 eleitores; o deputado mais votado foi o Sr. M. do N. Castro e Silva, que obteve 138 votos. Na 2ª legislatura, cuja acta aqui tenho tambem á mão, o numero de eleitores foi de 236 para toda a provincia; não faltou collegio nenhum, erão 8 por todos. A acta para a 3ª legislatura deu 362 eleitores, e tambem não faltou collegio algum; todas estas actas podem ser verificadas pelos nobres deputados que as quizerem examinar. Note portanto a camara que nestas tres legislaturas o numero dos

eleitores está em proporção com o numero dos habitantes da provincia; dado que a provincia tenha 210 mil habitantes, o numero dos eleitores deve regular de 300 a 400...

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR:—E na 4ª legislatura?

O SR. SOUZA MARTINS:—Já excedeu muito a isso, deu 738 eleitores.

O SR. OTTONI:—Então já não erão esses nobres deputados legitimos representantes da nação!

O SR. SOUZA MARTINS:—Oh!... Eu acho que já para esta 4ª legislatura houve excessó, e direi mais ao nobre deputado que fez essa reflexão que todo o excessó proveio do collegio do Crato; foi nesse collegio que se multiplicou extraordinariamente o numero dos eleitores.

O SR. OTTONI:—Então o nobre deputado do Ceará na legislatura passada não representava a provincia!

O SR. ANDRADA MACHADO:—E os dous senadores?!

O SR. SOUZA MARTINS:—Nós não tratamos porém agora de verificar essa eleição; se acaso tivessemos de tratar della, emittiria a minha opinião sobre a materia.

Note a camara, portanto, se uma provincia que deve dar 360, ou quando muito 400 eleitores, póde apresentar eleições feitas por 1,200 e tantos eleitores, se estas eleições se podem reputar validas. Não forão por ventura fundamentalmente violadas as instrucções que regulão as eleições? E aquelles que forão eleitos por esta maneira, em contravenção manifesta da lei, podem-se reputar legitimos representantes do povo? Creio que não, não é possível.

Poder-me-ão porém dizer:—Se acaso taes e taes collegios augmentarão o numero de seus eleitores, esse augmento fez-se igualmente em todos os collegios, ha uma compensação, porque todos augmentarão proporcionalmente, e neste caso póde-se dizer que este vicio fica de alguma maneira sanado.—Mas esta razão não milita para o Ceará; eu tive o trabalho de examinar as actas parciaes de cada um dos collegios; por ellas se conhece que a differença do augmento entre uns e outros é extraordinaria; collegios houve que derão o numero regular dos eleitores, outros que derão menos do que devião, e outros que excederão, oito, nove e dez vezes ao numero que lhe cumpria dar. Este calculo acha-se feito pela tabella que terei a honra de lér á camara.

O nobre orador passa a lér a seguinte tabella, na qual se achão mencionados a população de cada uma freguezia e o numero de eleitores que votarão nas presentes eleições,

QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842 49

mostrando depois da respectiva comparação que em umas esse numero é o regular, que em outras foi diminuto, e que na maior parte foi excessivo, acontecendo até que algumas derão um numero de eleitores que correspondia a um numero de fogos maior que o proprio numero dos habitantes :

Tabella da população do Ceará, e dos eleitores que derão os diversos municípios na presente legislatura

	População.	Eleitores.	Fogos sup- postos.
Cidade.	21,115	70	7,000
Baturité.	11,965	61	6,100
Aquiraz.	4,782	34	3,400
Imperatriz.	7,212	26	2,600
Icó.	9,307	78	7,800
Lavras.	7,725	31	3,100
S. Matheus.	14,509	Forão annulladas as eleições deste collegio.	
Aracaty.	9,807	60	6,000
Cascavel.	8,693	52	5,200
S. Bernardo.	15,136	27	2,700
Sobral.	17,199	109	10,900
Granja.	7,920	40	4,000
Villa Viçosa.	4,774		
Villa Nova.	8,966	51	5,100
Crato.	23,378	313	31,300
Jardim.	10,981	150	15,000
Queixeramobim.	10,018	64	6,400
Riacho do Sangue.	6,200	26	2,600
Inhamuns.	8,234	20	2,000

1,212

Tendo assim mostrado, continua o orador, que na maior parte dos collegios eleitoraes da provincia do Ceará se infringio manifestamente o que determinão as instruções de 24 de Março, responderei ao aparte que me deu o nobre deputado pelo Ceará, a respeito das eleições do Piahy. A provincia do Piahy contém doze municípios, incluindo o da capital, e os eleitores de toda a provincia subirão a 160 pouco mais ou menos. Vejamos agora o que succedeu no Ceará; só o collegio do Crato deu 300 e tantos eleitores, isto é mais do dobro do que deu toda a provincia do Piahy. Deste exame, senhores, podemos portanto, concluir que a maioria dos collegios do Ceará violou fundamentalmente a lei das eleições, violou a base essencial dessa lei, e, por consequencia, estas eleições devem ficar nullas. Se assim não succeder, se consentirmos que prevaleçam abusos tão manifestos, é natural que estes exemplos se repitão todas as vezes que se fizerem novas eleições. Será um máo precedente, precedente terrivel, que nos collocará em graves embaraços! A um mal segue-se

quasi sempre outro mal, de um abysmo cabe-se em muitos abysmos.

Eu entendo, portanto, que, se a camara quizer proceder com a madureza e com o tino que deve dirigir todos os corpos deliberativos de uma alta categoria como é a camara dos deputados, está no rigoroso dever de annullar as eleições do Ceará. Se as não annullar, a sua decisão será obedecida, porque é uma decisão do poder que tem o direito de resolver como entender sobre esta materia; mas essa decisão será reputada injusta na consciencia das pessoas imparciaes, e isso não pôde deixar de offender o credito da representação nacional de que me glorio fazer parte, e cuja honra devo zelar nesta casa, como se fosse minha propria, porque eu participo della. Todos nós temos deveres, senhores, mais o maior de todos elles é zelar, procurar de todas as maneiras manter intacta a honra desta casa, e isto se conseguirá fazendo nós com que suas decisões sejam sempre baseadas na justiça, e dictadas pela prudencia; é isto o que eu reclamo na occasião presente. As eleições do Ceará não podem aqui ser approvadas sem se ir dar um exemplo de approvação de eleições nullas, e isto pôde ter consequencias muito perigosas.

O que eu tinha a dizer, Sr. presidente, a respeito da legalidade das eleições do Ceará, não era só relativo á fraude com que se obrou na maior parte dos collegios, augmentando-se extraordinariamente o numero dos eleitores; tenho de apresentar ainda outros argumentos que a camara terá a bondade de ouvir.

Estou tambem persuadido, Sr. presidente, que as eleições do Ceará não forão feitas com aquella liberdade e espontaneidade que deve competir aos cidadãos quando se trata de eleger os representantes do povo. Todo o mundo sabe que, quando se mandou ordem para se fazerem as eleições da provincia do Ceará, nomeou-se um novo presidente para executar esta ordem. Este presidente, quando chegou á provincia, já achou marcado o dia 20 de Dezembro de 1840 para nelle se fazerem as eleições. O novo presidente e o vice-presidente que se achava na provincia, demittirão, no espaço de 4 os 5 mezes que precederão a estas eleições, duzentos e tantos empregados publicos, isto é, officiaes da guarda nacional, agentes do correio, empregados da thesouraria, juizes de paz, emfim todos os empregados publicos que devião ter alguma influencia sobre os cidadãos votantes. Ainda possuiu um documento official da secretaria do governo do Ceará, que posso apresentar em prova do que avanço.

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR:—Até o nobre deputado foi demittido, que desgraça!

O SR. SOUZA MARTINS:—Todos o forão; afim de serem os lugares dados a individuos em que o governo pudesse confiar para dirigirem as eleições.

Estando marcado, como disse, o dia 20 de Dezembro para as eleições, o presidente tratou de as espaçar, marcando para ellas um outro dia, que foi a 10 de Janeiro; mas esta ordem ainda foi revogada, e pela terceira vez se marcou novo dia para as eleições, fixando-se o dia 7 de Fevereiro! Veja a camara como é que se procedia em um negocio tão sério como é o das eleições! Quando todos os cidadãos votantes principiavão a concorrer para as freguezias, apparecia uma nova ordem revogando a primeira, isto como que para fatigar e cansar os cidadãos, para fazer com que não concorressem senão aquelles que a autoridade quizesse, a autoridade que dominava então na provincia. Afinal, senhores, fizeram-se as eleições em 7 de Fevereiro; mas como forão ellas feitas? Primeiramente sob a influencia de uma lei de suspensão de garantias....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR:—Eu pensei que o nobre deputado não affirmasse mais essa falsidade.

O SR. SOUZA MARTINS:—Eu lhe provarei isto; não me interrompa, o nobre deputado, deixe-me fallar, e depois dará as suas razões. Marcharão tropas para todos os collegios da provincia; de uns municipios marcharão forças para outros; lugares houve em que fugirão as pessoas principaes, e em que os juizes de paz, os juizes de direito e todas as autoridades forão perseguidos e presos! Ora, poder-se-hão reputar legaes eleições feitas por esta maneira? O nobre deputado pelo Ceará continúa a affirmar que as eleições não forão feitas sob a influencia da suspensão de garantias, mas eu lhe vou provar o contrario. (*Lê a lei provincial do Ceará que suspendeu as garantias em 31 de Dezembro de 1840 por 30 dias contados da sua publicação.*)

Esta lei foi publicada em 31 de Dezembro, e as eleições havião de se fazer em 7 de Fevereiro: o nobre deputado e os seus amigos argumentão, dizendo que a lei devia terminar no ultimo de Janeiro, e que por consequencia, quando se fizessem as eleições, ella não estava em vigor. Esta é a sua argumentação; mas eu peço a attenção da camara para que conheça o fraco de tal raciocinio. O que regula a publicação de nossas leis é o art. 10 do tit. 2º da ordenação do reino; ali se diz que as leis publicadas na chancellaria-mór do imperio obrigão oito dias depois da publicação na capital, e nas comarcas dous mezes depois. A chancellaria mór do imperio foi abolida pela lei de 4 de Dezembro de 1830, e então, em lugar de serem as leis publicadas nessa chan-

cellaria, passarão a sê-lo na secretaria do imperio; mas o termo para obrigar está na ordenação do reino, ella é que vigora, todas as questões que houvessem de ser suscitadas a respeito de effeito legal desta lei de suspensão de garantias havião ser decididas na relação pelo poder judiciario, e na conformidade da legislação em vigor. Depois não temos legislação alguma senão o decreto do 1º de Janeiro de 1838, que manda as leis sejam remetidas aos presidentes das provincias, e por estes aos juizes e camaras de todos os municipios; determinando que os juizes, logo que receberem estas leis, não só mandem lavrar uma acta desse recebimento, como publicar-a por editaes nos lugares mais publicos, do que devem remetter certidão ao presidente da provincia. Portanto, uma lei principia a ter vigor desde o momento em que é publicada pelos respectivos editaes; a camara bem vê que seria um absurdo reputar obrigatoria uma lei que se não conhece e que ainda não foi publicada.

A lei da suspensão de garantias foi publicada no Ceará em 31 de Dezembro: o Ceará tem municipios que distão da capital mais de 100 leguas; e quanto tempo seria preciso para que esta lei chegasse da capital aos municipios mais remotos, indo mesmo por um correio expresso? Erão precisos pelo menos 10 dias. Mas não consta que se expedisse no Ceará esse correio expresso, e é sabido que a salida dos correios ordinarios é de 15 em 15 dias; o nobre deputado está muito mais presente do que eu no dia da partida dos correios, que é no dia 6 de cada mez para os municipios do norte, e no dia 10 para os do centro. Ora, para esperar-se o tempo da partida do correio ordinario, para se enviar a lei, chegar a esse municipio e publicar-se, erão preciso bastantes dias, pelo menos 15 dias; só depois delles é que se podia saber que a lei de suspensão de garantias se achava publicada na provincia. Isto prova exuberantemente que quando se fizeram as eleições de 7 de Fevereiro, essa lei ainda vigorava, ao menos na maior parte dos municipios, ainda mesmo quando os effeitos della já tivessem terminado na capital. Se houver ainda duvida a este respeito, eu posso tornar a produzir os documentos officiaes que já em outra occasião apresentei na casa: com elles posso mostrar que a lei estava em vigor, que os commandantes militares prendião os empregados publicos e as principaes autoridades dos lugares, quando estas não se evadião para livrarem-se de taes arbitrariedades.

Peço á camara que me preste alguma attenção; eu tornarei a ler alguns destes documentos para que os Srs. deputados que se não achavão aqui o anno passado tenham delles conhecimento.

QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842 51

O primeiro é um officio do commandante em chefe da expedição eleitoral do Icó. (*Lê o officio.*)

« Illm. e Exm. Sr.—Depois de nove dias de penosa viagem, cheguei com as forças do meu commando a destacar nesta villa em 4 do corrente.... »

As eleições serão no dia 7.

« E achando-me no exercito de commandante geral da comarca, como por V. Ex. me foi encarregado, e devendo levar ao conhecimento de V. Ex. tudo quanto tem occorrido em minha marcha e tenho obrado até o presente depois do meu ultimo officio datado do Crato em 21 de Janeiro, que dirigi a V. Ex., eu o faço, satisfazendo assim o dever a que me acho ligado.

« Só no dia 26 de Janeiro é que pude verificar a minha partida do Crato para esta villa, fazendo-se necessario mandar de novo a Vargem da Vacca reunir e fazer marchar uma companhia da 2ª legião, visto que, contando com as 160 praças da primeira, além de mais 30 praças destacadas em Missão Velha, esse contingente me foi por ultimo negado.

« Do Riacho dos Porcos mandei avançar 100 praças do 1º batalhão ás ordens do meu activo ajudante Antonio Candido de Souza, para occupar quanto antes a villa das Lavras, onde se achavam os cidadãos amigos do governo de S. M. I. e C. em grande receio, como me communicou o tenente-coronel Brazil, em razão de serem ameaçados pelos anarchistas do Riacho do Machado naquelle municipio. Um delles, o ex-capitão Thomaz Duarte Luna, teve até o arrojo de vir pessoalmente á villa como o fim, segundo se manifestou, de seduzir a tropa que alli se achava; em consequencia disto, foi immediatamente preso, e igualmente o juiz municipal João Carlos Augusto.

« A prisão destes dous homens perigosos á causa da legalidade foi bastante para acalmar naquelle municipio os espiritos vertiginosos dos seus sectarios. Com a minha chegada nas Lavras, tendo sido informado de que o padre Sobreiro, professor publico de grammatica e refinado anarchista, Wenceslão Cabral e outros do Riacho do Machado, se achavam na Vacca-Brava, onde sediciosamente espalhavam doutrinas contra o governo, os mandei prender por uma patrulha, commandada pelo tenente Antonio Ferreira Queixaba; e desejando prevenir qualquer triste acontecimento que por minha demora pudesse apparecer, mandei avançar, pelas 8 horas do dia seguinte, o 1º batalhão e contingente de artilharia, commandados pelo major Antonio Candido Brigido dos Santos, a quem ordenei, logo que occupasse esta villa, fizesse prender á ordem de V. Ex. o Dr. Graça, juiz de direito, Antonio da Graça, o celebre anarchista

Monteiro, e outros principaes chefes desse partido.

« Mandei prender á ordem de V. Ex. os insultantes Joaquim Monteiro, Francisco Monteiro, José Rodrigues Pinto, Manoel bordador, Manoel Felipe, João Antonio de Carvalho e Francisco Linhares, sectarios daquelles chefes anarchicos. Este ultimo Linhares deu até motivo a um agitação na camara do Crato, por haver escripto para alli com o coronel Agostinho, dando parabens e pedindo alvixaras por haver sido V. Ex. demittido da provincia, vindo substituir o Dr. Nunes Machado, que por não ser, segundo sua expressão, do lado do imperador.

« Tambem se acha preso á ordem de V. Ex. o juiz de paz dessa parochia Francisco José da Costa. De combinação com o juiz de paz desta villa, o Dr. Zabulon, mandei dar busca em todas as casas dos suspeitos, afim de descobrir o armamento da nação e uma grande quantidade de cartuxos que é publico se fabricarão nesta mesma villa pelos anarchistas; mas inutilizadas foram todas as diligencias a respeito, porque apprehenderão-se apenas 30 granadeiras em muito máo estado, e algumas lanternetas da peça que achei desconcertada, e nenhuma polvora e munições pude descobrir. Dividi a força em destacamentos nesta villa, Serra do Pereira, S. Mathias, Lavras e alguns pontos da Serra do Camará. »

São todas freguezias dos arredores; e em cada uma dellas um destacamento!

Aqui está agora a resposta do Sr. presidente Alencar (*lê*):

« Tenho presentes os seus officios, e antes de responder ao que nelles exige a respeito, cumpre-me desde já louvar-o pelo acerto, moderação e pericia militar com que se tem portado, desempenhando fielmente as vistas do governo do nosso adorado imperador, e do seu delegado nesta provincia, etc. »

Donde se vê, Sr. presidente, que todas estas arbitrariedades eram ordenadas pelo presidente, pois que elle as approva, e até elogia o seu delegado.

Eis outro documento do juiz de paz da villa do Icó, depois de feitas as eleições. Convido aos nobres deputados para que dêem attenção a este officio (*lê*):

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo sido preso á ordem de V. Ex. o juiz de paz desta villa Francisco José da Costa, pelo coronel Manoel de Barros Cavalcante, e estando dous juizes ausentes e o ultimo doente, fui juramentado pela camara, e empossado da vara de juiz de paz, e como tal presidi as eleições parochiaes no dia 7 do corrente, e apuradas 759 listas, um só voto não obtiverão os partidistas contra o governo de S. M. o Senhor D. Pedro II.

« Convém muito que V. Ex. mande quanto

antes proceder ás eleições da camara e de juizes de paz, durante a estada das forças sob o commando do coronel Barros, estacionadas nesta villa, porque do contrario teremos de as perder, pois os inimigos do governo estão dispostos, com armas na mão, vencerem as eleições; e se não o fizerão nestas ultimas, foi com o receio de ser a força do governo superior á delles, e então será triste o estado dos amigos do governo desta villa, que certamente serão todos procurados e perseguidos, se por ventura tiverem de perder as eleições de juizes de paz. Antes da chegada das forças do Cariri, o Dr. juiz de direito desta comarca desappareceu precipitadamente sem officiar a autoridade alguma, e se não sabe onde elle esteja.

« Eu faltaria a meu dever se deixasse de communicar a V. Ex. que as forças estacionadas nesta villa sob o commando do coronel Barros se têm portado com tanta ordem e socego, que têm servido de admiração mesmo aos inimigos do governo: louvores sejam dados aos Srs. coronel Manoel de Barros Cavalcanti e a seus dignos officiaes, pela manutenção de tão boa disciplina, com a qual se tem desmentido a estes devoristas, quando dizião que as forças do governo vinhão para o Icó roubarem e assassinar.

« Aproveito a occasião para testemunhar a V. Ex. a alta consideração e respeito que tributo á pessoa de V. Ex. Deos guarde a V. Ex. felizmente. Icó, 11 de Fevereiro de 1842.—Illm. e Exm. Sr. José Martiniano de Alencar, senador e presidente desta provincia. —Francisco Zabulon de Almeida Pires, juiz de paz. »

Este é um outro episodio da grande campanha eleitoral! O que se praticou no Icó praticou-se em quasi todos os municipios, e eu vou lêr á camara uma grande parte do que se passou no municipio de Queixeramobim, onde nenhum movimento, nenhuma sombra houve de perturbação. E' o officio do juiz de paz da villa (tê):

« Illm. e Exm. Sr.—E' com profunda magua que vou narrar a V. Ex. os extraordinarios acontecimentos que acabão de ter lugar nesta villa de Queixeramobim, pois por sua gravidade não podem deixar de sensibilisar o coração de todo cidadão verdadeiro amigo da constituição e liberdade do seu paiz. Depois do que occorreu até o dia 27 de Janeiro proximo passado, de que V. Ex. estará bem ao facto pelo meu officio dessa mesma data, aconteceu que o commandante da força que V. Ex. fez expedir para esta villa, requisitando mais tropa da villa de Baturité, em numero (como se diz) de trezentos e tantos homens, proseguio para esta villa, onde entrou na manhã do dia 4 do corrente sem a menor resistencia ou opposição; e porque por todos os

lugares por onde passava vinha commettendo todo o genero de violencias e attentados, prendendo á cidadãos pacificos, e roubando-se-lhes suas casas, tornou-se a villa deserta e quasi erma, fugindo todos os cidadãos para evitarem iguaes soffrimentos pelo unico crime de não partilharem as opiniões politicas que um partido, que se constituindo com direito, tem obrigado por meio da força publica a serem os homens ou seus humildes sectarios, ou a soffrerem os rigores das mais escandalosas e inauditas arbitrariedades....

« Em verdade, Exm. Sr., outro não fôra o destino ou fim dessa grande força de mais de trezentas bayonetas que se introduzirão na villa de Queixeramobim, até então tão socegada e tranquilla, que causava emulação e inveja a outras muitas da provincia, senão o grande negocio das eleições que V. Ex. pretendeu vencer, com postergação das leis e escarneo da razão publica, pelo que se tem visto praticar nesta, e em todas as mais freguezias da provincia. Não obstante a celebre declaração do commandante da força, de que o povo tinha perdido o direito de votar, e que nenhum procedimento se teria mais sem ordem ou deliberação ulterior de V. Ex., a quem tudo se communicaria; logo depois o mesmo commandante de accordo com os membros

de uma camara nulla, que no dia 6 de Janeiro proximo passado havia preenchido o seu quatriennio, e V. Ex., não obstante, mandara entrar em exercicio, resolverão fazer sempre a eleição no dia 16 do corrente, arrogando a si uma attribuição que lhes não compete, sendo essa eleição feita como vai ser, sem assistencia das autoridades legislativas e competentes de quasi todos os cidadãos da freguezia, e sómente pela força armada e pelo voto de pouquissimos cidadãos extorquidos pelo terror das violencias, ameaças de recrutamento, prisões despoticas, avultadas muitas, e tudo o mais que póde incutir medo e coacção em um povo simples não costumado a ver e soffrer taes desatinos. Cumpre-me, aproveitando esta occasião, fazer ver a V. Ex. alguns factos, ou antes alguns attentados praticados por essa força mandada a pretexto de pacificar e manter a ordem nesta villa, afim de que não pareça infundada e mesmo calumniosa alguma de minhas proposições. A casa do cidadão Mathias Vidal de Negreiros foi corrida sem formalidade alguma de direito, e saqueada de tudo quanto puderão conduzir, a titulo de o irem prender sem crime, e nem ordem de autoridade criminal competente: a casa do proprietario Joaquim Barbosa Cordeiro foi tambem atacada pela tropa, preso esse cidadão pacifico á ordem de V. Ex., depois de soffrer dous tiros, de que felizmente escapou; e logo depois solto, mediante o auxilio de duzentos mil réis que lhe

forão exigidos, e a condição de votar na chapa do governo, ou não comparecer no dia das eleições: a casa do tenente-coronel Antonio da Costa Braga, juiz de direito interino foi barbaramente assolada, suas portas escaladas a machado, e invadida pelos soldados; tudo que nella encontráramos foi saqueado, sem que se respeitasse cousa alguma, por mais abjecta ou importante que fosse, salvando-se apenas o mesmo cidadão e seus filhos com a roupa que tinham no corpo na occasião em que precipitadamente se evadirão para salvar as vidas, ou pelo menos evitar o massacre que lhes estava preparado; emfim, Exm. Sr., as mesmas imagens do oratorio não forão respeitadas do sacrilego furor da soldadesca que as deixou em migalhas!! Ora, Exm. Sr., este attentado ainda se tornou mais aggravante por ser contra um cidadão que exerce a primeira autoridade criminal do lugar, e que desde muitos annos serve os primeiros cargos da governança com grande zelo e sacrificio de sua pessoa e bens, e que por suas optimas qualidades goza da estima e respeito dos seus concidadãos. Eis a paz e a ordem que essa tropa mandada por V. Ex. veio a manter, accrescendo que desde que ella chegou nesta freguezia não tem o direito de propriedade: pois que para manter-se tem pegado gados alheios, sem ordem de seus donos, e sem a menor requisição ou formalidade que lhes assegure do seu justo valor pelos cofres da fazenda publica, ou de quem os deva haver por direito. Esta é a historia fiel do que se tem passado neste districto de Queixeramobim, posto que narrada em estylo humilde, e com aquella franqueza que talvez não agrade a V. Ex., mas com que se deve falar áquelles a quem a lei incumbe velar no bem e tranquillidade publica.

« Deus guarde a V. Ex. Queixeramobim, 12 de Fevereiro de 1841. — Ilm. Exm. Sr. José Martiniano de Alencar, senador do imperio e presidente da provincia. — Miguel Alves de Mello Camara, juiz de paz da villa de Queixeramobim. »

« Ilm. e Exm. Sr. — Tendo de assistir ás eleições de hoje na qualidade de parochio, não sómente pela simulada cessão do vigario; como pela nomeação do vigario de Baturité, por lhe constar achar-se esta freguezia abandonada do seu pastor, em consequencia, apresentando-me na matriz, requisitei ao juiz de paz supplente Manoel Barbosa Cordeiro em nome do governo da provincia, para que, despidendo-se do injusto resentimento de ser preso seu mano José Barbosa Cordeiro, juiz de paz do presente anno, por apresentar-se com grandes grupos de homens para obstar as eleições na forma convencionada, afim de se dar o devido andamento ás mesmas; o qual respondeu-me que, visto seu mano já estar preso, tambem queria sê-lo; do

mesmo theor me respondeu o juiz José Joaquim da Rocha, e como não houve quem as quizesse presidir, fiz ver ao povo, que bondadoso se prestára que V. Ex. infallivelmente mandaria procedê-las e que por isso archivassem suas cedulas, como de facto assim se fez, Releva dizer a V. Ex. que por receiar esta obstinação foi que fiz a convenção que não ignorará; porém infructiferos forão os meus desvelos, porque um allucionado do José Barbosa, outr'ora alferes, apresentando-se ainda com os trages proprios do posto de que fôra demittido, não quiz ceder á razão, e menos á lei, negando-se inteiramente de me admitir por parochio, e sim a seu sobrinho, padre Joaquim, para que o vigario atraíçoadamente o quera revestir de poderes, subindo de ponto sua aleivosia, por já ter nesse sentido communicado a V. Ex. E' de notar que o juiz de paz Joaquim Ribeiro da Costa, membro daquelle partido opposto, promette, independente disto, fazer cumprir as ordens do governo, porém talvez tambem illusorio. Se me fosse licito fazer as eleições com o juiz de paz transacto, o muito distincto Joaquim Marques Vianna, poderia tambem afiançar a V. Ex. mais esses trinta e seis baluartes de liberdade. Emquanto, porém, V. Ex. se resolve a mandar-me o que julgar conveniente a respeito, eu vou para Baturité, e depois de tres dias, aqui me acharei á espera das sábias determinações de V. Ex. Convém, finalmente, communicar a V. Ex. que o vigario, ao ler a resposta do seu officio, immediatamente abandonou a freguezia, em cuja busca ficava o tenente Joaquim Manoel com todo o cuidado; por isso não devo estar fóra da freguezia por mais tempo, apesar da faminta estação e abrasadora secca que nos ameaça, já tendo esta freguezia perdido mais da metade de suas creações. Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Freguezia de Canindé, em 7 de Fevereiro de 1841. — Ilm. e Exm. Sr. José Martiniano de Alencar, senador do imperio, e presidente da provincia. — Alexandre Francisco Zabulon Verdeira. »

(O orador lê outros documentos mais que aqui não transcrevemos, por se acharem já impressos no *Jornal do Commercio* de 23 e 24 de Maio de 1841.)

Sr. presidente (*continúa o orador*), tudo quanto tenho dito a respeito das violencias praticadas no Ceará a respeito das eleições feitas sob a influencia de uma lei de suspensão de garantias, e na presença de tropa armada que commettia roubos, violencias, assassinatos e horrores, parece-me que prova exuberantemente que essas eleições não forão feitas com a liberdade e espontaneidade que convém para que se reputem legaes. Parece-me ter demonstrado claramente á camara que a maioria dos collegios da provincia multiplicou extraordinariamente o numero de seus elei-

54 QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

tores, numero que não está em proporção com o de seus fogos. Ora, eleições feitas por semelhante maneira poderão ser por ventura approvadas pela camara dos Srs. deputados? Poder-se-hão reputar validas? Portanto, senhores, eu creio que, por credito nosso, por credito da camara, devemos annullar estas eleições, e todas aquellas que estiverem em iguaes circumstancias. E' pelo zelo, pelo credito, honra e desta camara que eu me mostro empenhado em que a sua decisão seja neste sentido. Mas se a camara, apezar das razões que tenho exposto, entender o contrario, eu serei obediente á sua decisão, mas posso assegurar-lhe que em minha consciencia julgo que essa decisão não é justa, que é contra a lei, que é um precedente abusivo, e de natureza tal que póde dar lugar a outros muitos abusos cujo resultado final será o transtorno, a subversão das nossas instituições. Outras eleições têm de ser feitas no imperio para o futuro, e essas eleições hão de ser ainda mais defeituosas do que aquellas que forão feitas ha pouco, se acaso os collegios das provincias, e aquellas pessoas que as fizerão, tiverem certeza de que a camara approva tudo. Pelo contrario, senhores, se a camara se mostrar severa, se a camara, quando um collegio de uma provincia ou todos os collegios apresentarem excessos e abusos desta ordem annullar as eleições, ver-se-ha que todos os interessados hão de ser mais comedidos, não hão de querer perder o seu trabalho, não hão de querer ver as eleições annulladas pela camara, e as farão com mais regularidade.

Foi isto, senhores, o que aconteceu em Sergipe; nessa provincia tinha-se feito uma eleição em que havia uma multidão de irregularidades, e na qual se augmentou o numero dos eleitores de uma maneira espantosa. A camara dos deputados então annullou as eleições de Sergipe, e dous annos esteve esta provincia sem representantes nesta camara; podia ter sido só um anno, mas isto mesmo servio como de castigo e de escarmento áquelles que violarão a lei. Se as eleições do Ceará fôrem tambem annulladas estou convencido que, quando se mandar proceder a novas eleições....

UM SR. DEPUTADO:—Será no tempo do actual presidente?

O SR. SOUZA MARTINS:—Não sei; será no tempo em que a camara e o governo quizer; se o governo não quizer que seja no tempo do actual presidente, mandará substitui-lo por quem lhe parecer: não me occupo agora disto, e cabe tambem dizer agora que eu não tenho aqui commissão do governo, como hontem perfidamente se insinuou nesta casa....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR:— Isto é que está muito na ordem; dizer que foi perfidamente !...

O SR. SOUZA MARTINS:— Sim, quando se me lanção injurias tão atrozes como as que contra o regimento da casa se me lançarão hontem, tenho o direito de dizer que essas insinuações são perfidas.

UM SR. DEPUTADO:— O nobre deputado tambem se exprime ás vezes com bastante violencia....

O SR. SOUZA MARTINS:— Sim; mas nunca costumo deslustrar o caracter pessoal do individuo, cujas opiniões tenho de combater, e bom seria que os nobres deputados praticassem commigo da mesma maneira.

Mas dizia eu, Sr. presidente, que se a camara annullar as eleições do Ceará, e se mandar proceder á novas eleições, não apparecerá essa multidão de irregularidades que appareceu agora; a camara dará mais um exemplo de severidade conveniente e necessario, para evitar para o futuro a repetição de semelhantes abusos. Mas se acaso a camara approvar estas eleições, depois de se ter claramente mostrado, pelos documentos que apresentei, que ellas contém vicios radicaes, que juizo se poderá fazer dessa decisão da camara dos deputados? O juizo que se poderá fazer é que quem tiver amigos partidarios aqui póde contar com a approvação de sua eleição, não obstante quaesquer illegalidades, e então se apresentarão no seio da representação nacional individuos que serão falsos procuradores do povo, individuos que não terão os titulos indispensaveis para representarem suas provincias, como entendo que são os actuaes deputados pelo Ceará.

Ora, este juizo que se póde fazer da camara póde reverter em damno da mesma camara; é por isso que eu me empenharei sempre com todas as minhas forças para que se haja de evitar a pratica de semelhantes abusos.

Sr. presidente, eu não continuarei mais nas minhas reflexões; entretive-me sómente com a provincia do Ceará, porque é a unica, cujas actas pude examinar: tinha desejos de examinar as actas de outras provincias nas quaes se diz que houve muitas irregularidades e abusos, como a das Alagoas: tenho ouvido fallar de algumas irregularidades em Minas, no Maranhão, etc., mas o tempo não me chegou para isto. Como a casa não me quiz conceder mais espaço para poder examinar outras actas, só pude fallar das eleições do Ceará.

Mas antes que me sente ainda quero dizer duas palavras a respeito da eleição da freguezia de Iguaque na Bahia.

Segundo documentos que teve presentes, no dia da reunião da assembléa parochial o parochio e o juiz de paz concorrerão á igreja; mas aconteceu que o parochio tinha um partido

e o juiz de paz outro; não se puderão combinar. O juiz de paz disse que era intimidado pelos cidadãos do partido contrario; abandonou a igreja e foi para uma capella que se achava em alguma distancia; o parochio, achando-se só, chamou um juiz de paz supplente; e enquanto assim procedia, o juiz de paz, que se achava sem parochio, chamou um padre qualquer para o ajudar, não tendo esse padre missão ou licença do parochio, nem por consequencia o caracter de vigario da freguezia. Ora, eis-aqui exposto o facto das eleições de Iguape: o juiz de paz por uma parte com um individuo que não era o parochio, o parochio por outro lado com um individuo que se não deve reputar juiz de paz; fazem-se por consequencia duas listas de eleitores, e estas listas são apresentadas no collegio. O collegio recusou estes votos; sujeitou a decisão do negocio ao poder legislativo; a camara municipal com razão tambem rejeitou essa eleição; e eu creio que ella é clara, evidentemente nulla. As instrucções de 25 de Março determinão bem expressamente que o mesa será composta do parochio e juiz de paz; o parochio, pois, e juiz de paz são duas entidades essenciaes para a formação da mesa, e faltando uma dellas, deve-se entender que a eleição é nulla. Assim foi bem decidido o negocio pelo collegio da Cachoeira, que não quiz receber esses votos; foi bem decidido pela camara municipal da Bahia, que tambem os excluiu.

Ora, á vista disto, admira como a illustre commissão de poderes entendeu que os votos da freguezia de Iguape devião tambem ser contados depois de uma infracção tão flagrante da lei...

O SR. BERNARDES dá um aparte que não ouvimos.

O SR. SOUZA MARTINS:— Estou convencido que não é á camara municipal que compete a decisão do negocio, mas ao corpo legislativo.

O SR. ANDRADA MACHADO:— A camara obrou muito bem.

O SR. SOUZA MARTINS:— Mas a camara achou-se na collisão de não saber o que devia obrar, sem saber qual das duas listas devia apurar. Quando disse que o collegio tinha entendido que a eleição era nulla, que a camara tambem assim o entendeu, não foi porque seja a minha opinião que a elles competia a decisão; mas digo que é um precedente o haverem duas corporações entendido no seu bom senso que taes eleições estavão nullas; pois que ellas tambem tinhão o direito de combinar a lei com o facto: agora nós que vamos exercer este mesmo direito podemos tambem servir-nos de um precedente fundado na lei e na justiça, segundo o entender de duas au-

toridades; não digo que isto nos obrigue; mas aponte o facto para mostrar essa decisão; era um precedente que confirma a minha opinião.

Ora, segundo esta exposição que acabo de fazer, entendo que a freguezia de Iguape fez uma eleição nulla, e que os votos destes eleitores não devem ser contados na apuração geral. Por consequencia, votarei tambem nesta parte contra o parecer da commissão.

Terminarei, Sr. presidente, aqui as minhas observações.

O SR. FRANÇA LEITE:— Eu devo uma satisfação á camara, assim como ao illustre deputado que acaba de impugnar o parecer da commissão; mas eu devo principiar a sustentar o parecer da commissão pela impugnação que contra elle apresentou o illustre deputado por Pernambuco o Sr. Rezende.

Este senhor fallou em geral sobre as eleições do Maranhão; disse que estaria pelo parecer da commissão se por ventura não apparecesse a emenda do illustre 2º secretario; fallou sobre as eleições de Pernambuco, disse que não podia deixar de pedir á commissão esclarecimento sobre os fundamentos em que baseou a sua opinião ácerca de alguns collegios; citou o de Goyanna e do Rio-Formoso. Eu prometti, então, ao illustre deputado que daria as explicações mais satisfactorias. Estou convencido que toda a camara reconhecerá a boa fé com que a commissão se portou no exame desta eleição. Fallarei por ultimo sobre as eleições do Ceará que forão impugnadas pelo meu illustre amigo o Sr. Souza Martins, assim como sobre o collegio de Iguape.

Sr. presidente, enquanto á Goyanna, eu exporei os factos taes quaes forão presentes á commissão. Tendo-se reunido o juiz de paz com o vigario e mais pessoas para procederem á eleição da mesa parochial na villa de Goyanna, apparecerão dous batalhões em fórma para virem votar, como se exprimem os militares, em pelotões, porém desarmados. O juiz de paz, desconfiando um pouco desta votação, exigio que elles sahisses, mas, dizendo o commandante que elles se achavão desarmados, que não querião coagir pessoa alguma e só dar as suas cedulas, segundo a fórma que tinhão tomado, o juiz de paz requisitou do prefeito da comarca força. O prefeito deu uma força armada e municada para sustentar a ordem publica, segundo a sua exigencia. Vendo o juiz de paz que apesar de tudo isto, nada poderia fazer para triumphar a sua opinião, abandonou a mesa acompanhando-o o vigario. O que se devia fazer neste caso? A lei manda proceder ás eleições, impõe ao juiz de paz a obrigação de presidir ás mesas; mas elle se retira, e eu julgo que, conforme os principios de direito,

56 QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

esse homem se deu por suspeito naquellas funções.

Quem se deveria chamar senão a quem indigita a mesma lei, isto é, ao supplente, quando o proprietario está impossibilitado, ou se reputa suspeito? Isto foi o que se fez em Goyanna. Chamou-se pois o supplente, chamou-se um padre, que não sei se é pro-parocho; mas também o illustre deputado sabe que é principio de direito canonico que, logo que na freguezia falta o cura, nos actos mesmo religiosos, o padre que ahi reside faz as funções de cura sem nomeação nenhuma: e se nas funções religiosas isto é admittido, nas funções civis não poderão negar a paridade. Por consequencia, tendo-se o parocho retirado, ficou a freguezia abandonada; o acto devia continuar, e não podia continuar senão por aquelle que devia fazer as vezes do parocho em outras occasiões mais melindrosas. O parocho e o juiz de paz representarão ao presidente. Senhores, é necessario que faça aqui uma declaração, tanto mais por que o presidente desta provincia não se acha na casa. Lisongeirão-me muito todas as providencias que elle deu naquellas circumstancias em toda a provincia. Mandou para alli o commandante superior da guarda nacional; e é necessario que a camara attenda que esse commandante não era da freguezia, era de outra. Elle participa que, não estando naquella occasião naquella freguezia, mas na sua, dirigio-se depois a ella, e achou que a conducta do vigario e do juiz de paz era criminosa; que tudo quanto elles tinham exposto sobre coacção não existia, era uma verdadeira ficção, e ficção tanto mais comprovada, quanto o prefeito da comarca tinha posto á sua disposição a força armada. Neste estado de cousas, como poderia a commissão eliminar o collegio? E' necessario que se attenda que, sendo o direito de votar o primeiro direito do cidadão, para se lhe privar desse direito é necessario que as provas sejam as mais evidentes, as mais concludentes; e isto é o que se não apresenta contra a votação deste collegio.

Sr. presidente, passarei agora ao collegio do Rio-Formoso. Primeiramente apparece um officio de juiz de paz ao presidente da camara, dizendo que elle se achava na igreja para presidir á eleição da mesa parochial, porém que o vigario não apparecia; que já era tarde, e que elle não sabia o que fazer. Segue-se logo um officio do vigario, declarando que se achava na igreja, mas que o juiz não apparecia, que não sabia como proseguir nos seus trabalhos. Aqui temos uma contradicção, não sabemos a qual dos dous devemos dar credito. Depois apparece um officio do vigario e outras pessoas dizendo que, como o juiz de paz não queria comparecer, a camara houvesse de juramentar um outro juiz

de paz. O presidente da camara não quer; o povo irrita-se, fazem uma mesa lá á sua vontade, nomeão um homem para presidir á mesa, fazem uma acta, e participão tudo isso ao presidente da provincia. No dia seguinte esta mesma mesa fórma uma outra acta, e dirige um outro officio ao presidente dizendo que, tendo recebido no dia antecedente as cédulas da votação, deixando a urna fechada para no outro dia fazer a apuração, esta urna tinha sido roubada com todas as cédulas, e que por consequencia naquella freguezia não podia haver eleição. O officio do presidente da provincia dizia que elle passava immediatamente a fazer responsabilisar as autoridades, e emquanto ao mais, que se queixassem ao collegio eleitoral, que é quem devia tomar conta disso. Pararão as cousas neste estado; vamos agora ao collegio eleitoral. Apparece elle composto de 70 a 80 eleitores, nenhuma palavra se diz sobre os eleitores daquella freguezia; nada diz que alli houvesse eleição.

Tendo pois a commissão por esses documentos as provas de que alli não tinha havido eleição, não faltando nella a acta do collegio eleitoral, como poderia julgar nullo o procedimento daquelle collegio? Parece-me que o principio de nullidade que poderia influir no collegio eleitoral seria a nullidade da eleição parochial daquelle freguezia; mas se não apparecem eleitores da mesma freguezia, como a commissão ha de conhecer que com effeito elles alli estavam? Sr. presidente, as provas em jurisprudencia são directas ou indirectas, directas aquellas que sahem necessariamente de documentos incontestaveis que têm fé publica, da confissão ou depoimento de testemunhas que jurão com todas as circumstancias do facto; indirectas aquellas que nascem de factos conhecidos por cuja relação vamos nós descobrir uma verdade occulta. Ora, qual é aqui o facto conhecido para delle poder deduzir essas relações que vão descobrir a verdade que se procura? Temos sómente que não houve eleição, este é o facto conhecido; e se não houve eleição, que verdade se procura mais? Devia-se annullar um collegio por que uma freguezia não cumprio a lei, não fez eleição? Quando se trata de julgar, jurisconsulto, homem do fóro, eu sou muito exacto, exijo que todas as regras, que todas as condições se verifiquem, porque não quero que se imponha uma pena por méras presumpções, por méros boatos. Eis por que, Sr. presidente, a commissão de poderes não annullou o collegio do Rio-Formoso. Póde ser que neste collegio houvessem illegalidades que o annullassem, mas taes illegalidades não me forão presentes.

O nobre deputado fallou também sobre a provincia das Alagôas, mas eu reservo-me para

QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

57

quando tratar de responder ao meu illustre amigo o Sr. Souza Martins; por agora vou responder a outro topico do seu discurso a respeito da Parahyba do Norte. Eu sou deputado por esta provincia; os illustres membros da commissão meus collegas estão presentes; eu dei-me inteiramente de suspeito nos negocios da minha provincia, foi outro illustre membro, que nella não tem relação alguma, o encarregado de fazer o seu relatório e dál-o á commissão; mas elle teve a bondade de nos expôr o que tinha havido nesta provincia, e que documentos apparecião. O resultado de toda a prova era alguns abaixo-assignados, alguma justificação perante o juiz de paz.

Eu disse á camara que como jurisconsulto avalio a prova conforme a lei. Um abaixo assignado, senhores, não constitue prova em tempo algum; não é de hoje é dos romanos, desde a idade a mais remota se conheceu que seria desgraça para a humanidade que quatro homens, ou dez ou vinte, com um abaixo assignado pudessem condemnar. Por consequencia, não podião ter valor algum esses abaixo assignados, essas representações, que considerarei como méras queixas, mas destituidas inteiramente de provas. Entre nós mesmo uma viuva para justificar que é viuva de um militar e receber o seu meio soldo é necessario exhibir documentos para que a sua justificação possa ter algum credito perante a repartição competente. E se isto é assim, como admittiremos uma justificação dada muitas vezes por um homem que se constitue inimigo de outro, e com testemunhas inimigas? Uma justificação sem citação daquelles a quem elle quer condemnar? Muitas representações houverão, e nem estranhe o nobre deputado os clamores de que tambem fallou.

Disse o nobre deputado que neahuma eleição tem sido mais discutida pela imprensa e por todos os meios pelos quaes o homem póde exprimir o pensamento do que esta. Mas, senhores, isto, longe de infundir algum receio, pelo contrario infunde-me corajosa esperanza; porque estou convencido de que é uma prova de que o systema constitucional está radicado no coração dos brasileiros (*apoiados*), que é impossivel hoje retrogradar. (*Apoiados*.) Este interesse que elles tomão pelo exercicio do seu primeiro direito, do direito do homem livre, é prova irrecusavel de que serão eternas as instituições livres entre nós. (*Apoiados*.)

Agora, permitta-me o nobre deputado que lhe pergunte — em que parte do mundo, onde existe uma fórmula de governo como o nosso, vio eleições sem este barulho, sem esta gritaria, sem esta confusão? Na Inglaterra e nos Estados-Unidos vemos nós o que acontece.

A acreditar os periodicos, as ultimas eleições nos Estados-Unidos devião ser todas nulas; mas nem a camara dos representantes nem o senado as annullarão. Na Inglaterra não é de hoje, é de tempos antigos que as eleições são sempre barullhadas; lembrão-se meus illustres collegas do que disse Cotto que o estrangeiro, chegando á Inglaterra pela primeira vez na occasião das eleições parece ver o paiz desmoionar-se desde os fundamentos. Pois se isto é essencial em todas as occasiões em que ha reuniões, em que as opiniões se combatem, como queremos nós que as eleições sejam feitas como erão feitas em 1826, que ninguem queria votar, que o legislador conheceu que para arrancar um voto era necessario uma pena? Esses tempos já passarão; hoje havemos de seguir com esta fórmula de governo com todas as suas condições.

Sr. presidente; agora vou entrar em uma tarefa bem dolorosa para mim; tenho de combater a opinião de um amigo de longos annos, de um amigo da juventude! Nós nunca tinhamos sido discordes senão em muito pequenas cousas; elle, mais versado na tribuna parlamentar do que eu, applicou todos os seus esforços para que a camara sustentasse uma opinião que é filha da sua convicção; mas o meu amigo ha de permittir-me que eu combata um pouco essa opinião.

O SR. SOUZA MARTINS: — Tem toda a liberdade.

O SR. FRANÇA LEITE: — Sr. presidente, toda a contestação do meu amigo principiou em que a provincia do Ceará dava 1,200 eleitores. Não sei se o calculo é exacto...

O SR. SOUZA MARTINS: — Póde verificar, aqui estão as actas.

O SR. FRANÇA LEITE: — Declaro ao meu nobre collega que não achei uma das actas que elle achou, não me foi possivel...

O SR. SOUZA MARTINS: — Tambem não achei.

O SR. FRANÇA LEITE: — Ah...

O SR. SOUZA MARTINS: — Mas tenho os diplomas, sommei os votos dos diplomas.

O SR. FRANÇA LEITE: — Mas os diplomas podem vir alterados; é por isso que a commissão salvou um ou outro erro de voto, são pequenas irregularidades.

Mas, disse elle que a provincia do Ceará dá 1,200 eleitores; apresenta-nos calculos para mostrar que a provincia tem 120,000 fogos. Sr. presidente, a argumentação seria muito exacta se os seus fundamentos fossem exactos; mas se o nobre deputado conhece que o seu mappa ha de admittir alteração, como é que quer calcular sobre uma base inexacta...

58 QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

O SR. SOUZA MARTINS: — A inexactidão é cousa muito insignificante.

O SR. FRANÇA LEITE: — Logo, não tem exactidão; se o nobre deputado diz que é inexacto o documento, não pôde servir de prova. Depois, Sr. presidente, o documento não é authentico, não se mostra que fosse feito por pessoa habilitada para o fazer....

O SR. SOUZA MARTINS: — E' do secretario do governo.

O SR. FRANÇA LEITE: — Pois a secretaria do governo não terá muitos documentos falsos, inexactos? Sendo, portanto, o fundamento da argumentação, como dizia, inexacto, de necessidade cahe por terra o seu raciocinio.

Depois passou o meu nobre amigo a analysar cada um dos collegios eleitoraes, caminhando sempre da base falsa que tinha estabelecido. Disse, por exemplo, que o collegio tal tinha dado tantos eleitores: que a população do districto desse collegio era de tanto; logo, não os podia dar. Mas se a base é falsa, como poderei tirar esta conclusão?

Passou o meu nobre amigo depois a outro argumento, dizendo que a primeira qualidade da eleição era ser livre. Concedo que no Ceará não houve liberdade de eleição, por isso que se tinha derramado tropa por toda a superficie da provincia; e a um aparte, respondeu que esses destacamentos não tinham autoridade para prender ninguem. E' necessario que a camara note esta circumstancia, que é muito attendivel. Em todo o tempo houve na provincia do Ceara quatro pontos onde era necessario ter tropa de linha.

Senhores, eu declaro á camara que conheço muito á provincia do Ceará; meu pai foi proprietario alli, contractador de dizimos com a fazenda publica. Em todo o tempo houverão destacamentos de tropa de linha naquelles pontos da provincia onde a população era maior. Porém, disse o meu nobre amigo, elles não tinham ordem para proceder da maneira por que procedião. Mas as circumstancias não erão as mesmas; um argumento de paridade logo que falha nas circumstancias cahe por terra. A provincia do Ceará tinha passado ha pouco por uma commoção, era necessario supplantar o espirito vertiginoso; o governo tinha pois collocado nos diversos pontos essa tropa; e não tendo acabado esse espirito vertiginoso, havia de retirá-la para deixar a revolução continuar?....

O SR. SOUZA MARTINS: — Mandava os destacamentos nas vespas da eleição, depois retirava-os....

O SR. FRANÇA LEITE: — Sr. presidente, o meu nobre amigo conhece que a provincia do Ceará em todo o tempo teve desses destacamentos que é necessario que se distri-

buão por differentes pontos; e se isto é necessario em tempo de paz, em tempo de inteira tranquillidade, será crime nos tempos de revolução? Ninguem o dirá.

Disse-se que no Ceará havia o partido do governo, que era apoiado pelas forças; que as eleições não se fizerão com liberdade. Mas, como contestar documentos authenticos, como são as actas onde os da opposição são votados? Havemos de destruir esta prova de um documento que a lei reputou legitimo para admittir uma ficção?

O meu amigo apresentou á camara alguns documentos que elle disse já ter em outra occasião trazido á presença da camara: entre esses documentos leu um longo officio do juiz de paz de Queixeramobim. Todo este officio, Sr. presidente, não serve senão para comprovar o parecer da commissão; é um homem que traz uma enfiada de accusações contra o commandante da força que alli estava; porém, porque elle o diz devemos acreditar? Diz o meu amigo: — E' official. Mas a autoridade quando imputa um crime não tem necessidade de comproval-o? Nós não podemos julgar este officio verdadeiro sem condemnar esse commandante; mas, como homens illustrados e jurisconsultos, irão condemnar um homem porque o juiz de paz de tal parte diz que esse homem é criminoso?

Agora digo como esse officio comprova o parecer da commissão. Se havia coacção, o juiz não podia escrever aquelle officio....

O SR. SOUZA MARTINS: — Depois de feita a eleição podia-o fazer.

O SR. FRANÇA LEITE: — O meu amigo trouxe um outro documento que é uma carta; mas elle sabe muito bem que cartas particulares não provão senão contra quem as escreve, e para produzir esta prova é necessario que a carta esteja legalisada, isto é, que o autor reconheça que a carta é sua, ou que a autoridade publica, por exames, tenha decidido que a carta é delle. Se pois a carta não é reconhecida, nem confessada pelo proprio autor, como havemos de acreditar nella?

Sr. presidente, se semelhantes precedentes se admittissem, então é que eu diria que tudo estava perdido no Brazil, não havia mais segurança nem liberdade, porque nada mais facil do que um homem qualquer fingir uma carta minha, assim como muitos exemplos têm havido de se fingir letras....

O SR. SOUZA MARTINS: — Espero mostrar o original dentro de breve tempo.

O SR. FRANÇA LEITE: — Fallando o meu nobre amigo sobre a illegalidade da eleição do Ceará, trouxe por exemplo um officio do padre Verdeixa. Eu conheço esse padre, é necessario que diga que elle é desses homens que se chamão um pouco extravagantes. O

QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842 59

meu amigo notou que esse padre fez proceder ás eleições em uma freguezia, não por mandado do vigário, mas por mandado do parochio mais vizinho. Aqui existem Srs. sacerdotes que sabem melhor explicar este ponto. Não sei se estou enganado; mas parece-me que é principio de direito canonico que logo que uma freguezia vagou de parochio, não havendo padre na mesma freguezia, o vigário vizinho pôde nomear um padre para ir curar as almas dessa freguezia....

O SR. S. MARTINS:—Mas ella tinha vigário.

O SR. FRANÇA LEITE:—Estava escondido com medo; não estava na freguezia. A nomeação recahio no padre Verdeixa, podia recahir em outro qualquer padre; era legal a nomeação. Mas, Sr. presidente, eu estou que o meu amigo foi informado com inexactidão. O vigário não estava fugido por causa da suspensão de garantias; não podia ir para a freguezia, e nomeou elle mesmo o padre Verdeixa; mas depois que Verdeixa veio, elle se arrepende, e nomêa outro; é por isso que Verdeixa diz no seu officio:—Nomeação simulada.—O outro é que presidio as eleições, não foi Verdeixa...

O SR. SOUZA MARTINS:—Fora de tempo.

O SR. FRANÇA LEITE:—Conhece o meu amigo que não foi o padre Verdeixa que coadjuvou as eleições, mas que foi outro padre nomeado pelo vigário fóra de tempo. Era necessario que nós pudessemos marcar o espaço de tempo que intermediou, por que temos um precedente na camara, e os nobres deputados que se sentarão nesta casa nos annos passados forão os que o approvarão. Parece-me que na provincia do Sr. D. José, ou na do Matto-Grosso, houve um collegio que votou tres ou quatro dias depois do dia marcado para a eleição, e os votos deste collegio forão apurados aqui. Outro collegio da Bahia fez o mesmo, e a eleição não se julgou nulla.

Sr. presidente, falta-me um unico ponto de contestação. Fallou-se sobre a freguezia de Iguape, disse-se que nessa freguezia, tendo-se reunido o vigário e o juiz de paz, este se retirára para uma capella e ahi fizera a eleição; que o vigário fizera outra eleição, chamando um supplente á matriz; que o collegio e a camara municipal não quizerão apurar esses votos. A cousa se passou desta maneira. Reunido o povo na freguezia de Iguape para fazer a eleição, ahi appareceu com gente armada, tanto dessa freguezia, como de outra, o commandante superior da guarda nacional, o brigadeiro Falcão Brandão; o terror apoderou-se do povo, porque essa gente principiou a insultar e atacar aquelles que não erão de sua opinião. O juiz de paz officiou ao brigadeiro

para destroçar a sua gente, até protestando pela tranquillidade publica; veio um official de quartirão levar este officio, que é entregue, mas o official de quartirão é insultado, rasgado, lançado por terra; o brigadeiro escreve, não ao juiz de paz, mas a um sobrinho, que suppõe não applaudira aquelle procedimento, dizendo que a sua gente não era para offender; que elle tinha combinado com ella tudo.

Ora, aqui temos este escripto em que elle não nega o facto de estar armado, nem de ser a sua gente de fóra da freguezia. Não destroça a mesma gente, conserva-a na mesma attitudo; aqui, pois, havia real coacção. O juiz de paz não podia resistir, o que devia fazer? Cumprir a lei; e não podendo cumprir-a na matriz, cumprio-a em uma capella filial á matriz. Mas a commissão não se resolveu a dar o parecer sómente por isto. O collegio eleitoral a quem competia julgou, talvez para não offender considerações alheias, dever mandar pôr as cédulas em urnas separadas, mandou-as apurar separadamente, e submetteu o negocio ao poder competente: e qual foi o procedimento da assembléa provincial? Depois de entrar no exame deste negocio, decidio que devia prevalecer a eleição feita pelo juiz de paz. A commissão attendeu ao voto da assembléa provincial por muitos motivos que parecem dever calar no espirito, na consciencia dos Srs. deputados. A assembléa provincial é reunida no mesmo lugar ou perto do lugar onde os factos acontecerão; muitos membros dellas os terião presenciado, terião provas convincentes; conhecendo, pois, a verdadeira coacção em que estava o juiz de paz para não proceder á eleição na matriz, reconheceu legitima a eleição feita na capella filial. E' necessario que diga ao nobre deputado que, se esta fosse a unica nullidade do collegio do Saboeiro, eu teria dado o meu voto para que elle fosse approvado. Quero que as eleições se fação e se fação nos lugares onde as leis designão; mas, quando ha casos de impossibilidade que não se pôde vencer, então fação-se em outros lugares.

Forão estes, Sr. presidente, os motivos que obrigarão a commissão a dar o parecer que se discute. Mas eu vou fallar ainda sobre uma parte do parecer da commissão sobre a provincia do illustre deputado o Sr. Rezende, e de que me esqueceu tratar no principio do meu discurso, é sobre o Bonito.

Sr. presidente, não tiro votos a ninguém senão quando estou convencido pelas provas que se me apresentam que taes votos não lhe pertencem. Ora, isto é que acontece no Bonito. Consta da acta do collegio que erão

110 os eleitores; entretanto apparecem na somma dos votos 208 votos de mais: qual seria o expediente da commissão? Diminuir votos? Não o podia fazer. Se entre nós a votação fosse feita como na Inglaterra, seria isto facil; mas como assim não acontece, é impossivel que se possa diminuir votos. Neste estado, não querendo a commissão que passasse um precedente tão illegal como apresentava o collegio do Bonito, julgou que devia annullar esta votação.

Sr. presidente, como estou de pé e a camara me tem ouvido, peço-lhe que me ouça mais algumas palavras sobre as eleições do Maranhão. Nenhum dos Srs. deputados contestou o parecer da commissão, mas um delles, o Sr. Rezende, contestou a emenda; eu aproveito a occasião para dizer o que penso a respeito da emenda. A commissão teve presentes duas unicas actas, a acta geral e a do collegio de Guimarães. Este collegio é composto de varias freguezias e com um numero de 400 e tantos eleitores; neste collegio só o Sr. barão de Caxias tem 373 ou 374 votos; a acta geral é um documento que não me parece bem redigido, porque ella não diz o numero de collegios que existem na provincia, nem expõe aquellas eleições que não se devem contar por serem falsificadas. Mas na acta geral são arguidas como falsificadas duas actas. Deverião declarar-se estas actas com todas as circumstancias, e eu então seria de voto que se annullassem esses collegios, e teria tratado de fazer a apuração pela acta geral; mas ella, confunde tudo, dá a S. Ex. 4,800 e tantos votos: como podia pois a commissão extremar os votos dos collegios falsificados dos dos collegios não falsificados? A commissão pois tomou o expediente de guardar esta questão para quando documentos legitimos lhe fossem apresentados, e ella poder dar o seu parecer com inteira convicção. Porém uma emenda diz que S. Ex. seja deputado desta casa, visto que teve a quasi unanimidade da votação. Isto é um facto, Sr. presidente; em todos os collegios, mesmo os que falsificarão teve o Sr. barão de Caxias a unanimidade de votos. Se pois são dous collegios os nulos, resta que os da maioria da provincia todos derão a unanimidade ao Sr. barão. Invocarei ainda uma consideração, que é muito geral, e foi produzida aqui nesta casa por um nobre ex-ministro de estado membro da commissão:—Nos governos representativos, quem governa é a maioria; se em governos como o nosso é a maioria quem governa, e se a maioria dos collegios do Maranhão votou no Sr. barão de Caxias, a sua eleição é legitima. Por consequencia, acho a emenda muito justa, e muito conforme com todas as condições do direito representativo.

O SR. PRESIDENTE:—O Sr. Peixoto de Alencar tem a palavra.

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR:—Se a camara quizer votar, eu cedo.

O SR. ANDRADA MAGNADO:—Eu não cedo.

O SR. ALENCAR:—Eu tinha de fazer algumas reflexões sobre as eleições da minha provincia; mas, tendo ouvido destruir completamente os factos produzidos pelo Sr. Souza Martins, o que mais posso eu dizer? Estou satisfeito com a defesa do nobre deputado que acaba de sentar-se.

O Sr. Peixoto de Brito (*depois de algumas palavras que não ouvimos*):—Não me demorarei tambem na demonstração da importancia do objecto, porque estou persuadido de que é esta a firme convicção de cada um de nós. Entrarei, portanto, Sr. presidente, na materia. Seja-me permitido estabelecer certos principios a respeito das eleições do Brazil.

E' preciso, Sr. presidente, avançar uma proposição, e é que collegio eleitoral perfeitamente legal não ha no Brazil, principalmente se nos convencermos de que não houverão só illegalidades naquelles collegios que são acompanhados de uma denuncia official.

Poderemos comparar os collegios eleitoraes com um homem acompanhado de boa ou má sorte; os collegios eleitoraes estão na mesma ordem. Collegios ha onde se praticão todas as illegalidades, onde de um lado a coacção, de outro lado a perturbação dos partidos; alli a influencia do governo, acolá a pretensão dos candidatos, põe tudo em luta, tudo barulhão, tudo transtornão; saltão por cima das formulas que as leis reguladoras do objecto têm estabelecido, e, todavia, não apparece uma denuncia desses factos, não vem uma denuncia ao poder competente para conhecer delles. Sujeitando-nos ao rigor com que procedeu a commissão de poderes a respeito das eleições das differentes provincias, ser-me-ia permitido concluir que á proporção que se fossem denunciando illegalidade de cada um dos collegios, a commissão se iria pronunciando conforme se pronunciou a respeito daquelles que forão acompanhados de denuncias officiaes: por exemplo, se se dissesse á illustre commissão de poderes que em tal collegio eleitoral não appareceu um juiz de paz, e que foi outro cidadão acclamado em seu lugar; e que, não apparecendo o parcho, se nomeou um sacerdote em seu lugar, sem ter os poderes transmittidos por aquelle que legalmente os podia transmittir: e que esse sacerdote se esquivou das funções que lhe erão incumbidas, e ultimamente que se chamou um velho pai de familia para exercer essas funções; se chegassem esses factos ao conhecimento da commissão, estou que a sua deliberação seria de accôrdo com as que apresenta a respeito de collegios de que existem denuncias de semelhante natureza. Se se dissesse mesmo

á commissão de poderes que os eleitores de um collegio antes das eleições se reunirão e determinarão que os votos recaissem privativamente sobre taes e taes cidadãos, com o interesse de obterem pela influencia desses cidadãos a remoção ou demissão de um empregado, estou persuadido de que a commissão de poderes resolveria que isto era um perfeito conluio, e que, segundo a lei das eleições, não podia proceder semelhante collegio.

Mas, senhores, ainda confirmo o principio que primeiramente estabeleci a respeito da boa ou má fortuna. Collegios eleitoraes ha, onde se pratica toda a qualidade de illegalidades, e não se sabe; e outros ha onde ocorre uma pequena circumstancia que não se póde julgar insanoavel, e é quanto basta para vir uma denuncia ao poder competente.

Ainda tenho de tirar outra conclusão do principio que estabeleci, que em rigor não se póde dizer que haja uma eleição perfeitamente legal; mas não me sujeitarei á conclusão que vou tirar. Se não ha eleição perfeitamente legal, segue-se que nós devemos ser dissolvidos..., dissolvidos? Não... Estou aturrido ainda com a palavra dissolução.... Segue-se que todas as eleições devem ser nullificadas. Mas não vou para ahi, porque em materia de eleições devem os cidadãos brasileiros separar-se um pouco das rigorosas regras da justiça: é necessario pois obedecer ás conveniencias publicas: e como se faz isto? Não sujeitando o paiz a continuadas eleições.

As eleições no Brazil, senhores, são sempre uma crise, e uma crise calamitosa. Não precisa que recorramos á historia de eleições passadas ha muito tempo; bastará para garantir a verdade desta asserção, que procuramos exemplos e factos nas ultimas eleições a que se procedeu. Pernambuco, por exemplo, é uma provincia á qual não se póde negar muita pacificação, muita paz, espirito de ordem, etc. Sabe-se mesmo que existem alli extremes dous partidos politicos, mas que se respeitão e se tolerão....

O SR. NUNES MACHADO: — Apoiado.

O SR. PEIXOTO DE BRITO: — Que se respeitão e se tolerão, mas, apesar disso, apesar mesmo (é preciso fazer justiça) de não apparecer da parte da administração de Pernambuco um influencia ostentosa, póde-se dizer que o barão da Boa-Vista influio nas eleições como qualquer particular....

O SR. D. MANOEL: — Apoiado; como particular unicamente.

O SR. PEIXOTO DE BRITO: — ... por via das suas cartas; é bem visto que uma carta do presidente tem mais valor que a de um particular; mas não foi influencia apparatusa.

Entretanto, a provincia de Pernambuco, extreme das desavenças, Pernambuco, onde se não vê esta influencia ostentosa da autoridade, apresenta todavia factos que são mais que sufficientes para recuarmos á vista de uma nova eleição. Houve collegios alguns dos quaes apresentarão espectaculos bem tristes; juizes de direito ameaçando com cadeiras a juizes de direito; juizes de paz brigando com juizes de paz e com parochos; e ultimamente, senhores, as eleições da freguezia de Santo Antão forão ensanguentadas. Ora, se em uma provincia onde se póde dizer que as eleições se fizeram mais pacificamente, do que em algumas outras (ellas não forão immaculadas, mas forão feitas mais pacificamente do que em algumas outras) tivemos espectaculo tão do'oroso, o que devemos esperar a respeito de outras provincias onde o espirito de partido não poupa um só meio ao seu alcarce para perseguir, debellar e commetter toda a qualidade de violencias que se lhe possão suggerir?

A vista desta consideração, eu entendo que se procede muito em ordem, procede-se muito legalmente, preferindo en re as eleições aquellas que fõrem mais dec'orosas, aquellas que não apresentarem essas illegalidades, que no entender de alguns e no meu entender são insanaes.

Senhores, permita-se-me uma pequena digressão; a presente legislatura, se lhe derem tempo, tem de prestar importantes serviços ao paiz, e entre elles tem um'egar muito distincto um lei de eleições. Se não puder ser elaborada esta lei, eu quizera ao menos que reformassemos as instrucções de 26 de Março, e os decretos e resoluções a tal respeito. Admira mesmo, senhores, que as instrucções de 26 de Março de 1824 tenham podido regular as eleições de cinco legislaturas; admira mesmo que instrucções feitas para um momento, e feitas, como se sabe, não pelo poder legislativo, não elaboradas como as nossas leis, que tendo hoje opinião fundada, encontrão amanhã difficuldades immensas na execução; admira, digo, que instrucções assim feitas regulassem as eleições de cinco legislaturas! Mas de que maneira têm regulado? Da maneira que temos visto.

Entendo, pois, que reformas tendentes a respeito do numero de eleitores que devem dar as freguezias, determinando-se o tempo dentro do qual se não possa augmentar esse numero, é medida absoluta indispensavel; assim como definir bem o direito de elegibilidade, e quem tem o direito de eleger, para não vermos repetidos os factos de se aceitarem em uma freguezia os votos de soldados, considerando-os com direito de eleger, emquanto são repudiados em outra fre-

guesia vizinha. Outro objecto muito capital de reforma é sem duvida estabelecer uma linha divisoria entre as formulas que devem annullar, ou pela falta das quaes devem ser nullas as eleições, e aquellas que se puderão dispensar desta ou daquella maneira. Existe a respeito das formulas verdadeiramente um arbitrio que não quero que exista, nem mesmo no poder legislativo, porque não quero arbitrio em poder nenhum.

Permitta a commissão que eu faça algumas observações a respeito do seu parecer. Do mesmo parecer se vê que em uns lugares a commissão julga como circumstancia essencial aquillo que em outros lugares julgacircumstancia accidental. (*Apoiados.*) Entre ellas eu sempre me persuadi que a circumstancia da assistencia do parochio á mesa parochial até o ultimatum da eleição, se tornava indispensavel para a legitimidade do acto; porque eu entendo que parochio não vai, como disse a illustre commissão, assistir só á organização da mesa; o parochio está alli como de espreita para informar á mesa quaes os cidadãos que estão ou não nas circumstancias de votar. Ora, este conhecimento não tem seu tempo senão quando se finda a eleição; mas vejo que a illustre commissão no seu parecer considera a circumstancia da ausencia do parochio como circumstancia dispensavel, e approva eleições nas quaes apparecem accusações dessa falta.

Tambem mereceu o meu reparo uma conclusão da commissão, quando, considerando como nullas as eleições de uma freguezia, conclue dizendo: — Todavia a commissão é de parecer que se approve, visto que o numero de votos não vai influir na eleição. — Perdôe-me a illustre commissão, eu não me conformo com este modo de concluir, por que se a causa é nulla, não deve produzir effeito nenhum.

Como é que a commissão reconhece a nullidade de uma eleição, mas conclue dizendo: — Comtudo, como não influe o numero de votos na eleição, fique approvada? Pouco me importa com o numero, o que se quer saber é se a eleição foi feita conforme a lei, e se não foi feita conforme a lei, não deve produzir effeito. Pois se a commissão confessa que não foi legal, como lhe dá um effeito legal? Então eu espero que a commissão permita que eu pergunte por que o collegio do Bonito não mereceu este favor? Sabe-se que esta eliminação não influe na eleição dos deputados de Pernambuco.

Ora, se ha um argumento a favor de um collegio onde se commettem illegalidades, este argumento em igualdade de razão deve proceder a respeito de outro collegio, cuja votação tambem não influe sobre a eleição geral da provincia.

Mas, senhores, eu me levantei principalmente para tratar dos collegios da provincia a que pertenco. Será preciso que desista de algumas particularidades. Não entro em um exame muito escrupuloso sobre a maneira por que se procedeu alli ás eleições, por que outros nobres collegas terão de entrar nesta materia com mais escrupulo. Todavia, eu tenho de responder ao meu illustre collegio, o Sr. deputado por Pernambuco, quando tratou do collegio do Rio Formoso. Responderei com os documentos que existem na casa.

Primeiramente, tenho de fazer uma observação á commissão, e é que me parece que ella considerou pouco as eleições de Pernambuco, porque diz que houverão algumas irregularidades, mas que as eleições devião ser approvadas, com excepção de um collegio, que julga illegal, e indicou o collegio do Bonito. Parece-me que a provincia devia merecer da illustre commissão mais consideração e que tinha mesmo um direito igual ao que teve a provincia de Minas, para que a illustre commissão indicasse cada uma das irregularidades, e se fosse pronunciando á proporção da indicação que fosse fazendo a respeito de cada uma dellas. Mas não fez assim, e disse sómente que houverão irregularidades. No Rio Formoso reune-se o collegio parochial; o juiz de paz se nega a essa reunião a pretexto de não se terem feito listas, cumprindo certas formalidades. Os cidadãos reunidos acclamão um cidadão como juiz de paz, chamão um sacerdote, e procedem á eleição, levando de vencida o partido contrario, a que presidia o juiz de paz. O outro partido, não tendo outro recurso, lança mão das urnas antes de ultimada a eleição. Isto consta por officio. Em 17 de Dezembro de 1840 foi communicado ao presidente que o collegio parochial não tinha podido extrahir os diplomas dos eleitores da parochia, e o presidente respondeu que ficava inteirado que ao collegio eleitoral competia tomar conhecimento deste facto. Esta participação foi feita no dia 17, e no dia 13, anterior ao 17, outra participação se apresenta com uma acta dos eleitores da freguezia do Rio-Formoso. Para se conhecer a falsidade desta acta basta comparar as datas, porque não era possivel que no dia 13 se pudesse organizar uma acta, quando no dia 17 se participava a impossibilidade de extrahir os diplomas dos eleitores. Se a data da participação dos eleitores fosse posterior, ainda se poderia dizer que depois do roubo as listas se tinham achado em casa de fulano, mas sendo anterior, é visivelmente falsa. Isto foi muito mal arranjado.

Ainda farei uma pequena observação a respeito do collegio de Goyanna. Eu quereirei pensar relativamente ao collegio de Goyanna como pensou a illustre commissão relativa-

mente ao collegio de Iguape na Bahia. Parece que devia considerar a eleição de Goyanna nulla, porque a respeito de Iguape a illustre commissão se pronuncia antes pela eleição por retirados, pretextando-se coacção, do que pela eleição feita com coacção. Ora, em Goyanna não houve retirada de coactos para outro lugar, não se procedeu á eleição em outro lugar; mas, por uma conclusão rigorosa dos principios da illustre commissão, o collegio de Goyanna está nullo, porque se prova que houve toda a coacção. Alli a força armada, a guarda nacional tomava as entradas da cidade de Goyanna; o juiz de paz e o vigario, pretextando estarem coactos, retirão-se: tudo isto consta das actas; eu não vou procurar provas de fóra, vou ás que existem aqui. Ora, se a eleição a que se procedeu no collegio de Iguape não valeu pela coacção, o de Goyanna não vale tambem pela coacção.

Mas, senhores, em respeito ao principio que primeiramente estabeleci, entendo que o collegio do Bonito mesmo pôde passar; talvez seja isto mais razoavel. E' mais facil provar que as eleições de Goyanna e Rio-Formoso, foram feitas com má fé do que provar que o augmento de votos do collegio do Bonito foi feito com má fé. Sabe-se muito bem que as formulas pelo nosso centro cansão-nos muito; e aproveitou a occasião para dizer que seria muito conveniente que as formulas a respeito de eleições se diminuíssem; porque são muito boas enquanto são garantidoras do direito, mas quando estabelecem difficuldades de exercer o direito, muitas vezes se desprezão. Nas mattas nunca se cumprem, porque o que se quer é alinhar tudo em um dia. Um mora a distancia de 50 leguaes, outro tem fazenda de gado, outro tem estabelecimento rural, e por isso querem abreviar.

Mas, como ia dizendo, é mais facil provar que o augmento de votos apparecido no collegio do Bonito proviria de engano da mesa. Sabe-se que em uma operação de cifras um engano é muito facil: nem foi outra cousa, foi erro de cifra que houve.

Por consequencia, entendo que, a respeito das eleições de Pernambuco, melhor será que não esmerilhemos muito, porque, se vir na necessidade de votar contra o collegio do Bonito, estão em obediencia á minha consciencia, vou votar contra o collegio de Goyanna e Rio-Formoso. Eu ainda diria mais alguma causa a respeito do collegio do Bonito, mas circumstancias existem que são mais conhecidas na minha provincia do que aqui mesmo na corte, pelas quaes tenho de recusar um pouco a respeito deste collegio.

Em conclusão do que tenho dito, voto a favor do collegio do Bonito, de todos os de Pernambuco; mas, a não passar o collegio do Bonito, então devo observar á camara que a

emenda do Sr. deputado Oliveira é muito conforme, porque a conclusão da commissão não pôde ser applicavel ao collegio do Bonito, porque a illegalidade dos collegios de Campina Grande, Pombal e Piancó, dizia respeito ás eleições primarias; entretanto que a illegalidade do Bonito é das eleições secundarias.

O Sr. França Leite:— O nobre deputado contestou o parecer da commissão e arguiu algumas proposições que eu tinha avançado na casa. Contestou o parecer da commissão na parte em que tratava do collegio de Goyanna, etc.; contestou ainda na parte do collegio do Bonito. Parece-me que o illustre deputado fez crer ou quiz persuadir á commissão que tinha sido pouco contradictoria, porque tendo tomado uma deliberação a respeito do collegio da Cachoeira na Bahia, parecia que devia tomar a mesma deliberação a respeito do collegio de Goyanna, e ainda com mais razão, porque as circumstancias em Goyanna eram peiores. Não sei se foi assim que se exprimio.

O Sr. Peixoto de Brito:— E' o mesmo.

O Sr. França Leite:— Não ha paridade neste argumento. O nobre deputado finge paridade por não ter assistido o juiz de paz com o vigario da freguezia.

O Sr. Peixoto de Brito diz um aparte do qual não ouvimos senão que falla em coacção.

O Sr. França Leite:— A paridade, segundo o nobre deputado se explica, é a coacção; eis os pontos de contato que descobre o nobre deputado para fazer o seu argumento, dizendo que, sendo as circumstancias as mesmas, a commissão devia tomar identica deliberação. Ha uma perfeita disparidade de circumstancias, e quando as circumstancias de um caso são disparatadas com outro, o argumento não pôde ser senão disparates.

Sr. presidente, em Iguape houve uma coacção provada, em Goyanna tal coacção não ha. (*Apoiados.*) Ahi estão os documentos. O nobre deputado que diga se devo acreditar em documentos authenticos. O primeiro documento é a acta; o segundo documento é um officio do commandante superior, pessoa estranha á freguezia, que disse que tal força armada não houve. O terceiro documento é do prefeito, que diz que a força armada que houve foi a que deu-se á requisição do juiz de paz. Ora, Sr. presidente, se o juiz de paz tinha força, como se podia reputar coacto?

O Sr. Peixoto de Brito:— Qual é o juiz de paz? O que sahio?

O Sr. França Leite:— Eu não sei julgar de actos publicos senão com provas, porque eu não sou daquelles que expõem a sua con-

sciencia a todo o caso. Hei de errar, mas com inteira convicção, quando estiver persuadido de que obro bem. Poderei obrar com injustiça, mas contra a minha vontade. Julguei pelas provas apresentadas. Por consequencia, não ha paridade.

Segunda paridade: o juiz de paz de Goyanna abandonou o posto, retirou-se, demittio por assim dizer a sua autoridade; e de Iguape não a pôde exercer aqui, mas exercitou-a alli no mesmo districto. O de Goyanna, por ter abandonado o posto, deu lugar a que o supplente tomasse conta da autoridade quem competia, e o de Iguape não abandonou o posto.

O SR. PEIXOTO DE BRITO:—O que prova que ainda o de Goyanna foi mais coacto.

O SR. FRANÇA LEITE:—Eu não julgo de coacção senão quando se apresenta força para coagir; homens ha muito pobres de espirito que se julga coactos só porque lhes mettem susto. Mas no emtanto digo que não está neste caso o juiz de paz de Goyanna, que se retirou porque julgou ferido o seu melindre. Eu o considero homem honrado, não tenho a honra de o conhecer, e por isso mesmo que o não conheço, tem direito á minha consideração, Mas julgar-se-ia offendido em sua sensibilidade, e abandonou o posto; e então a eleição ha de depender de um capricho, porque o juiz de paz julgou-se ferido no seu melindre?

O SR. PEIXOTO DE BRITO:—Como o prova?

O SR. FRANÇA LEITE:—Provo com os documentos: o nobre deputado poderá saber do contrario, mas eu aqui não julgo por consciencia, mas pelas provas, que dizem que a força armada foi posta á sua disposição; é o que diz o prefeito, é uma verdade que eu deva acreditar, porque Deos nos livre que vamos pôr em duvida documentos authenticos das autoridades.

(Ha um aparte que não ouvimos.)

O SR. FRANÇA LEITE:—Não apparecem taes documentos: o que consta é que o juiz de paz pedio força, não ao commandante superior, que não estava no districto, mas ao commandante do corpo. Ha, além disto, outro documento em que o commandante superior diz que não estava na freguezia, porque, sendo dia de eleições, tinha de se achar na sua freguezia, e por isso não sabia o que se tinha passado alli; mas que procurando sabel-o, tivera em resultado que fôra chocado o melindre do juiz de paz e do vigario. Por consequencia não ha tambem paridade.

O nobre deputado disse que no collegio do Bonito não houve má fé, mas erro de votos; mas, se estes votos estão nos diversos individuos aos quaes forão dados, como os ha de separar a commissão, e dizer:—Estes são nullos e aquelles não?

Sr. presidente, no meu primeiro discurso faltou tocar em um ponto em que se fallou hontem, isto é, sobre a provincia das Alagoas. O parecer da commissão foi bem desenvolvido a respeito da questão que existe entre os Srs. Francisco Elias Pereira e Igracio de Barros Vieira Cajueiro: pareceu-me trabalho de advogado. Porém hontem se disse que a commissão não tinha examinado bem estes documentos. Sr. presidente, a acta original da eleição do collegio da Matta-Grande queimou-se, e como havemos de acreditar em uma copia apresentada por quem diz que a acha original, que é accusada de falsificação, se queimou?

O SR. CANSANSÃO:—Seria mais concludente annullar o collegio.

O SR. FRANÇA LEITE:—Como pois podia a commissão dar credito a esta acta, se é accusada de falsificação, e a copia se refere á acta original? E' principio de direito que os documentos que se referem a outros documentos não fazem prova, se o original não produz prova. Isto é da ordenação, livro 3º, titulo 6º. Por consequencia, o parecer da commissão está de conformidade com a justiça.

Toquei nisto de passagem.

O SR. CANSANSÃO:—Sr. presidente, dobrado motivo tenho para tomar parte nesta discussão. De um lado o dever do cargo que exerço, pois que, como deputado, como representante da provincia das Alagoas, tenho obrigação de empenhar todas as minhas forças, todos os meios ao meu alcance, para que, tratando da verificação dos poderes dos membros desta casa que, por parte daquella provincia, têm de tomar aqui assento, consiga que não seja adulterada a verdadeira escolha do voto eleitoral das Alagoas: de outro lado a minha dignidade pessoal, a minha honra exige que desfaça uma imputação calumniosa que sobre mim, ou sobre pessoas que me são conjuntas pelos mais estreitos laços de parentesco, tão ignominiosamente recabe. Sim, senhores, nesta questão de que vou tratar não está sómente empenhado o meu dever publico, porém sim, e talvez ainda mais especialmente, a minha honra e o meu melindre, por que de nada menos somos accusados do que de ter concorrido para adulteração de uma acta eleitoral, na qual, subtrahindo-se votos a um candidato, augmentarão-se a outro com prejuizo de terceiro. Antes, porém, de entrar na materia, devo fazer uma declaração sincera, devo dizer aos nobres membros da commissão de poderes, cujo parecer tenho de combater, que, se no calor dos meus argumentos, puder escapar-me alguma expressão que elles julguem offensiva ou contraria ao seu melindre e delicadeza, não a tomem como de proposito para aggravar-os; tenho alto respeito para com cada um delles, e sobretudo muita veneração por

QUINTA SESSÃO PREPARATORIA EM 29 DE ABRIL DE 1842

65

suas opiniões ; farei o maior esforço possível para não entrar no exame da consciencia ou intenções em que elles examinarão esse negocio, embora me sinta aggravado com a decisão que derão.

Começarei por lêr o parecer da illustre comissão, porque tenho de analysar cada um dos seus principaes topicos separadamente.

(O orador lê a primeira parte do parecer da comissão, relativamente ás eleições das Alagôas e diz): A comissão, comparando as actas parciaes de todos os collegios eleitoraes da provincia que represento com os diplomas apresentados, achou que o resultado numerico desses collegios era exacto ; mas accrescenta que, tendo sido presente uma representação do cidadão Francisco Elias Pereira, na qual se queixa de que a acta da Matta-Grande fôra defraudada, porquanto, tendo sido conferido pela verdadeira eleição daquelle collegio o numero de 20 votos a meu irmão o deputado Cajueiro, e a mim 26, da acta que apparece consta que meu referido irmão se acha com 30 e eu com 16 : fraude esta que, conferindo áquelle o ~~acrescimento de 10 votos, lhe dava em resultado~~ geral 336 votos em toda eleição, isto é, 5 votos mais do que aquelles que tivera o queixoso em todos os collegios da provincia, resultando dahi ficar elle no lugar de primeiro supplente, em vez de quinto deputado. Diz mais a comissão que o mesmo representante se queixa de que, havendo-se divulgado na provincia a fraude da acta da Matta-Grande, e julgando-se inevitavel sua repressão, se lançára mão de outro recurso, que vem a ser a annullação do collegio da villa da Atalaia, para o que se lançará mão de um descontente que denunciou ao presidente da provincia que fraudes houverão naquelle collegio, etc. Senhores, eu disse na sessão de hontem que tinha amargas queixas que dirigir á comissão ; agora vou provar-lhes a razão que me assiste para lhe dirigir estas queixas ; e devo começar por dizer que ellas principalmente se fundão em não ter a illustre comissão examinado com aquella madureza que a gravidade da materia exige todos esses documentos, todas essas peças que lhe forão presentes.

E, com effeito, senhores, se esse exame tivesse tido lugar, a comissão não teria dado como provadas as duas asserções seguintes : 1ª, que a subtracção dos votos feita á minha eleição em favor da de meu irmão fundava-se em que minha eleição estava por tal fórma fôra de toda a duvida pelo considerado numero de votos que eu havia obtido em outros collegios, que essa subtracção me não poderia ser prejudicial ; 2ª, que a annullação do collegio da Atalaia foi inventada como meio de prevenir o conhecimento que já se

tinha da fraude commettida na acta da Matta-Grande: porque, senhores, são cousas essas que se podem deduzir da confrontação das datas desses mesmos documentos. Vamos á primeira ; procedêrao-se ás eleições da provincia das Alagôas em todos os seus collegios eleitoraes no dia 11 de Outubro de 1840 : no dia 12 forão as authenticas do collegio da Matta-Grande remettidas pela camara municipal, escriptas pelo respectivo secretario, reconhecidas por tabellião publico, selladas e lançadas na mala publica do correio que daquella villa partio para a capital da provincia no dia 18, onde chegou dentro do prazo ordinario. Notai, senhores, que a villa da Matta-Grande dista da cidade de Maceió mais de 80 leguas ; collocai agora essa adulteração da acta, ou em um, ou em outro ponto, podendo elles antes de commetter esse crime ter certeza do resultado geral da eleição para saber que essa subtracção não me poderia prejudicar por haver eu obtido considerado numero de votos nos mais collegios da provincia ! Para que o autor dessa supposta defraudação manobrasse esse artificio estando em Maceió, digo-vos que, ainda no dia 18, ~~dia em que sahio com a mala publica o correio da Matta-Grande,~~ ainda nesse dia não só se ignorava o resultado da eleição daquelle collegio, como de outros muitos dos mais remotos da capital ; mas, quando acontecesse, quero já conceder, que nesse dia, ou mesmo antes se pudesse ter tido esse conhecimento, dizai-me : é crível que dentro de 7 dias se pudesse não só fazer a dobrada distancia de mais de 80 leguas, mas ter ainda o tempo necessario para arranjar esse negocio, no qual figurão tantos empregados publicos, como secretario da camara, collector e agente do correio, etc. ?

Isto não póde acreditar quem attender com imparcialidade á força deste argumento. Passemos á segunda hypothese, e figuremos que o abuso partio de individuo que se achava na villa da Matta-Grande. Ora, devo crer que essa pessoa, que tanto se interessa pela eleição de meu irmão, não tivesse por mim menos interesse, porque devo confessar á camara que, já pelo parentesco, já pela amizade e já pela harmonia de nossas idéas, constituimos uma só pessoa em dous individuos : digo pois que devo crer que esse officioso amigo se interessasse tanto por um, como por outro de nós. Se não era facil áquelle que se achava na capital da provincia poder saber no dia 18 o resultado geral de todos os collegios, se alli que é sempre o centro das noticias, não era facil conhecer-se esse resultado, na villa da Matta-Grande, no ponto mais central e remoto da provincia, era absolutamente impossivel ter-se esse conhecimento ! Ora, é crível que esse amigo imprudente e temerario quizesse arriscar não só uma, como outra eleição, tirando-me votos, sem que tivesse a certeza de que elles

pudessem aproveitar a meu irmão? Não, a supposição desta natureza não se presta o bom senso. Mas replicar-me-hão: a vossa candidatura era tão fortemente apoiada, vós tinheis tal grão de probabilidade para sahirdes eleito, que podia-se sem perigo fazer-vos essa subtracção! Engano manifesto; eu ahí vou tocar. Senhores, confesso-vos ingenuamente, a minha eleição foi arriscada; os meus adversarios políticos (porque enfim qualquer hoje os tem por insignificante que seja a sua classe de jerarchia politica em que se acha) os meus adversarios politicos fazião sobre ella apostas ainda nas vespas de se ella decidir; e porque, senhores? Porque eu me achei em uma circumstancia critica na época em que tiverão lugar essas eleições, como vou dizer-vos. Tendo-se desenvolvido uma sedição na cidade das Alagôas em dias do mez de Outubro de 1835, e sedição, á testa da qual figurava uma pessoa que não está distante daqui, e que talvez mesmo se ache nesta casa, eu fui o primeiro que, como vice-presidente, me puz á frente dos amantes da lei e dei ordem para suffocal-a, conseguindo instalar no governo o presidente da provincia, que os sediciosos haviam conseguido embarcar para deportal-o.

O SR. RAMIRO:—Apoiado.

O SR. CANSANSÃO:—Este comportamento me valeu talvez a confiança do governo imperial.

O SR. RAMIRO:—Apoiado.

O SR. CANSANSÃO (*olhando para o lado em que se acha o Sr. Ramiro*):—O nobre deputado fazia então parte desse gabinete. Este comportamento, digo, valeu-me talvez a confiança do governo imperial, que houve por bem nomear-me para presidente das Alagôas: vêde bem, debaixo de que máos auspícios entrei no governo. O espirito sedicioso, que se havia manifestado, se bem que desarmado, teve ainda de prolongar-se, apoderando-se de grande parte dos membros da assembléa provincial, o que deu causa a esta não se instalar na sua época marcada, e deixar de trabalhar por todo o tempo de sua duração. Por outro lado, a deputação geral daquella provincia, receiando de que eu lhe recusasse a influencia directa da minha administração para apoiar ou proteger a sua reeleição, o que se não conformava com os principios que professo, pedirão, digo mais, exigirão do governo imperial a minha demissão; pedido ou exigencia esta que foi satisfeita....

O SR. RODRIGUES TORRES:—Peço a palavra.

O SR. CANSANSÃO:—.... e o governo demittio-me.

O SR. OTTONI:—Quem fazia então parte do governo?

O SR. CANSANSÃO:—Como não costumo censurar a autoridade quando executa actos para os

quaes as leis o autorisam, pouco me importa saber quem erão as pessoas das quaes nessa época se compunha o governo.

Demittido, tendo de lutar de um lado contra aquelles que tinham feito ou tomado parte na sedição; de outro contra os deputados não reeleitos, que erão e são ainda juizes de direito, acastellados em suas respectivas comarcas; eis-aqui, senhores, a critica posição em que me achei nas eleições de 1840; como era pois que no meio dessa luta, em que o maior triumpho de meus adversarios consistia na minha exclusão, poderia um amigo, uma pessoa por mim interessada subtrahir-me votos, arriscar e comprometter a minha eleição!

Vamos agora á segunda asserção da commissão, quando diz que a annullação do collegio da Atalaia foi expediente inventado para destruir os effeitos do vicio ou adulteração da acta da Matta-Grande. Ora, Sr. presidente, bastava que a nobre commissão lançasse os olhos pelas datas desses documentos para se convencer do contrario. A denuncia que deu o presidente da mesa eleitoral da Atalaia, de que a urna fôra roubada, é de data de 12 de Outubro, isto é, um dia posterior á eleição; o reconhecimento das cedulas falsas é do dia 15: o processo mandado organizar, em virtude desse acontecimento, é do dia 20; finalmente, o documento mais moderno, ou mais remoto ao acto da eleição é o protesto dirigido pela metade do collegio eleitoral, que não quiz assignar a acta; esse mesmo é do dia 25 do mesmo mez de Outubro. O officio da camara municipal da Matta-Grande, e todos os mais documentos apresentados pela parte queixosa, são de 16 de Novembro: foi de então sómente, e depois que de lá voltou essa parte com seus documentos, que se fallou na adulteração da acta daquelle collegio; como é pois que a nobre commissão diz que a annullação da Atalaia, isto é, que factos praticados no mez de Outubro tinham por fim acastelar aquelles que haviam de succeder no mez de Novembro?! Eis-aqui está porque eu disse que tinham razão para dirigir algumas queixas á commissão. Senhores, não fomos nós que quizemos prevalecer-nos na annullação do collegio da Atalaia para emendar o vicio da acta da Matta-Grande, porque a casa acaba de ouvir, pela confrontação das actas, que um facto foi anterior a outro: foi a parte queixosa que se quiz prevalecer desta imaginada adulteração, para transtornar o resultado da eleição geral, porque o Sr. Elias Pereira, depois de feita a apuração final, andou percorrendo ou visitando alguns collegios; foi ter á Matta-Grande, e lá, com sua presença, aproveitando-se da ignorancia do secretario da camara de uma villa onde, pela primeira vez, reuniu-se o collegio eleitoral, o qual, nada conscio de seus deveres, julgou

talvez ocioso conservar um borrão, que assim se póde chamar uma acta feita por pessoas pouco habilitadas para redigirem semelhantes peças, como são de ordinario as de um collegio central, julgou provavelmente indifferente queimar aquelle original, uma vez que o tinha registrado em seu archivo; aproveitando-se, digo, dessa circumstancia, procurou-se transtornar a eleição de um deputado, afim de que elle, como immediato, o supprisse; arranjou e trouxe esses documentos, que a nobre commissão achou serem de tanto peso. Ao ouvir enunciar a serie desses documentos, oh! Que parecessem elles um batalhão de provas: attestado da camara de não existir no archivo a acta original, representações de municipalidades denunciando ao governo a falsificação commettida; attestados dos membros da mesa eleitoral; justificação dada perante o juiz municipal, certidão authentica da acta original. Saiba pois a camara que, em todos esses documentos, não figurão mais de 8 a 9 individuos, trocados e convertidos, uma vez em camara denunciante, outra em testemunhas, outra em attestadores, etc. O documento porém que pareceu ter mais força a respeito dos membros da commissão, foi a certidão authentica da acta original. Ora, senhores, eu não sei como se possa chamar authentica uma certidão passada sómente pelo presidente e secretario de um collegio eleitoral. Primeiramente não me parece justo que se chame mesa sómente a esses dous funcionarios; em segundo lugar, quando esses dous individuos por si sós constituíssem a mesa, eu desejava que a nobre commissão me respondesse em que parte das instrucções, em que artigo da lei, se concede á mesa eleitoral a faculdade de passar essas certidões. Será razoavel, será em fórma com principios de direito constitucional, que um acto que só póde ser valioso pelo concurso de tantas pessoas, possa ser substituído pelo testemunho de algum! Note bem a commissão que esse principio passa; feliz do partido que, nas lutas eleitoraes, obtém o triumpho da mesa, a eleição será sua; porque a mesa poderá consumir a acta original, e apresentar em seu lugar uma certidão por ella fabricada.

Para que essa parte pudesse aqui se apresentar com essa allegação deveria vir munida de uma sentença do poder judiciario, em virtude da qual se achasse provado o crime desse secretario da camara.

O SR. MANOEL FELIZARDO: — E o governo provincial mandou-o responsabilisar, mandou fazer-lhe processo?

O SR. TAVARES BASTOS: — Mas a camara o suspendeu!

O SR. CANSANSÃO: — Sim, suspendeu; mas a suspensão não prova o delicto; o nobre depu-

tado que me deu o aparte deve saber que, logo que a camara concebeu essas suspeitas, estava na rigorosa obrigação de suspender aquelle empregado; mas dahi não se segue que se achasse provado o seu delicto; emquanto o poder judiciario se não pronunciasse nesse negocio, a imputação feita ao secretario da camara não passava de meia suspeita; entretanto, o nobre deputado acaba de ser informado que esse processo foi mandado fazer pelo governo provincial.

Senhores, eu tenho amargas queixas que dirigir contra a commissão, e essas queixas fundão-se em que a illustre commissão não examinou attentamente as peças documentaes que lhe forão submettidas!

Diz o parecer que o denunciante do roubo da urna da Atalaia fôra impropriamente chamado para depôr no processo que se organisou na povoação da Capella, mas não attendeu a commissão que, na justificação apresentada pelo Sr. Elias Pereira, os membros da camara municipal tambem depuzerão; e então? Não estavam no mesmo caso?

O SR. OTTONI: — Não sabia que erão essas mesmas pessoas.

O SR. CANSANSÃO: — Mas podia sabê-lo se confrontasse o nome dos denunciantes e deponentes; e para isso tinha os dados necessarios.

Notou a commissão que havia contradicção no depoimento do cidadão Joaquim José de Araujo Lima e Rocha, quando disse que sabia do roubo da urna por boatos, e diz em outra parte que sabia desse acontecimento porque um dos cumplices lh'o havia communicado: não sei, senhores, onde possa aqui encontrar-se a contradicção. No officio ao presidente, disse que sabia por boatos; mas, quando foi esse cidadão chamado a juizo para dizer tudo quanto sabia sobre esse facto, declarou a verdadeira origem donde pudera haver obtido esse conhecimento. Achou a nobre commissão outra contradicção no depoimento desse cidadão, por dizer em uma parte que elle se havia retirado silencioso do collegio logo que se verificou o roubo da urna, com receio de ser ultrajado; e em outro lugar affirma que no proprio dia da apuração ainda interrogou os criminosos sobre o acontecimento. Só grande espirito de prevenção poderá encontrar contradicção neste ponto, o cidadão Rocha soube nas vespéras da eleição que a urna seria roubada; no dia seguinte, antes do acto da apuração, interrogou aos suspeitos autores desse delicto; mas logo que pelo acto da apuração se verificou a suspeita, aquelle cidadão, não compartilhando a responsabilidade de tão ominoso abuso, rompeu com seus autores, separou-se da mesa, e pelo receio de ser ultrajado (e tinha razão para receal-o), retirou-se

para sua casa e deu parte ao governo, podendo nessa occasião subtrahir....

O SR. OTTONI:—Então subtrahio ?

O SR. CANSANSÃO:—Disse mal, senhores, podendo levar consigo algumas das cedulas falsas que já haviam sido apuradas, guardou-as em sua casa, e remetteu-as ao governo. Onde existe contradicção ? Duvidou a illustre commissão do testemunho do cidadão Francisco Ignacio Corrêa, que tendo assignado duas representações, uma dirigida á camara municipal de Maceió, e outra a esta respeitavel camara, protestando contra o roubo da urna da villa da Atalaia, cuja acta elles não assignarão, em um processo tirado sobre esse acontecimento pelo juiz de paz daquelle mesma villa, jurou que não tinha assistido ao acto eleitoral; mas que peso póde a illustre commissão dar a esse processo, do qual foi escripto um dos cúmplices do roubo da urna, e contra o qual mandou proceder o governo provincial ?

O SR. OTTONI:—Mas eu não sabia que era esse mesmo homem.

O SR. CANSANSÃO:—Devia saber-o; se mais imparcialidade tivesse guiado o espirito da commissão, ter-se-ia visto que esse Felix Procopio do Rego que escreveu esse processo, fazia parte da mesa eleitoral, denunciado de ter roubado a urna.

Disse mais a commissão que observando ter Joaquim Vieira de Araujo assignado como eleitor em ambas as representações mencionadas, fez uma declaração de haver prestado sua assignatura por suggestão de outrem, e que nem é eleitor da Atalaia, nem se achava no lugar quando se procedeu á eleição; não póde dar como valioso seu testemunho, mas donde consta essa declaração de uma carta particular. Agora me serverei dos luminosos principios do meu nobre collega e amigo o Sr. França Leite, digno membro da commissão, para perguntar como é que elle, que não acredita nas justificações, nem attestados, nem abaixo-assignados e nas cartas particulares, como é que elle consentio que, por uma carta particular, se inutilisasse o testemunho cuja assignatura consta de tres documentos, sendo um delles um processo criminal, ao qual o meu nobre amigo não poderá recusar seu assentimento ? Senhores, eu convencerei a camara de que esse documento é falso; esse cidadão não podia fazer essa declaração, por que eu tenho um documento pelo qual se prova ser elle eleitor da Atalaia; é a acta da eleição primaria daquelle collegio.

O SR. OTTONI:— Não existe esse documento.

O SR. CANSANSÃO:—Existe, sim, senhor, eil-o aqui, reunido á representação dirigida á camara de Maceió. Diz mais a commissão que, examinando as cedulas, que se dizem adultera-

das, que forão apresentadas pelo representante do diploma do 5º deputado das Alagoas, e apesar de que podia, e talvez mesmo devesse recusar ao exame dellas, se são as mesmas de que se fez a operação, havidas pelo denunciante por meios clandestinos, e distrahidas do destino que o legislador lhes deu, ordenando sua queima, etc. Senhores, que importa para o presente caso que essas cedulas fossem distrahidas pelo presidente da mesa eleitoral do seu legitimo destino, para que não seja devidamente apreciadas, para que nesta questão não sirvão de convincentes provas ! A conclusão que se poderá tirar desse desca-minho era que aquelle que a tinha guardado merecia talvez ser por isso responsabilizado, mas depois dellas aqui chegadas, querer a commissão julgar mesmo que era do seu dever negar-se ao exame dellas, oh ! isso não parece de grande justiça ! A commissão diz que essas cedulas são falsas.

O SR. OTTONI:—Não disse isto.

O SR. CANSANSÃO:— Mas deixa suppôr que possam ser ; quero provar que isso é crível. Essas cedulas, senhores, estão reconhecidas por tabelião publico.

O SR. OTTONI:—Isso não prova muito.

O SR. CANSANSÃO:—Attenda-me: a letra é das pessoas que se achavão na mesa, e que adulterarão a urna eleitoral: é possível, senhores, que essas pessoas, as quaes haviam denunciado o presidente da mesa, quizessem depois desse rompimento prestar sua letra e sua assignatura em documentos que provassem o seu crime ? Ora, Sr. presidente, isso não entra na cabeça de pessoa alguma que esteja despida de prevenções, que esteja acima de enganosas insinuações. Finalmente, diz a commissão que, dando peso ao juizo emitido pelo presidente da provincia ácerca do roubo da urna da Atalaia, que, relatando ao governo imperial o acontecimento das eleições daquelle provincia, diz que até aquelle dia não lhe parecia que não houvesse prova bastante para invalidar o collegio da Atalaia, era de parecer que sua eleição não fosse eliminada.

Como é, Sr. presidente, que a illustre commissão para esse caso deu tanto peso ao juizo do mui digno presidente das Alagoas, o meu nobre collega e amigo, que comnosco aqui se assenta, e desprezou seu juizo para o caso da Matta-Grande, existindo entre esses documentos officio do referido presidente, em que, diz... eu leio esse documento.

Depois de ler um officio do presidente das Alagoas, em que referindo o negocio da Matta-Grande, diz que as provas produzidas não podem de fórma alguma tornar duvidosa a acta, ou authentica daquelle collegio, apurada pela camara de Maceió, accrescenta:

Em um caso tem grande peso a autoridade do presidente, a informação por elle dada, em

SEXTA SESSÃO PREPARATORIA EM 30 DE ABRIL DE 1842

69

outro, nem ao menos se falla! Ora, senhores, eis-aqui está porque eu digo que tenho amargas queixas que allegar contra a nobre commissão. Nesse parecer desprezão-se categoricamente os documentos apresentados contra o roubo da urna da Atalaia, em alguns delles, a nobre commissão nem ao menos se digna de tocar.

O SR. OTTONI:—Quaes são essas?

O SR. CANSANSÃO:—As representações dirigidas pela metade dos eleitores de Atalaia, uma á camara de Maceió, outra á dos Srs. deputados, pedindo para que se não apure a eleição daquelle collegio!

O SR. OTTONI:—São mencionadas.

O SR. CANSANSÃO:—De que maneira? Por incidente, tão de longe!!! Não valia a pena que fossem mencionadas! De nada valeu tambem a certidão passada pelo secretario da camara municipal da Atalaia, em que diz que a acta original daquelle collegio não existe no archivo competente! A commissão achou que esse secretario tambem foi corrompido! Só não houve corrupção na aquisição do documento da parte contraria.

Senhores, tenho fallado, tenho dito quanto me cumpre; vou finalizar: tenho ouvido dizer, tenho já mesmo visto escripto, que desse negocio se quer fazer um negocio de partido; que para se alcançar um bom resultado votos têm sido hypothecados (*grande susurro, vozes*)! sim, senhores, que votos têm sido hypothecados.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—De que lado?

O SR. CANSANSÃO:—Não desejo saber. Digo-vos, e digo-vos com orgulho, que, se para termos uma decisão favoravel da camara necessario fosse empenhar nossos votos a qualquer que fosse o lado desta casa, affirmo-vos que antes desejariamos perdê-la! porque vale antes perder com orgulho do que vencer com baixeza (*alguns rumores*); rogo á camara, rogo a todos os senhores desta casa, que se não escandalisem: eu não creio ainda nesses boatos de hypotheca; só faço referir o que ouço: e tanto maior razão tenho ainda para duvidar desses boatos, quanta é a persuasão que tenho de que esta casa estará certa de que nestes ultimos annos desgraçadamente os processos de estellionatos se têm tornado muito vulgares e frequentes (*risadas*); o negocio está submettido á camara, ella póde decidir como bem julgar.

Levanta-se a sessão ás 3 horas da tarde.

Sexta sessão preparatoria em 30 de Abril

PRESIDENCIA DO SR. MARTIM FRANCISCO

SUMAMRIO.—*Discussão do parecer da commissão de poderes. Oradores os Srs. Tavares Bastos, Andrada Machado, Souza Martins e Rezende. Discussão calorosa. Encerramento e votação.*

A's 10 horas do manhã abre-se a sessão, e lida a acta da antecedente é approvada. Não ha expediente.

Continúa a discussão do parecer da commissão de poderes.

O Sr. Tavares Bastos:—Sr. presidente, pela primeira vez tenho de fallar ante esta illustrada camara, eu que, pela primeira vez, fui elevado a tão importante e honroso lugar, e fallarei sobre uma materia bastante grave, sobre uma questão bem melancolica, que muito me comprime, me vexa e acanha: é a questão ~~relativa á adulteração praticada nas authenticas do collegio da Matta-Grande, em minha provincia (das Alagôas), e a nullidade projectada da eleição do collegio da Atalaia, para effeito de ficar como 5º deputado pela mesma provincia a pessoa que veio sentar-se entre nós, com diploma obtido por effeito daquelle adulteração, o Sr. Ignacio de Barros Vieira Cajueiro, excluido o cidadão que reclama o seu direito como quinto legitimo deputado eleito, Francisco Elias Pereira.~~

Senhores, estas circumstancias bastão por si para explicar a penosa situação em que me acho neste momento, e qual deve de ser o meu acanhamento agora: mas, tendo o nobre deputado pela minha provincia (o Sr. Cansansão) combatido, com falsos fundamentos, e talvez alguns odiosos, o parecer da nobre commissão, na parte que excluiu seu irmão, força é que eu diga alguma cousa, e dê a respeito as precisas illustrações. Mas, senhores, esta necessidade de fallar e dizer a verdade sobre semelhante questão, não é para mim uma nova difficuldade? Sim, mas conto com a bondade, a indulgencia da illustre camara que attenderá á verdade que sahir de minhas palavras, e não ao desconcerto dellas.

Sr. presidente, o meu illustre collega, deputado pelas Alagôas, combatendo o parecer da commissão relativo ás eleições daquelle provincia, começou por dizer que se julgava constituido na necessidade de discutir o diploma apresentado por seu irmão, por isso que julgava que devia sustentar os seus direitos, que nesta questão se achava igualmente compromettida sua honra e probidade, visto que se por ventura seu nobre irmão não pudesse triumphar nesta questão, e sustentar o diploma com que se sentou entre nós, poderia entender-se que elle, e mesmo o nobre

deputado, concorrerão para as falsificações que se dizem ter havido. Eis o preambulo do discurso do nobre deputado a quem me refiro. Senhores, eu não vejo neste preambulo mais do que talvez um desejo de prevenir os animos dos nobres deputados, de predispôr e alliciar em favor da causa que defende as atencões dos seus dignos collegas. E até mesmo, senhores, o nobre deputado tambem com essa circumstancia me alliciou, me moveu: é neste sentido honesto que tomo a palavra — alliciamento — que expressei: não é meu intento offendê-lo. Direi pois que, á vista dessa consideração que nos apresentou, de se achar compromettida a sua honra e a do seu illustre irmão, me acanhei; e já não fallarei com aquella força, aquella vehemencia que a gravidade do caso penso exigia. Limitar-me-hei pois á exposição da verdade historica....

O SR. CANSANSÃO: — Agradeço: póde fallar.

O SR. TAVARES BASTOS: — Então pede e consente que eu falle com a clareza e vehemencia que exige a gravidade do negocio?

O SR. CANSANSÃO: — Sim, senhor.

O SR. TAVARES BASTOS: — Pois bem; mas eu não me aproveitarei dessa franca faculdade, ou desse pedido do nobre deputado: regularé o meu discurso pela dignidade de minha posição; não transcenderei os limites que o meu dever me traça.

O primeiro argumento, senhores, em que se fundou o illustre deputado para combater os fundamentos da nobre commissão que julgou que não devia prevalecer o diploma apresentado pelo irmão do nobre deputado, foi que era impossivel que, em sete dias que mediarão entre o dia da eleição, 11 de Outubro, e o dia 18 em que as authenticas entrarão na mala do correio, pudesse saber-se em Maceió, capital da provincia, á distancia de 80 leguas, a necessidade de se subtrahir, delle deputado, 10 votos para accrescentar á votação de seu irmão naquella collegio, e se esta troca fraternal podia ou não offender ao nobre deputado, para ser de facto desempenhada a falsificação daquellas authenticas. Mas este argumento que á primeira vista parece seduzir, não passa de um argumento muito fraco; por isso, quando o nobre deputado a produziu, eu, usando do direito que me compete, disse que protestava resolver esse problema. Senhores, que impossibilidade se dá neste caso? Não é ficcionista essa impossibilidade de que na capital se pudesse saber o resultado da votação dos diversos collegios, e as circumstancias das eleições?

Houve, com effeito, esse intervallo de sete dias entre o da eleição e o dia da entrada das authenticas na agencia do correio de Matta-

Grande: mas, notai, senhores, porque só houve esse intervallo, segue-se que não se dá a possibilidade de que as authenticas fossem alteradas? Primeiro temos que podião estas authenticas, immediatamente entradas na agencia daquelle correio, vir para a capital, e depois (uma vez que houve intervallo sufficiente entre a eleição e a apuração) ter-se engendrado outras authenticas no sentido desejado, em substituição daquellas que tinham sido mettidas na agencia do correio de Matta-Grande. Onde está pois a impossibilidade? Não podião aquellas authenticas, em chegando a Maceió, ser substituidas por estas outras convencidas de falsas?

O SR. CANSANSÃO: — O administrador do correio das Alagoas tem muita honra.

O SR. TAVARES BASTOS: — Desejava que o illustre deputado me chamasse para esse terreno, e que seja o primeiro a lembrar-me e fortificar os meus argumentos, porque vou provar, com documentos ministrados por esse mesmo ser antigo que tanto defende, a torpeza que se fez, continuando as minhas observações e analyse a respeito da inculcada impossibilidade da falsificação.

Sr. presidente, ha um argumento capital que nos convence dessa falsificação, e que nos mostra o modo por que ella foi feita. Disse-se: — Dentro de sete dias as authenticas forão entregues na mala do correio da Matta-Grande, e chegarão á capital. — Pedio-se uma certidão dos livros competentes daquelle agencia, e desta certidão consta que no dia 18 de Outubro estas authenticas entrarão na agencia da Matta-Grande; e pedio-se outra certidão da administração geral do correio da capital, afim de ver se ellas tinham ahi chegado: a primeira certidão diz com effeito que no dia 18 estas authenticas entrarão no correio da Matta-Grande, e a segunda que ellas não tiveram sahida na administração geral do correio da capital. Eu leio as duas certidões. (Lê.)

Eis-aqui, até o dia 7 de Novembro, já depois da apuração a guia unica que existia na administração do correio de Maceió, vinda da Matta-Grande é a que li.

O SR. CANSANSÃO: — Era preciso provar que as authenticas vêm sempre acompanhadas de guias.

O SR. TAVARES BASTOS: — Mas o que se mostra é que neste caso ellas vierão acompanhadas das competentes guias.

O SR. CANSANSÃO: — Não o prova.

O SR. TAVARES BASTOS: — O illustre deputado que me interrompe parece que ignora a marcha da escripturação dos nossos correios, ou finge que não entende a força do meu argumento. Qual é a marcha da escripturação da administração dos nossos correios?

Os livros vêm remettidos das agencias particulares para a administração geral da capital a certas épocas; portanto, é muito competente essa administração para dar qualquer certidão relativa á escripturação daquellas agencias parciaes. E se por ventura, senhores, não existisse este livro, o administrador geral que é amigo especial do nobre deputado, havia de dar essa certidão que o offende tanto?... Portanto, tenho demonstrado com documentos ministrados pelos proprios amigos do nobre deputado o modo por que foi desempenhada essa adulteração: eis, portanto, destruido o argumento da impossibilidade.

Estas authenticas forão selladas no mesmo dia da eleição, foi outro argumento que se apresentou! Mas que impossibilidade encontra o nobre deputado de obter-se a verba de um sello com esta ou com aquella data? Que facilidade não ha para qualquer pessoa obter isso por meio de condescendencia ou como quer que seja?

Sr. presidente, talvez este argumento seja ~~uma grande arma contra o nobre deputado e contra a causa injusta que defende~~. Talvez a circumstancia sobre que elle chamou a attenção da casa, de virem as authenticas selladas no mesmo dia; talvez, digo, esse argumento seja um dos que mais abalão a sua causa. (*Apoiados.*) Srs. deputados, digei-me: qual é a authentica entre nós que vem sellada? (*Apoiados.*) Qual é a que exige esta circumstancia? (*Apoiados.*) Não se manifesta aqui um desejo de... de encobrir o dolo, de preparar uma defeza....?

Eu não deixei, Sr. presidente, quando tratei de analysar, de apreciar este documento, não deixei, digo, de attender a essa circumstancia, e talvez não fallasse sobre ella por delicadeza, se o nobre deputado não me obrigasse a trazel-a para abalar mais a sua causa.

Disse tambem o nobre deputado:— Notai, senhores, que a authentica vem tambem concertada pelo tabellião publico; seria tambem o tabellião publico connivente nessa alteração? Senhores, essa authentica não vem concertada pelo tabellião, os documentos aqui estão, podem-se examinar; o tabellião o que fez? Não conferio, não concertou com a acta original, limitou-se, provavelmente por descortinar o dolo, e arredar a sua responsabilidade, a dizer:— Reconheço a firma do secretario. (*Apoiados.*)

O SR. CANSANSÃO:—Foi ignorancia, nenhuma civilisação ha naquella villa.

O SR. TAVARES BASTOS:— E' injuria que faz o nobre deputado aos habitantes da villa da Matta-Grande; não ha essa ignorancia. Com effeito, senhores, muita innocencia ha naquelle lugar! Um secretario da camara municipal

persuadir-se que, depois de copiar a acta original do collegio por sua propria letra em um livro de registro, podia queimal-a! Eis o que succedeu; e eu devo lastimar essa falta de civilisação, essa *demasiada innocencia* que ainda ha! Mas, notai, senhores, este secretario conheceu a importancia, a necessidade, a grande conveniencia de conservar essa copia por sua letra, e não conheceu a necessidade, a importancia, a grande conveniencia de conservar a acta original!! E como se responde a isto? Só com o silencio da confusão.

Disse o illustre deputado que era preciso igualmente, para que fosse feita essa falsificação, que na Matta-Grande se conhecesse que os dez votos subtrahidos delle em favor de seu irmão não o prejudicavão; e então accrescentou:—Mas a minha posição como candidato era critica; a minha eleição, disse o nobre deputado, era duvidosa, era contestada por todos os envolvidos na sedição das Alagôas, por todos os juizes de direito acastellados, por toda a representação nacional eleita por aquella provincia.—Sr. presidente, ~~neste argumento, não descubro~~ outra cousa mais do que uma historia muito alterada da eleição do nobre deputado, ou o engrandecimento por elle feito desse triumpho que ganhou! O nobre deputado quiz dizer-nos que, não obstante todas estas contradicções que se lhe apresentarão, elle venceu, elle triumphou, porque estava muito bem firmada na opinião publica da sua provincia!

O SR. CANSANSÃO:—Não foi isso....

O SR. TAVARES BASTOS:— Não se afflija o nobre deputado: creio que nenhuma outra consequencia logica se póde deduzir daqui! Essa materia, Sr. deputado, devia ser discutida, mas não agora; eu entendo que por ora não temos partidos, não sou adversario aqui do nobre deputado emquanto tratarmos de nos constituir; e supponho que o nobre deputado pensará do mesmo modo; julgo que todos conhecem a necessidade de por ora não apparecerem nas nossas discussões, côres de partido algum. Emquanto os eleitos do povo tratão de se constituir, toda a paixão politica deve cessar, todo o espirito de partido deve amortecer; uma só paixão, paixão grande, nobre, magestosa, deve reinar; deve manifestar-se do interior dos nossos corações, é a paixão da dignidade da nação e dos membros da casa. (*Apoiados.*) Portanto, eu deixo de responder a essa parte acrimoniosa do discurso do nobre deputado, e limitar-me-hei a dizer que não dê a si a gloria de ter subjugado a sedição das Alagôas; esta gloria compete a outro, pertence ao ex-presidente Agostinho da Silva Neves; para que roubar-lh'a? O nobre deputado tomou a vice-presidencia por alguns dias, o presidente da provincia apre-

sentou-se em Maceió, reunio força e foi assim que venceu a sedição.

O nobre deputado não devia chamar-me a essa discussão; talvez que della o nobre deputado não saia muito bem; se outra vez o nobre deputado a suscitar, poderei mostrar-lhe o que lhe não ha de interessar.... Mas a sua eleição, de que faz um argumento para a causa que defende? Ella não é tão gloriosa como inculca o nobre deputado; e elle é quem por mim fallará aqui. Se lutou com tantas influencias, as influencias mais culminantes, diz, da provincia, se tudo se levantou contra elle, como é que obteve a sua eleição? Então foi ella devida a outras circumstancias: foi adquirida por algum modo insolito e extraordinario. E' a consequencia logica desse seu argumento.

Estranhou o nobre deputado que a illustre commissão desse tanto peso aos documentos apresentados pelo cidadão Francisco Elias Pereira, porque, disse elle, a commissão devia advertir que esses documentos erão apresentados assim como tinham sido procurados pela propria parte! O nobre deputado queria, por ventura, que esse cidadão, a quem, sem uma grande injustiça, não se pôde negar o assento nesta casa, queria que esse cidadão não procurasse os documentos para provar a fraude que se lhe fez? Queria que outros o procurassem?

Não posso de fôrma alguma concordar em que se estranhe que um cidadão procure documentos para mostrar que está fraudado em um direito importante, antes julgo que aquelle que assim pratica é arrastado por um sentimento nobre, qual o desgosto que lhe deve causar o ver-se lesado em direitos de tanta magnitude; julgo que aquelle que assim pratica é levado não só pelo interesse que deve ter na conservação de sua propria dignidade, como que tambem se compenetra da dignidade da provincia que o elegeu.

Mas, senhores, não basta dizer que esses documentos forão procurados pela parte; o que importa muito é provar que esses documentos são officiosos, e o nobre deputado pôde provar que é officiosa uma representação em que a camara municipal de Matta Grande denuncia ao presidente da provincia toda a falsificação commettida? Será officiosa a sua declaração ao mesmo presidente de não existir no archivo a acta original, por que o secretario a havia queimado depois de registrada? Por ventura pôde o nobre deputado classificar esse e outros documentos desta natureza de officiosos? Por ventura a camara não procede aqui com o caracter de autoridade publica? (*Apoiados.*) E' assim que o nobre deputado destróe a fé que merecem tão honrados empregados?

Não merece credito nenhum para o nobre deputado uma certidão authentica, passada pelo secretario, na mesa eleitoral, por despacho do

presidente della no mesmo dia e acto successivo da eleição?

E notai, senhores, que esta certidão não foi pedida pelo cidadão Elias Pereira; foi passada a requerimento de outro candidato; e por ventura quererá o nobre deputado abalar a fé deste nosso digno collega, o Dr. F. J. C. Moreira? Por ventura consentiria elle, achando-se aqui na côrte, que se produzisse um documento pedido em seu nome, não contendo elle a verdade? Elle acha-se a muita distancia de nós?..

Tambem se disse que a nobre commissão devia advertir que este secretario não foi julgado pela justiça, que não foi condemnado, que não teve uma sentença; pois que nada mais natural do que ter elle sido chamado á responsabilidade depois de ter falsificado as authenticas. Pouco importa esta circumstancia, senhores; a circumstancia que importa é saber que a camara respectiva convenceu-se do seu crime e demittio-o immediatamente. Isto, senhores, não se prova com documentos do cidadão Elias Pereira, prova-se com documentos da parte adversa.

Sr. presidente, disse o nobre deputado que tinha queixas amargas contra a commissão; notou que ella tinha sido pouco leal no exame que fez das eleições das Alagoas, e ultimamente que este negocio já tinha-se tornado um negocio de partido. Parece-me que o nobre deputado não attendeu muito á natureza da causa que defende: parece-me que se attendesse a que a sua causa é melancolica, é triste, não devia fazer uma injuria semelhante, porque ou não considero que nenhum destes negocios tenha tomado ainda aqui o character de partido. Fazendo justiça aos sentimentos de cada um de meus nobres collegas, estou persuadido de que elles, todos elles, emquanto tratamos de nos constituir, de verificar os poderes que os commetteu a nação, conhecem e entendem que aqui, e por ora, só deve haver um, partido um zelo, um interesse commum, o da dignidade da nação e da dignidade da casa.

Senhores, se houve essa hypotheca de votos de que se falla, quem foi o que primeiro pareceu dar-nos idéa de que tinha votos hypothecados senão o nobre deputado? (*Apoiados.*) Eu me explico: vós não vos lembrais de que, quando o nobre deputado fallou aqui pela primeira vez para sustentar um requerimento de adiamento, disse que convinha que passasse esse adiamento, para que tivéssemos tempo de melhor pensar sobre estes negocios, e não comparar a nossa posição nestes termos:—dizendo que o nosso nascimento era a eleição, e que esse acto que agora estamos desempenhando, a verificação de poderes, é o baptismo? Se o nobre deputado reconhece isto como baptismo, então elle baptizou-se na fé de alguém; logo, é elle que tem hypothecado votos, ou que professa esta doutrina: é a conclusão que tiro das suas phrases.

O SR. CANSANSÃO:—Referi-me ao reclamante.

O SR. TAVARES BASTOS:—Tambem não se devia dizer isto do Sr. Elias Pereira, que tem direito á sua probidade; e dizer que houve essa hypotheca é dizer que alguém a aceitou...

Sr. presidente, voltarei outra vez á materia. O nobre deputado disse que tinha amargas queixas contra a commissão! Eu, senhores, no caso do nobre deputado, iria abraçar-me com os membros da commissão, agradecendo-lhes não terem feito uma analyse mais miuda desses documentos; procure o nobre deputado abraçar-se com elles pelos serviços que fizerão á sua causa. Eu não pretendia analysar miudamente esses documentos; mas, uma vez que o nobre deputado, para fazer ver a justiça da sua causa, dirigio uma phrase tão forte contra a commissão, eu tenho todo o direito de repellil-a com os argumentos em contrario. Se a nobre commissão tivesse tido mais tempo para fazer um exame maduro e aturado sobre os documentos, teria notado que, pelos mesmos apresentados pelo illustre nobre deputado, estava manifestada a falsificação. Senhores, um desses documentos é a authentica em virtude da qual forão apurados, em vez de 20, que teve o candidato de que trato, 30. Mas, senhores, o que se vê dessa certidão é que, em consequencia de terem sido apprehendidas em caminho as primeiras authenticas, como mostrei, e ter-se corrido á pressa á Matta-Grande para fazer-se a falsificação, talvez na duvida de chegar-se a tempo, supprimirão-se palavras.

Eu vou mostrar. O secretario que redigio a acta original, expressou-se assim:—Procedeu-se á apuração dos Srs. deputados na fórma das instrucções de 26 de Março de 1824, e do decreto de 28 de Junho e 30 de Julho de 1830; e nesta authentica adulterada se acha o seguinte—na fórma das instrucções de 26 de Março de 1830.—Tal foi a acceleração!... Em que collecção existem as instrucções de 26 de Março de 1830?

Eis-aqui como se procedeu, não houve tempo para fazer as cousas de fórma que não pudessem estas faltas deixar de ser afinal descobertas neste tribunal competente.

Senhores, é preciso que todos nos convençamos, que todos que nos contemplão saibão que é tentativa baldada, tentativa frustanea imaginar, e commetter o crime com a esperanza de permanecer elle encoberto.—*Nec tibi celandi spes sit peccare paranti.*

Não, o crime não se conserva encobertamente; mais cedo ou mais tarde o dolo se manifesta e prova. A razão é clara: é Deos quem não quer e não consente que o dolo permaneça occulto:—*Est Deus occultus qui vetat esse dolo.*

Outra demonstração, Sr. presidente, apre-

sentarei para mostrar a adulteração de que trato.

Senhores, é cousa sabida, que feita a apuração em um collegio, a somma total dos votos deve corresponder á quantidade dos eleitores, e dado isto, temos que na authentica que foi apurada na capital devia-se apresentar o numero de 225 votos, porque forão 45 os eleitores, e 45 multiplicados por 5 dá 225, mas nessa authentica faltão 10 votos: forão os que, com a certidão apresentada pelo cidadão Elias Pereira, se mostra que pertenceu ao Dr. Manoel Sobral Pinto, non e votos que forão supprimidos pela pressa naquella authentica adulterada.

Ora, outros documentos provão satisfactoriamente o facto de que o Dr. Sobral foi com effeito votado naquelle collegio com 10 votos.

Eis-aqui um exame a que a commissão não procedeu, essa commissão contra quem se tem tão amargas queixas! A este respeito julgo ter dito quanto basta.

Vamos ao segundo reducto, onde se firmarão as esperanças do nobre deputado. Como o cidadão Francisco Elias Pereira foi dos mais votados no collegio da Atalaia, como o illustre irmão do meu nobre collega, teve apenas tres votos; se aquella eleição fosse derribada, elle nos ficaria pertencendo e excluido o reclamante; e eis a razão por que se quer prevaleça a nullidade daquelle collegio. Mas, senhores, graves e muito ponderosas considerações forão apresentadas pela nobre commissão, á vista das quaes vemos que com effeito foi imaginaria essa nullidade havida a respeito da eleição daquelle collegio. Senhores, em que se firma essa imaginaria nullidade? No protesto das eleições que representarão contra a falsificação que se fez de suas cédulas!

Mas, senhores, por que razão estes eleitores tão tarde, sómente em 25 de Outubro, tendo sido as eleições em 11, representarão contra essa falsificação? Não é natural que nós, desejando que nossos suffragios sejam aproveitados e que surtão aquelle effeito que julgamos dever corresponder ás nossas idéas e á felicidade do paiz, vendo que tínhamos sido defraudados em nosso direito, que nossas cédulas havião sido substituidas por outras levantassemos immediatamente nossas vozes contra essa falsificação? Tudo o que se disser em contrario é contra a ordem natural, é contra nossos sentimentos, é contra o modo por que deve proceder todo cidadão zeloso dos seus direitos e dos direitos da nação. Não me posso persuadir que os eleitores conhecessem a falsificação de suas cédulas, e que só passados tantos dias depois das eleições redigissem um protesto, protesto que não sei como classifique. Não é petição, não é representação encaminhada pelo presidente da pro-

vincia á respectiva secretaria de estado ; o que é pois ? Quem nos trouxe este papel, quem o apresentou ? Serão verdadeiras estas assignaturas ? Serão falsas estas firmas ? Não tenho meio de convencer-me disso, e creio que nenhum de nós o tem.

Um meio havia, senhores, um meio talvez satisfactorio, para adquirirmos algum grão de convicção de que com effeito estas firmas são dos eleitores ; e qual seria esse meio ? Era que um tabellião publico daquelle lugar reconhecesse estas firmas, e que, na falta delle, duas pessoas do lugar, mas não quaesquer pessoas (*apoiados*), e sim pessoas habilitadas, por suas qualidades, por sua consideração, para as reconhecerem, e, mais que tudo, não suspeitas, não interessadas. Se eu visse desempenhada essa formalidade, ficaria convencido da veracidade dellas. Mas como é, senhores, que se reconhecem estas firmas ? Dous protestos apparecem, um dirigido á camara da capital, e outro que se diz dirigido a esta camara, mas quem é que reconhece o primeiro protesto ? E' um irmão do nobre deputado e outra pessoa. Quem é que reconhece o segundo protesto ? E' o mesmo Sr. Cansansão. Em Maceió mesmo não se acha um tabellião que tivesse conhecimento, ao menos, de algumas daquellas firmas !

O SR. CANSANSÃO : — O primeiro individuo é commandante superior da guarda nacional da Atalaia.

O SR. TAVARES BASTOS : — Sim, mas tambem o character de ser co-interessado na qualidade de irmão do nobre deputado.

Eu supponho que a esse respeito o silencio seria talvez o melhor ; cada cousa que o nobre deputado disser é um argumento que, analysado por mim, só depõe contra a sua causa ! Poderia o nobre deputado e seu irmão bacharel formado entender que não seria necessario revestir estes papeis de toda a authenticidade, procurando pessoas desinteressadas no negocio para os reconhecerem ? Eu supponho, fazendo justiça aos conhecimentos do nobre deputado, e tambem ao titulo mencionado de seu illustre irmão, que elles não podião deixar de conhecer a conveniencia que havia em que estas firmas fossem reconhecidas por pessoas desinteressadas. Ou houve ignorancia, o que não concedo, ou aliás houve impossibilidade em se achar quem reconhecesse essas firmas.

E por que motivo, repito, só agora é que estes eleitores dirigem este protesto ? Senhores, notai que estes papeis forão feitos em 24 de Março, ante-vespera de nossa partida para esta côrte : nós sahimos em sabbado de Alleluia ; logo, foi feito na quinta-feira maior ; nem ao menos se respeitou a celebração da paixão do Senhor !.... (*Risadas.*)

Sr. presidente, posto que eu tomasse muitos

apontamentos, não quero retardar mais este negocio, e por isso só apresentarei um ultimo argumento que tambem será a ultima derrota para a causa contraria ; e qual é, senhores ? E' a confrontação que vou fazer dos dous protestos, e á vista dessa confrontação, veja o nobre deputado se foi justo quando disse que tinha amargas queixas da commissão.

Senhores, no primeiro protesto dirigido á camara da capital, estes eleitores aqui assignados dividem-se em dous grupos ; diz um delles que deixarão de comparecer no collegio porque os diplomas não forão expedidos em tempo, e a outra parte diz que deixou de comparecer por impedimentos muito legitimos e por isso remettêrão as suas cedulas ! Vejamos agora o que dizem os mesmos eleitores que vêm firmados na segunda representação ; ella aqui está, podem confrontar-se as assignaturas ; apenas nesta dirigida á camara dos Srs. deputados vêm dous de mais (*lê a representação*). Já não deixarão de comparecer ; comparecêrão todos, entregarão as suas cedulas, e no dia da apuração virão-as falsificadas !.... Para que mais, senhores ? E' bastante. Para que mais aggravar esta discussão, triste, melancolica !

Sr. presidente, tendo feito estas reflexões, entendo que tudo quanto se tem apresentado, e principalmente este ultimo argumento, só por si, é um grande triumpho que alcançou a causa justa do cidadão Elias Pereira ; sem que commettamos a maior das injustiças não póde deixar de ser considerado membro desta casa. Este argumento é aquelle em que se firma a justiça da sua causa, o seu triumpho, e ainda mais, o triumpho das instituições do paiz, o triumpho da dignidade nacional.

O Sr. Andrada Machado : — Sr. presidente, eu pudera dispensar-me de fallar sobre o parecer da commissão ; seus fundamentos estão em pé, e se, postos em questão, forão por alguns oradores mui bem defendidos, forão por meu honrado collega e outro nobre deputado.

Limitar-me-hei a expôr a marcha que se guio a commissão, sem me occupar dos topicos particulares, que me parece terem sido discutidos plenamente, e trazidas á luz do dia a boa fé, a honradez e a sisudeza da commissão de que faço parte.

Sr. presidente, quando se trata da verificação de poderes, a commissão que é para esse fim nomeada tem dous caminhos a seguir, ou a severidade catoniana, ou a indulgencia que se accomoda ás circumstancias de lugar e de tempo, da civilisação ou ignorancia dos nossos committentes ; e qual é a posição em que nós nos achamos ? Seria possivel que a commissão, seria possivel que esta casa pu-

zessem em pratica um rigor que excedesse as regras da prudencia, que se mais assemelharia á pharisaica dissimulação do que ao amor puro de justiça?

Isto era o mesmo que fazer-me um grande injustiça ; iríamos privar essas povoações ignorantes, que não são culpadas de serem ignorantes, do direito de escolherem as pessoas que devem representar seus interesses nesta casa. A indulgencia pois era o caminho que a commissão devia seguir ; a commissão vê o estado em que ainda nos achamos, apezar de contarmos já 16 annos de vida parlamentar, isto é, quatro legislaturas, porque não conto essa primeira, essa filha querida da patria, que no seu berço foi logo suffocada pela ferrea mão do despotismo. (*Apoiados.*)

Senhores, quem fez estas instrucções pelas quaes nos temos guiado até hoje nas eleições foi, ou gente inepta, ou gente que não sabia quasi nada do systema representativo ; dos vicios innumeraveis que nellas se contém é que vêm todos os males ; o povo o mais illustrado, com semelhantes instrucções, com semelhantes leis eleitoraes, não podia deixar de tropicar a cada momento, quanto mais o povo brasileiro. E poderíamos nós por tal motivo dizer ao povo que elle não tem direito de eleger ? Não por certo ; mas é o que fariamos se fôssemos com um rigor demasiado esmerilhar todas as irregularidades que pudessem haver ; e talvez que na actual legislatura existão menos do que na de 1838 e n'outras ; sim, são menos notaveis as irregularidades na actual legislatura, que, apezar disso, é chamada pelo miseraveis e venaes órgãos da gente do governo, legislatura de Vandalos, de Godos e de cacetistas, sem que até agora o miseravel promotor tenha achado tempo de chamar esses follicularios a juizo, ao mesmo tempo que não tardou em responsabilisar o *Maiorista*, por ter achado Messalina a preterita casa ! E com que injustiça ? O *Maiorista* estava no seu direito julgando a legislatura passada ; ella tinha acabado, pertencia pois á historia ; todos podem analysar os actos praticados por este ou por aquelle corpo que deixou de existir ; mas quando um corpo começa, não é permittido tocá-lo, porque se lhe tira a força moral, entretanto, o governo tolera isto, a isto não attende o parcial promotor ! Desgraçados !.... Entendem por ventura que, desacreditando esta casa, hão de acabar com o governo representativo ? Como se enganão !

Parece-me, Sr. presidente, que vejo aqui o caso apontado em Tacito no livro 4º dos Annaes, cap. 35, tratando da queima dos livros de Cremucio Cordo mandada fazer pelo senado de Tiberio : — *Qui magis soccordium eorum inridere libet qui, praesenti potentia, credunt extingui posse etiam sequentis aevi me-*

morum. Nam contra, punitis ingenis, gliscist auctoritas ; neque aliud externi reges, aut qui eadem sevitia usi sunt, nisi dedecus sibi atque illis gloriam peperere. Sim, Sr. presidente, deshonra e infamia acompanhará sempre, agora e na posteridade, esses ministros sem par em crime : deshonra e infamia sobre elles gritaráo nossos filhos ; deshonra e infamia echoaráo nossos netos. Honra porém para nós filhos fieis da terra de Santa Cruz ; honra e gloria para nós campeões da dignidade e liberdade do Brazil, que não temos tido até agora medo de nos apresentar aos perigos na brécha em defesa da atacada fortaleza da liberdade e da constituição ; para nós que temos exposto os peitos ás bala do inimigo ! Ah ! Senhores, como é cego esse governo !.... Aqui vem ainda mais a pello o que diz o mesmo escriptor na Vida de Agricola, cap. 2º, fallando da perseguição que fez perecer tantos grandes no reinado sanguinario de Domiciano : — *Scilicet illo igne vocem populi romani, et libertatem senatus et conscientia generis humani, abolori arbitrabantur.* Isto é applicavel a esse ministerio ominoso, sem igual nos fastos da historia, pela sua violencia, pela sua falta de pudor, por suas prevaricações e por seu desprezo até das communs fórmulas do decore ; a esse ministerio que por deshonra nossa ainda dura.

Cuidão esses cegos que, atacando a imprensa, destruindo-a mesmo, vão destruir a liberdade do povo, a dignidade deste senado, desta casa ? Não ; tres vezes não, não o conseguirão. (*Apoiados.*)

Senhores, tenho dito que a indulgencia é mister no julgar e verificar os poderes dos membros da casa, devo passar a justificar o parecer da commissão, advertindo porém que, quando fallo de indulgencia, não quero dizer que se devem cerrar os olhos ás nullidades que apparecerem ; ha regularidades essenciaes e regularidades accidentaes, vejamos o que é essencial nas eleições. Essencial nas eleições é que o povo eleja livre e espontaneamente seus representantes, e que se cumpra á risca tudo aquillo que tende a conservar illesa a liberdade e a espontaneidade do povo nessa escolha ; mas as fórmulas que os ornão, que dão solemnidade ao acto são fórmulas accidentaes. Todas as vezes que constou á commissão que a liberdade do povo não existio, que os deputados não erão feitura do livre e espontaneo voto do povo, ella não teve remedio senão destruir a eleição feita por esse modo ; mas, quando vio que simplicis e sanaveis irregularidades se commetterão, irregularidades mais filhas da ignorancia do que de outra cousa, não teve remedio senão correr a cortina.

A commissão passou a examinar o que havia de eleições no Maranhão, vio ali um

accrescimo extraordinario de votos, tão extraordinario que é quasi igual aos votos do Brazil inteiro, e então julgou que devia guardar para depois esta discussão. Porém, um nobre deputado meu amigo offereceu uma emenda a essa opinião da commissão, emenda que tem muito de plausivel, e á qual não terei duvida de adherir pelos motivos que passo a expôr.

Senhores, eu já disse que não exijo nas eleições exactidão pharisaica, que mais visa á apparencia do que á realidade; não considero o numero exagerado de votos como um fundamento para nullidade, uma vez que o accrescimo é quasi igualmente repartido pelos differentes collegios, porque então o resultado final é o mesmo que haveria se o numero de votos fosse realmente o que devia ser: eu o mostro. V. Ex., que é mathematico, sabe muito bem que em mathematica erros se emendão com erros, quando um calculo vai errado em certo ponto, e que adiante se commette um erro differente, o resultado sahe exacto: que importa que se seja eleito pela maioria de 4,000 ou pela de 2,000 votos, se em todo o caso a maioria é conhecida? Se a vontade do povo está este caso bem conhecida, se não se prova coacção, está claro que o deputado assim eleito é legitimo deputado. E' preciso porém que este augmento de votos seja proporcionalmente repartido, de outra fórmula influirá no resultado final. Quanto mais, senhores, todos nós sabemos que estes abusos a respeito de accrescimo de votos são devidos á ignorancia e especialmente á lei; a essa lei, que concedeu aos parochos liberdade para darem o numero de fogos como lhes parecer, esta lei é a culpada principal de tudo isto (*apoiados*), e ainda mais culpados têm sido os governos passados que, tendo-o na sua mão, que, sendo senhores das maiorias da casa, nunca quizerão que entrassem em discussão projectos que existem na casa sobre a lei eleitoral, projectos de importancia vital para o Brazil, talvez porque já meditavão a feitura daquelle que agora appareceu, desse firman de Constantinopla, no qual o governo ainda deu uma prova da sua ignorancia, porque escusava de tanto palavreado, bastava em duas palavras dizer: — Ao governo compete nomear os deputados!

Ora, são, como já disse, os parochos que marcão como lhes parece o numero dos fogos; no Maranhão, naturalmente em virtude desse defeito da lei, appareceu um extraordinario numero de eleitores, e todos votarão no nobre candidato por aquella provincia; por consequência, reduza-se como se quizer, elle sempre é deputado á excepção de um caso, e vem a ser se houve coacção ou fraude que as nullificassê, mas isto é o que se não allegou contra elles. Não terei portanto duvida em emendar o parecer da commissão.

Nada direi a respeito da Parahyba, porque

sobre as eleições desta provincia nada se disse; appareceu o anno passado uma celeuma contra ellas, mas nada de positivo constou á commissão.

Quanto ás de Pernambuco, a unica duvida que ha versa sobre o collegio do Bonito. Nos de Goyanna e Rio Formoso irregularidades houverão, mas parecêrão á commissão serem insanaveis; no do Bonito porém a nullidade é de outra natureza; basta dizer que apparecêrão 200 e tantos votos de mais. A respeito das eleições da Bahia, ahí está a historia toda do que occorreu no collegio de Iguape, Cachoeira, onde houve duas eleições, uma feita por um juiz de paz sem assistencia do parochos e outra feita pelo parochos acompanhado do poder armado, e em consequencia disso o que fez a camara? Eu julgo que ella não errou, limitou-se a fazer a apuração dos votos de uma e outra eleição, e remetteu essa apuração para esta casa, que é o unico juiz das eleições; aqui não póde o governo metter o nariz, e muito menos os seus delegados. A commissão entende portanto que a respeito desta provincia, seja considerada valida a eleição feita sob a presidencia do juiz de paz, sem que sirva de obstaculo não haver assistencia do parochos competente, porque, se elle não assistio á eleição foi por que não quiz, foi por que se retirou como esse Sr. brigadeiro Brandão, o que fez com que fosse preciso chamar-se um outro ecclesiastico. A eleição que foi presidida pelo vigario é inteiramente invalida, porque está provado que não foi feita com liberdade tendo intervindo a força armada. Se não se invalidasse essa eleição, estabelecer-se-hia um precedente terrivel; se nós deixassemos ao governo e á força militar o privilegio de annullar quando quizesse as eleições em qualquer collegio, nunca seria possivel conservar-se nenhum collegio eleitoral, porque um cabo de esquadra ou um sargento bastaria para fazer despejar do campo os eleitores, pois que os parochos não são ordinariamente muito animosos; se o retinir das armas mette medo a todo o mundo, muito mais o causa aos ecclesiasticos.

Vamos ao Ceará. Não me demorarei com o segundo termo de eleições que apparecem; honra seja feita a todos, ninguém falla nelle. Mas o nobre deputado apresentou-nos hontem aqui os seus calculos de população, querendo mostrar que havia disparidade entre o numero de habitantes e o de eleitores que votarão nos differentes collegios; mas eu perguntarei ao nobre deputado se elle não sabe como se fazião os recenseamentos. Eu fui corregedor, sei como elles se fazião; mandava ouvir os taes capitães de ordenanças, pedia que me communicassem seus arrolamentos, os escrivães tambem os trazião, e eu que não tinha outros meios aceitava-os, formulava assim

SEXTA SESSÃO PREPARATORIA EM 30 DE ABRIL DE 1842

77

o mappa da população: a pobre gente não sabia a razão em que crescem as populações, não sabião que essa razão é muito grande nos paizes novos, que ha paizes, cuja população dobra em 12 e 13 annos; o Brazil é muito mais populoso do que se diz, a nossa população tem recebido um consideravel augmento. Por consequencia, todo o argumento que o nobre deputado apresentou baseado no augmento de eleitores, é de nenhum vigor....

O SR. SOUZA MARTINS: — O recenseamento que apresentei é de 1839.

O SR. ANDRADA MACHADO:— Já disse como esses recenseamentos são feitos, e é como V. S. os havia fazer se fosse corregedor. No Brazil ninguem dá uma conta exacta do numero de filhos que tem, porque temem o recrutamento, temem os impostos, etc., nunca é possível ter-se uma conta exacta da população. Se quizermos portanto sanar a maior parte das irregularidades que podem apparecer, faça-se uma boa lei de eleições, que tire principalmente o arbitrio amplo que têm os parochos para marcarem o numero de fogos como lhes parecer; para isso estou prompto a dar o meu voto.

Temos portanto que este augmento que o nobre deputado notou é de muito pouco peso, muito mais quando, sendo elle em muitos casos proporcional, o resultado não póde deixar de ser verdadeiro, e nós o que queremos é chegar á verdade, embora os caminhos sejam tortos.

O nobre deputado trouxe tambem o argumento de coacção, mas eu julgo que já na sessão do anno passado: quando o nobre deputado trouxe esse argumento, se lhe mostrou que tal coacção não houve, o nobre deputado fallou no espaçamento das eleições; mas como queria que não houvesse esse espaçamento depois de uma revolução? Demais, eu queria que o nobre deputado fizesse esta observação quando na sua presidencia se procedeu á eleição do senador....

O SR. SOUZA MARTINS:— Podia eu obrar de outra sorte?

O SR. ANDRADA MACHADO:— Não, devia obedecer á lei, sem coagir ninguem.

O SR. SOUZA MARTINS:— Então por que me lança a culpa?

O SR. ANDRADA MACHADO:— Mas podia officiar ao governo e dizer que era mister corrigir-se o que havia de discricionario na lei.

Senhores, o governo gosta muito do vago e do arbitrio, e tem razão de o querer....

O SR. RODRIGUES TORRES:— E V. Ex. já esteve no governo....

O SR. ANDRADA MACHADO:— Eu não faço

allusão alguma ao nobre deputado nem a ninguem, fallo de um governo qualquer, é uma tendencia que todos têm, cada um julga que sua opinião é a melhor. Eu sou irmão de um homem que grandes serviços, e bem mal pagos, fez á nossa terra, affeiçãoado porém muito ao arbitrio, porque julgava elle que, exercendo-o, tudo iria bem: eu amo muito o meu paiz, dizia elle: concedo, respondia eu; o que quero é o seu bem.— Parece, dizia eu; logo, tudo o que eu quero é justo; duvido, respondia eu! Eis-aqui, o typo do governo era meu irmão, o typo do deputado era eu.

Para provar que houve coacção no Ceará, fallou o nobre deputado em marchas de tropas; mas a isso lhe respondo que o mal dessa provincia é ter sempre vivido, e agora mais que nunca, em estado excepcional.

Quanto á lei provincial que suspendeu as garantias, admira que o nobre deputado não saiba que ella, bem como qualquer outra lei provincial, devia ter vigor logo que fosse promulgada, uma vez promulgada, é valiosa para toda a provincia.

O SR. SOUZA MARTINS:— No mesmo dia?

O SR. ANDRADA MACHADO:— No mesmo dia, quando sabida.

O SR. SOUZA MARTINS:— O que deve regular a este respeito é a legislação geral.

O SR. ANDRADA MACHADO:— Estas leis são remettidas pela autoridade competente, da mesma maneira por que nos erão remettidas quando estavamos dependentes de Portugal; a chancellaria-mór do reino enviava as leis aos magistrados, para que as conhecessem; mas, desde que se tinhão publicado, consideravão-se em vigor, passado o tempo marcado para sua validade, embora dellas não tivesse o magistrado, por lhe não terem ainda chegado. Não existia portanto essa suspensão de garantias: até cuidio que na maior parte dos municipios se não executou.

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR:— Uma só prisão não houve.

O SR. ANDRADA MACHADO:— O nobre deputado já no anno passado apresentou aqui esse argumento; mas, permitta-me que lhe diga, repisar o que tão bem respondido foi, é occupar o tempo em balde.

O SR. SOUZA MARTINS:— Era natural.

O SR. ANDRADA MACHADO:— Tambem não sei se era natural, se isso significa cousa que me seja desairosa, repillo-a para longe, e talvez que caiba o barrete a alguém, ou a quem m'o lança; se é natural, não sei; por que, que interesse tenho eu em que sejam valiosos deputados estes ou aquelles? Que me importão as eleições desta ou daquella provincia? Se

fossem as de minha terra, bem ; mas nessas ninguém toca.

Quanto ás eleições das Alagôas tem-se ventilado a questão igualmente pelas duas partes, mas um nobre deputado queixou-se amargamente da commissão, julgou que ella tinha sido parcial....

Se o amargor que sentio o nobre deputado vinha de parte da conducta da commissão, devia especificar em que : como não fez, permitta-me o crêr que era vicio de sua constituição physica, que a constituição não podia remediar. Argue o nobre deputado a commissão por ter avançado que João Vieira era eleitor da Atalaia, quando pela acta se mostra que o não era. A inculpação não é justa, a commissão faz a narração de que em carta homologada disse o dito Vieira ; mas não affirmou que assim fosse. Aquillo de que a commissão está convencida é que o testemunho de semelhante homem que mente em um ou n'outro caso, de nada presta.

O nobre deputado pelas Alagôas disse que, tendo nós dado peso a um officio do nosso nobre collega presidente das Alagôas, não demos peso a um outro documento sobre a falsificação authentica da Matta-Grande. Digo ao nobre deputado que não ha paridade; em um caso, o nosso collega obrava como presidente, officialmente : devia saber o que na sua provincia tinha havido, se aquelle collegio tinha procedido ou não em regra ; no outro caso ha opinião de um homem que parecia não convencer da adulteração ; em um caso tinha direito a pleno credito, em outro apenas podia esperar o attenção que lhe dêsse a razão, e nada mais.

Eu devo tambem uma breve resposta ao nobre deputado por Piauby ; louvo muito o empenho que elle toma pela honra desta casa, porque é membro da casa, e qualquer decisão injusta da casa tambem reverte sobre elle ; mas não sei o que deva julgar de uma sensibilidade tão grande em um caso em que a casa procede mais justamente, e da insensibilidade que mostrou o nobre deputado quando no anno passado a assembléa com o voto do nobre deputado calçou aos pés todas as leis, e faltou até ao pudor e decoro.

Agora devo duas respostas ao nobre deputado por Pernambuco. Este nobre deputado, ou não nos entendeu bem, ou nós não nos explicámos bem. No parecer dado sobre a provincia de Minas, a commissão tinha dito que tal e tal collegio não procedêrão em regra, mas que ainda assim isso nada importava, porque nada influa, porque os votos que dahi vinhão nada alteravão a nomeação dos deputados. Mas o nobre deputado julgou que nós olhávamos com o character de não nullidade o não influir o resultado sobre as elei-

ções da provincia. Tratava-se a respeito da assistencia dos parochos. Aqui é de mister que eu explique uma parte do parecer da commissão sobre as eleições de Minas.

Deu-se a entender que a assistencia do parochio é só para a formação da mesa, e que depois pôde retirar-se. Eu declaro que a assistencia do parochio é sempre necessaria na mesa, salvo no caso em que não pôde ser por culpa delle, e então remedêa-se a falta na fórma da lei canonica.

Senhores, eu nada mais tenho a dizer, porque nada de mais valioso se disse ; resta-me só, como paulista, dizer alguma cousa da minha provincia, já que ninguém disse, e principalmente por fazer justiça á nobre, energica e leal conducta de meu parente e amigo o Sr. Raphael Tobias. Essa provincia, tambem teve dous ou tres pequenos desaguisados. No collegio de Mogy-mirim (aproveito esta occasião para fazer o devido encomio ao meu parente o Sr. ex-presidente de S. Paulo, que em tudo procedeu como procede um homem que ama as leis, que ama a liberdade do seu paiz); em Mogy-mirim, o reverendo vigario pertencia a um partido, ao outro o juiz de paz ; tratando-se de apresentar as cédulas, quando se chegou em 638, e passando a 639 houve duvida sobre sua aceitação ; vigario, com dous membros da mesa, seguia uma opinião, e o juiz de paz com os outros dous, outra opinião ; suscitou-se então uma duvida, se o vigario tinha voto decisivo, ou só consultivo ; o juiz de paz e outros concordárão em que não tinha senão consultivo ; o reverendo vigario retirou-se da mesa, pararão os trabalhos, e consultou-se ao digno presidente de então, o Sr. Raphael Tobias. Este respondeu que não concebia como a mesa tinha negado voto decisivo ao reverendo vigario (advirta-se que o vigario era opposto ao Sr. Raphael Tobias, e faça-se honra á inteireza e justiça da sua decisão), á vista das leis em vigor ; reprehendeu por se terem parado os trabalhos, mandou que continuassem. O reverendo vigario voltou á mesa, continuarão os trabalhos ; mas, vendo que o resultado não lhe era favoravel, não continuarão por se pedir o espaço de 8 dias para se avisarem as freguezias de Serra-Negra e da Senhora da Penha para que viessem votar. Empatárão-se os votos, e sendo a lei omissa em mostrar o como se podião desempatar questões quando empatadas, recorrerão de novo ao digno presidente, mas isto um dia antes daquelle em que devião os eleitores ir para o collegio. O presidente não pôde mandar a decisão a tempo, á vista da distancia, e ordenou que, visto não ser possivel mais a apuração se conservassem as cédulas lacradas em urna separada.

Houve tambem na freguezia do Amparo uma pequena questão, por exigir a mesa que as cédulas que vinhão em carta fossem reconhecidas.

O povo não quiz annuir e ia pegando em armas, e o resultado foi que o juiz de paz não teve outro remedio senão parar as eleições e recorrer ao presidente. O presidente reprehendeu severamente ao juiz de paz, por não cumprir as suas obrigações, quando a lei lhe tinha dado poder para isso, e que, portanto, fizesse o seu dever convocando a assembléa parochial.

Na villa de Ubatuba houve tambem alguma cousa. E' de advertir que se fazião as eleições em uma casa particular; mas um partido, desconfiando da sua victoria, requereu que se fizesse na igreja: não se admittio. Na verdade a lei manda que seja na igreja, mas é podendo ser, e a igreja estava deteriorada; verdade é que não tanto que nella se não fizessem os officios divinos. Porém decidio-se que se fizessem as eleições na casa em que se costumavão fazer.

Então pedio-se que fossem lacradas as urnas porque não se acabou a apuração no mesmo dia, e até que fossem lacradas as portas da casa. Assim se fez; mas no dia seguinte achou-se o sello de uma porta fracturado; as urnas porém intactas. Muito menos peso merecem as queixas de certos cidadãos que se disserão esbulhados do direito de votar, pela mesa. A mesa destróe a accusação mostrando que taes nomes não vinhão no edital, nem se tinham antes legitimado.

A commissão assentou que esses pequenos desvios não valião a pena, e só fallei nelles para dar os devidos encomios ao nobre presidente.

O Sr. Souza Martins: — Sr. presidente, eu pedi a palavra para responder a varios argumentos que ouvi pronunciar na casa pelo illustre deputado que acaba de sentar-se, relativamente ás eleições do Ceará, ácerca das quaes eu tinha fallado em outra sessão. Ora, como os argumentos do nobre deputado por S. Paulo não me convencêrão, assim como tambem outros que forão pronunciados pelo meu illustre amigo deputado pela Parahyba, eu reputo-me na obrigação de tornar a mostrar a força dos meus argumentos, que julgo não ter sido destruida pela argumentação dos dous illustres deputados.

Sr. presidente, o illustre deputado por S. Paulo, apesar da força conhecida da sua logica, da eloquencia com que sempre falla nesta casa, pareceu-me desconhecer todas estas qualidades quando tratou das eleições do Ceará; recordou-me então o dito do poeta latino: « *Si Pergama defendi possent, etiam hæc defensa fuissent.* » Com effeito, se as eleições do Ceará pudessem ser defendidas, creio que poderião ser pelo nobre deputado de S. Paulo, assim como pelo meu illustre amigo deputado pela Parahyba. Porém, Sr. presidente, eu estou convencido que não podem ser defendidas, estou convencido que todas as argumentações

que se fizerem em sua defesa não podem vigorar; foi para este fim que pedi a palavra, foi para mostrar o fraco das argumentações desses senhores que as quizerão defender.

Disserão elles que a base sobre que eu formei o meu raciocinio (o mappa da população do Ceará) é falsa; que não se deve contar com a fidelidade dos mappas de população. Eu, quando usei deste argumento, preveni a camara que este mappa tinha sido feito com todas as cautelas possiveis em cousas semelhantes; que não tinham faltado as relações nominaes de nenhuma das freguezias da provincia. E' possivel (eu o admitto com os nobres deputados) que nessas relações se introduzissem alguns erros; isto é humanamente possivel; estou perfeitamente convencido que ha esses erros; mas pergunto:—Por causa de algumas pequenas inexactidões, poder-se-ha dizer que esta base é falsa? Que sobre ella não se póde argumentar?—Oh! Então como temos acreditado nos documentos estatísticos a respeito da população de diversas nações? Por que razão sabemos que a França tem 36 milhões de habitantes. Portugal 3, a Hespanha 12, os Estados-Unidos 14, etc.? O que é verdade, Sr. presidente, é que nos mappas estatísticos, nos arrolamentos da população, podem-se dar inexactidões, mas inexactidões tão insignificantes, que não podem impedir que nós sobre elles formemos o nosso raciocinio. Se acaso os mappas da população do Ceará contêm inexactidões a ponto de que em lugar de 208 mil habitantes, se augmentem um, dous, tres ou quatro mil habitantes, nem porisso os meus raciocinios são falsos. Por consequencia, senhores, vê-se que tudo quanto os nobres deputados disserão, firmados sobre esta argumentação, não tem vigor, não tem base solida; os mappas da população sempre forão a base mais segura para sobre elles calcularmos o numero de eleitores de cada parochia.

Mas, disserão os nobres deputados: — Não podemos assegurar a exactidão desses calculos. Oh! Senhores, por que razão a lei determinou que nós nos regulassemos pelos arrolamentos apresentados pelos vigarios, quando é necessario declarar os fogos de cada uma das parochias? Pois esses calculos não podem tambem ter inexactidões, não podem ter erros? E por isso deveremos dizer que não podemos contar com semelhantes calculos? A possibilidade de erros, senhores, não nos tira a necessidade de tomar uma base da população; essa necessidade existe em toda a parte, apesar de que haja possibilidade de errar-se; mas esta base deve-se reputar muito mais segura, muito mais verdadeira, quando o recenseamento é feito por ordem da autoridade superior, do presidente da provincia, sem o fim designado da eleição deste ou daquelle collegio,

mas com o fim de obter conhecimentos estatísticos da provincia toda, sem que tenha um interesse particular de augmentarem uma parte e diminuirem outra, como acontece aos vigarios por occasião das eleições, quando apresentam o arrolamento dos fogos da sua freguezia.

Ora, Sr. presidente, á vista das reflexões que acabo de fazer, estou convencido que ninguém poderá contestar que a base mais solida sobre a qual se possa calcular o numero de fogos de cada parochia de uma provincia é sem duvida a relação nominal, as listas nominaes da população de cada uma das suas freguezias. Se vós me disserdes:— Esta base é inexacta —, eu vos direi:— Qual é outra mais exacta que podereis obter? Que meio teremos nós de poder saber qual é a base da população de uma parochia, de uma provincia, se não é o recenseamento nominal de seus habitantes? Qual outra haverá mais exacta, dissei-me vós que recusais a minha base?

Disse ainda o nobre deputado por S. Paulo:—Esses erros não devem merecer consideração, porque, se acaso em um collegio se augmenta o numero de eleitores, este mesmo erro tambem se encontra em outro collegio, e por isso ficão compensados os erros. Os mathematicos, diz ainda o nobre deputado, sabem muito bem que no calculo um erro compensa outro erro. — Este argumento já eu o tinha prevenido no meu discurso. Eu disse então que se acaso no Ceará os collegios de todos os municipios tivessem augmentado o numero de seus eleitores em igual proporção ou escala, o argumento do nobre deputado poderia ter alguma applicação; mas eu provei o contrario; li uma tabella onde se mostrava toda a desproporção que havia nesses collegios; e como o nobre deputado insistio sobre isto, a camara me ha de perdoar que eu tambem torne a mostrar a desproporção que existia nos collegios. Esta tabella foi impressa no *Jornal do Commercio* de hoje; e eu peço ao nobre deputado que lance as vistas sobre ella; veja, por exemplo, a villa do Crato; este municipio contém 23,000 habitantes, deu 303 eleitores, suppõe ter 31,300 fogos, isto é, maior numero de fogos que habitantes da freguezia. Note a camara se isto póde caber no possivel. A mesma reflexão faço a respeito do municipio do Jardim: tem 10,981 habitantes, tem 15,000 fogos, maior numero de fogos do que o de seus habitantes.

Ora igual observação se póde fazer sobre o municipio do Icó, do Aquiraz, Sobral, e outros. Agora note a camara que acontece inversamente em outros municipios. O de S. Bernardo tem 15,136 habitantes: dá 27 eleitores. Ora, este municipio, segundo o calculo que fiz de 5 habitantes por cada fogo, devia dar pelo menos 30 eleitores. Vê-se pois que

o municipio de S. Bernardo não deu o numero de eleitores que realmente devera dar quando o municipio do Crato excede 10 vezes mais o numero de eleitores que devêra dar. Lançemos os olhos para outros municipios. O municipio de Inhamuns, 8,234 habitantes, dá 20 eleitores: neste municipio não se excede a proporção natural dos eleitores que devêra dar, porque, sendo 8,000 habitantes, deve-se suppôr que tem pelo menos 1,600 a 1,800 fogos, e neste caso deve dar 20 eleitores; pouco mais ou menos. Igual observação poderei fazer a respeito do municipio do Riacho de Sangue, que está em proporção com o numero de seus habitantes; a respeito do municipio das Lavras, que da mesma maneira não excede muito. Vê-se portanto, Sr. presidente, que provincia do Ceará houve municipios que derão o numero de eleitores que justamente devião dar em proporção de sua população; alguns mesmos que derão menos do que devião dar; e que pelo contrario muitos dos municipios dessa provincia excederão 6, 8 ou 10 vezes mais do que devião dar; e portanto, a argumentação do nobre deputado por S. Paulo não póde ter applicação, o excesso não foi geral; mas extraordinario em uns, em outros foi de menos, em alguns regular. Está manifesto que a base que tomei para calcular o numero de eleitores que deve dar cada municipio é a mais segura, é a unica sobre que se póde raciocionar com segurança. Desejo que a camara attenda bem as minhas expressões, o recenseamento nominal dos individuos de cada parochia, é a unica base segura em que nós podemos calcular o numero de eleitores de cada parochia, e se esta base não é segura, outra não existe, ao menos de que tenha conhecimento.

Ora, passemos agora a tratar das outras argumentações que forão feitas pelo illustre deputado para provar que as eleições do Ceará forão feitas com toda a liberdade e espontaneidade.

O meu illustre amigo, deputado pela Parahyba, não se dignou, quando fallou sobre esta materia, tratar della, sem duvida por inadvertencia e não por ter em pouca consideração o argumento que produzi, mas tambem entendo que o meu illustre amigo, sendo versado na jurisprudencia do paiz, conhecendo perfeitamente o tempo em que as nossas leis depois de publicadas costumão obrigar ou devem obrigar, na fórmula da legislação em vigor, não podia negar que a lei de suspensão de garantias estivesse em seu inteiro vigor no Ceará no tempo em que as eleições se fizeram.

Mas o Sr. deputado por S. Paulo, contestou o vigor da lei no tempo das eleições. A lei, disse o nobre deputado, é provincial; mas a

legislação que se mencionou é legislação geral; por isso não regula para a provincia. Eu direi ao nobre deputado que não tem razão. O nosso direito actual é que, quando uma lei provincial não tem prevenido um caso defectivo, o que deve regular é a legislação geral. Lembro ao nobre deputado que recorra ao decreto do governo publicado, no tempo do primeiro ministerio do Sr. Limpo de Abreu, creio que em 1837, no qual está terminantemente expresso este principio que as provincias se regulassem pela legislação geral, quando não houvesse nada acautelado pela legislação provincial. Ora, na legislação especial do Ceará não ha nada de particular a respeito da publicação das leis; por consequencia o que devo suppôr é que a publicação das leis provinciaes do Ceará está sujeita á disposição das leis geraes do imperio, ao menos enquanto não houver legislação especial da provincia que altere ou revogue a legislação geral.

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR dá um aparte que não ouvimos.

O SR. SOUZA MARTINS : — O nobre deputado diz no seu aparte que o regulamento geral não serve para as leis provinciaes. Eu não tenho fallado no regulamento geral senão como incidente; o que regula a legislação geral no imperio é a ordenação liv. 1º, tit. 2º.

Mas, Sr. presidente, ainda ha outro principio muito mais generico estabelecido por todos os juriconsultos, e é que uma lei não pôde obrigar sem que seja conhecida ou pelo menos sem que possa ser conhecida; o contrario implica uma contradicção visivel, porque o legislador não pôde mandar que o subdito obedeça a uma que o subdito não conhece. Ora, este principio universal na jurisprudencia de todas as nações não pôde ser contradictado por alguém sem ser um erro visivel de direito. Portanto, creio que, á vista destas considerações, será claro e manifesto que a lei de suspensão de garantias publicada na capital do Ceará não podia ser reputada publicada em todos os municipio da provincia no mesmo dia; isto é impossivel; implica contradicção manifesta.

Demais, disse o nobre deputado : — Em virtude desta lei não se fez prisão alguma. Ah! senhores, eu creio que o nobre deputado não se dignou lançar os olhos para os documentos que li! Por esses documentos vê-se que não foi uma unica prisão, forão muitissimas....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR : — Esses documentos forão refutados o anno passado nesta casa.

O SR. SOUZA MARTINS : — O nobre deputado diz isto; mas eu estou persuadido que tal refutação nunca houve.

O SR. PEIXOTO DE BRITO dá um aparte que não pudemos ouvir.

O SR. SOUZA MARTINS : — O nobre deputado deve lembrar-se que referi esse facto como communicado por uma carta, não confunda; mas os documentos não são inventados por ninguem, são dos agentes do Sr. ex-presidente; se mentem taes documentos, mentem os agentes do governo. Por esses documentos que tive a honra de ler á camara, vê-se que forão presos juizes de paz, juizes municipaes, e mesmo juizes de direito erão procurados para prender; prendeu-se o juiz de direito de Queixeramobim; não se prendeu o juiz de direito do Icó o Sr. Dr. Graça, que actualmente se acha no Rio de Janeiro, porque fugio, como diz o commandante da tropa expedicionaria do Icó....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR : — Mas apresentou-se depois das eleições.

O SR. SOUZA MARTINS : — Depois das eleições todos forão soltos, Sr. deputado....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR : — E o que fez o Sr. deputado por occasião da eleição de senador?

O SR. SOUZA MARTINS : — Esta discussão não pertence a este lugar, nós discutimos aqui a validade da eleição de deputados do Ceará....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR : — Quem mais despotismos tem praticado é quem accusa aos outros, é o homem o mais furioso.

O SR. SOUZA MARTINS : — Eu disse, Sr. presidente, que as eleições do Ceará não tinham sido feitas com aquella espontaneidade e liberdade que convinha para que as eleições se reputem validas. Em consequencia disto, fui obrigado a mostrar que no tempo das eleições estava em vigor uma lei de suspensão de garantias; mostrei igualmente, por documentos authenticos, que nessa época o presidente da provincia tinha mandado marchar tropas para a maior parte dos collegios, S. Mathheus, Lavras, Queixeramobim, Icó, Russas e Sobral; todos esses municipios tiveram força armada. Responderei a um argumento produzido pelo meu amigo deputado pela Parahyba, e que foi reproduzido pelo nobre deputado por S. Paulo. Disserão elles : — Nestas villas costuma haver destacamentos. — Os nobres deputados não estão certos do que alli se praticava; no Icó, villa principal da provincia, costumava haver um destacamento de tropa de linha de 20 a 30 praças; no Crato costuma haver outro maior de 40 ou 60; assim como havia destacamentos de tropa regular nas villas principaes da provincia para fazerem a policia do districto. Mas o que se fez nas eleições não foi isto; para o Icó vierão 600 homens, não do tropa regular, porque a não havia, mas 600 homens da

guarda nacional, ou de povo arregimento (porque nem sempre alli a guarda nacional está bem regulada), para fazer a campanha eleitoral.

Mas, disse o nobre deputado, existia uma conspiração em toda a provincia, e o presidente devia dar as suas ordens para abater a conspiração. Sr. presidente, o presidente não havia mandar marchar tropas dando ordem: — Vós marchais para tal villa para fazer a eleição nessa villa;— isto era um absurdo, era um crime que elle praticava, punido pelo código criminal; por isso lançou-se mão de outro pretexto, disse-se:— Existe uma conspiração em toda a provincia, esta conspiração deve apparecer no dia das eleições, mandemos tropas para todos os collegios para que não appareça a conspiração....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — Queria o nobre deputado que se deixasse matar o presidente!

O SR. SOUZA MARTINS:— Mas disse-se que o presidente da provincia suppôz que existia a conspiração no dia das eleições, e por isso mandou marchar tropas. Note a camara que não era bastante a tropa do mesmo municipio. A lei determina que, quando o juiz de paz ou o presidente do collegio eleitoral entender que, para segurança publica ou boa ordem do collegio, é de mister o destacamento de força, recorrerá á autoridade competente; mas não foi isto que se fez: era a tropa que marchava de um municipio para outro para fazer a campanha eleitoral: podia acontecer que toda a gente do municipio pertencesse ao mesmo credo, e então não convinha que o destacamento fosse dalli tirado. Demais, ainda ha outra razão. A guarda nacional que passa de um municipio para outro em serviço está sujeita ao regulamento da 1ª linha, á obediencia militar passiva. Ora, bem se vê que uma tropa de 600 homens, como essa que veio ao Icó debaixo de seus chefes e sujeita aos regulamentos militares, quando fosse nas eleições faria votar com unanimidade, como se diz na correspondencia do juiz de paz:—Forão unanimes os votos dados aos candidatos do governo de S. M. o Imperador! — E pôde-se chamar a isto eleição livre?....

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — E foi livre a eleição do senador feita pelo illustre deputado?

O SR. SOUZA MARTINS: — Aqui não se discutem as eleições de senador; se ellas se discutissem, eu teria occasião de mostrar ao nobre deputado que isto que está dizendo é uma falsidade.

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR (com vehemencia):— Falsidades diz o nobre deputado; falta á verdade o nobre deputado para calumniar.

O SR. PRESIDENTE (*dirigindo-se ao Sr. Peixoto de Alencar*): — Ordem, Sr. deputado!

ALGUNS SENHORES: — Ordem! Ordem!

O SR. ANDRADA MACHADO: — Eu peço a ordem.

O SR. PRESIDENTE: — Eu exigi ordem do Sr. deputado.

O SR. SOUZA MARTINS: — Não é nesta casa que o Sr. deputado deve me dirigir insultos; se me quizer insultar, tem muitos lugares, onde o faça, e me achará sempre prompto para dar-lhe satisfação digna do deputado que está fallando (*apoiados*); mas não se deve enxovalhar o recinto da representação nacional. (*Apoiados.*)

O SR. PEIXOTO DE ALENCAR: — Quem a enxovalha é o nobre deputado, que traz aqui factos para calumniar e mentir.

O SR. PRESIDENTE: — Ordem, Sr. deputado.

ALGUNS SENHORES: — Ordem! Ordem!

O SR. SOUZA MARTINS (*para o Sr. Alencar*): — E' por credito desta casa que contento-me aqui com desprezar os insultos do Sr. deputado. (*Apoiados.*)

O SR. PRESIDENTE: — O Sr. deputado póde continuar, mas rogo-lhe que se dirija a mim ou á camara.

O SR. SOUZA MARTINS: — Sim, Sr. presidente, é com V. Ex. que me quero defender, é a V. Ex. ou á camara que dirijo o meu discurso. Não quero contribuir para que se perturbe a gravidade da representação nacional.

Dizia eu, Sr. presidente, que as eleições não tinham sido feitas com a espontaneidade e liberdade que erão necessarias para que se reputassem validas; por isso mostrei que do municipio da villa do Crato tinha marchado uma expedição de 600 homens debaixo das ordens do commandante Barros Cavalcanti, para o Icó; que tinha passado pela villa de Lavras, que tinha prendido o juiz municipal e varias autoridades dessa villa, onde deixarão um destacamento de 100 praças, conforme diz na sua correspondencia official: que foi o resto da expedição para a villa do Icó, que todas as autoridades da villa, juiz de direito, juizes de paz fugirão: que foi preso um juiz de paz, assim como forão mais 10 ou 12 pessoas, conforme consta da participação official do mesmo commandante: que se mandarão destacamentos para as freguezias do municipio no dia da eleição, que havia ser feita no dia 7 de Setembro. Disse igualmente, Sr. presidente, que outra expedição militar tinha marchado do municipio de Baturité, composta de 300 e tantas praças, para Queixeramobim; que, quando chegou a Queixeramobim, as autoridades do lugar que

SEXTA SESSÃO PREPARATORIA EM 30 DE ABRIL DE 1842. 83

puderão se evadirão; que o juiz de direito interino foi preso, assim como muitos outros individuos: correrão as casas dos cidadãos sem forma nenhuma de processo.

No dia das eleições no municipio de Aquiraz todos aquelles que erão do partido opposto retirárão-se do collegio, deixárão as eleições serem feitas pela força armada. O municipio de S. Bernardo foi igualmente occupado pela força armada. O mesmo aconteceu no Aracaty. Em Sobral existia a principal força da provincia que decidia das eleições por unanimidade espantosa.

Ora, senhores, depois de todos esses factos que se achão comprovados por documentos escriptos, das autoridades do Ceará que se correspondião com o mesmo presidente, poder-se-ha negar que estas eleições forão feitas pela força, pela violencia, pela fraude, e debaixo da influencia de uma lei de suspensão de garantias?

Mas ouvi em outra occasião o meu nobre amigo produzir este argumento:—O presidente receiava uma conspiração em toda a provincia, era preciso garantir a ordem e mandar força para os differentes pontos.—Sr. presidente, eu diria a isto que, se o presidente julgava que a provincia toda estava em revolução, era preciso mandar immensa força para todos os municipios; então não era essa occasião opportuna para fazer a eleição, devia participar ao governo que a provincia se achava revolucionada, que era preciso usar da força, e que por isso não convinha fazer a eleição, mas esperar por momentos mais pacificos, afim de que os cidadãos pudessem exprimir os seus votos com liberdade. Mas não era esse o caso; o receio da conspiração era só para o dia das eleições; feitas as eleições, todas as tropas voltárão para os seus municipios, todos os commandantes militares forão despedidos, o susto da conspiração acabou-se, o receio da revolução desapareceu, todos os presos forão soltos, nenhum mais era criminoso. Era por consequencia a conspiração, a revolução que se receiava no dia das eleições, a combinação dos votos dos eleitores da opposição nos seus candidatos; esta era a conspiração que o governo receiava, era a conspiração contra a qual mandou marchar as suas forças. Com effeito, essa conspiração de combinação de votos existia, essa conspiração do partido da opposição para votar em certos candidatos do seu lado existia; o governo sabia ao certo que essa combinação era tão forte que a maioria dos votos dos candidatos da opposição venceria sem duvida alguma os votos dos candidatos do governo, e o receio desse vencimento foi que inspirou o desejo de empregar a força para que aquillo que não se podia conseguir por meio da convicção, por meio da espontaneidade, ou por meio da seducção, se pudesse conseguir por meio da intimidação, por meio da força, por meio do terror.

Sr. presidente, eu nada mais direi a respeito do Ceará, mas ainda poucas palavras restão-me a dizer a respeito dos argumentos que ouvi na casa ácerca da eleição da freguezia de Iguape na provincia da Bahia.

Os nobres deputados que defendem a eleição desta freguezia confessarão que na freguezia se fizerão duas eleições, uma pelo juiz de paz sem vigario e outra pelo vigario sem juiz de paz; mas dizem os nobres deputados que a do juiz de paz é valida. Ora, Sr. presidente, se a lei diz expressamente que a mesa eleitoral deve ser composta do vigario e do juiz de paz, se cada um delles fez a sua meza, como se póde dizer que alguma dessas eleições é valida? Mas dizem os nobres deputados:—O juiz de paz chamou outro padre. Mas que padre? Tinha elle algum character de parocho da freguezia? Tinha alguma commissão do parocho? Tambem não chamou o vigario o juiz de paz supplente?

Ora, Sr. presidente, admittindo a existencia dos dous factos, das duas eleições, ou ambas devem ser reputadas validas e regulares, por que nellas figura uma das pessoas que a lei reconhece como especial para a formação da mesa, ou ambas devem ser reputadas nullas. Eu agora declararei mais: se fosse chamado a dar o meu voto necessario para a validade de alguma, me declararia talvez pela validade da que foi feita pelo vigario, porque essa foi feita na igreja matriz, onde as instrucções determinão que seja feita, e porque o vigario na ausencia do juiz de paz chamou o seu supplente, segundo ahi determina; mas o juiz de paz não chamou o supplente do vigario, chamou a um homem que quiz, sem obedecer a formalidade alguma da lei.

Disse-se mais: a eleição feita pelo juiz de paz é valida por que a outra era coagida pelo commandante da guarda nacional com a sua força. Oh! senhores! Pois vós, que reputais nulla esta eleição, porque se achava presente o commandante da guarda nacional com a sua força, não julgais nulla as eleições do Icó, de Queixeramobim, de S. Matheus e outras que forão feitas á força armada? Onde está a coherencia do vosso raciocinio? Em uma parte dizeis que é nulla a eleição, porque se achava um commandante da guarda nacional com algumas pessoas armadas, em outra não; entretanto, são commandantes que vêm com a sua força armada de mais de 30 e 40 leguas de distancia, que vêm com seiscentos homens arregimentados debaixo dos regulamentos militares, que entrão nas villas, que fazem fugir todas as autoridades, e prendem outras! Eleição feita assim não é coagida, e só ha coacção no municipio de Iguape!

Um outro meu amigo, fallando a respeito das eleições das Alagôas, dizia:—Esses documentos (os documentos que se apresentarão

para provar a validade da eleição do Sr. Ca-
juciro), esses documentos em direito não têm
valor, porque justificações feitas sem audiência
do promotor, nós abaixo-assignados, cartas
particulares....

O SR. FRANÇA LEITE dá um aparte que não
ouvimos.

O SR. SOUZA MARTINS:— Posso estar enga-
nado, mas recorro-me que o meu nobre amigo
disse assim: « Estas justificações tão pouca
valia têm, que a viúva de um militar, por-
que o promotor não foi ouvido, teve a sua
justificação reputada nulla.» Mas para as elei-
ções de Iguape elle acreditou em uma jus-
tificação que vem appensa aos autos; elle a
reputou valiosa....

O SR. FRANÇA LEITE: — Disse que dava
credito por causa dos documentos authen-
ticos.

O SR. SOUZA MARTINS: — Mas, quando se
tratava das Alagoas, dizia: « Essas cartas não
têm vigor; esses, documentos não servem. »
Oh! senhores! parece-me a justiça não pre-
sida a estas decisões, quando em um lugar
valem certas razões que não valem em outro;
em um lugar a força armada annulla um
collegio, em outro a força armada não produz
a nullidade do collegio; em um lugar docu-
mentos taes como cartas particulares, abaixo-
assignados, justificações, representações não
têm vigor, em outro caso todos esses docu-
mentos são cheios de validade para provar
o direito e a razão! Oh! neste juizo não
preside a imparcialidade; não preside a jus-
tiça! Attenda bem a maioria da camara para
essas differenças para poder regular o seu
juizo; porque, Sr. presidente, eu entendo que
eleições taes como a do Ceará não podem
ser approvadas sem uma injustiça flagrante:
esta injustiça, senhores, será uma carga pe-
sada, será um onus de descredito que ha de
reverter sobre aquelles senhores que houverem
de approvar semelhantes eleições, e sobre a
camara se as approvar. E' um legado triste
no principio da legislatura ter a camara de
approvar uma eleição, cujo fundamento é re-
putado nullo, já por que a fraude dos diversos
collegios augmentou desmesuradamente o nu-
mero de eleitores, já porque a força armada,
a violencia, a suspensão de garantias, impe-
dirão a liberdade de votar na maior parte dos
collegios da provincia.

Sr. presidente, tenho terminado as reflexões
que tinha a fazer a respeito das eleições.

O Sr. Henriques de Rezende:— Não pedi
a palavra tanto para responder, porque co-
nheço a desvantagem da minha posição em
frente dos illustres membros da commissão,
como para aproveitar a occasião de emittir o
meu juizo acerca de materia tão grave como

esta. E já que tenho a palavra, direi ao nobre
deputado por S. Paulo que até certo ponto
conformo-me com a sua opinião. Elle disse
que o que se deve procurar é a eleição es-
pontanea e livre dos brasileiros; que se deve
ser tolerante quanto ás formulas; conformo-me,
como disse, até certo ponto com esta opinião;
mas pedirei ao nobre deputado licença para
reprovar algumas eleições, pela intima con-
vicção em que estou da intervenção da au-
toridade.

Começarei, Sr. presidente, respondendo como
posso a alguns topicos da resposta que me
deu um nobre membro da commissão e meu
respeitavel amigo o Sr. França Leite. Eu no
meu discurso, além de algumas proposições
geraes, pedi á nobre commissão esclarecimentos,
porque, tendo as eleições causado estremeci-
mento no espirito publico do paiz, esperava que
a commissão desenvolvesse mais o seu parecer;
mas a commissão deu-se muito á brevidade.
Não a accuso por isso, pela approximação
do dia da installação, que obrigava a com-
missão a não poder compulsar todos os do-
cumentos em poucos dias; admiro porém que
a nobre commissão fosse tão laconica em
certos pontos, o que me faz suspeitar que
mãos sinistras subtrahirão algumas represen-
tações relativas ás eleições de alguns lugares,
porque não é possivel que o anno passado,
apezar da incompetencia de então, appare-
cessem tantos clamores, tantas reclamações e
actualmente nada! Permitta-me mais a nobre
commissão que note a ligeireza com que tratou
de algumas eleições, por exemplo, as de alguns
collegios de Pernambuco, entretanto que é
bastante extensa para mostrar que não são
attendiveis as irregularidades que houver nas
eleições de Minas. Cumpria ser igual, cumpria
demonstrar ao paiz a razão por que as ir-
regularidades da Parahyba não influem nas
eleições. Sinto que não estejam aqui outros
deputados dessa provincia interessados em ven-
tilar esta questão.

(Depois de algumas palavras que não pudemos
ouvir, o orador continuou):

O systema constitucional, disse o nobre de-
putado, está radicado no coração dos brasileiros
(e foi saudado com uma salva de apoiados). Não
lastimo que esse sentimento esteja arreigado
no coração dos brasileiros, mas o que lamento
é o esforço que se faz para falsear o systema,
porque os brasileiros não querem a constituição
em papel, querem a realidade das cousas
(apoiados); mas infelizmente se persuadem
que a constituição do imperio, que as ga-
rantias que ella outorga, não passam de letra
morta.

O orador conclue fazendo varias conside-
rações sobre os defeitos das eleições, que não
attribue sómente ás leis, mas tambem, e em
grande parte, aos executores.

O Sr. Andrada Machado: — Um nobre deputado que fallou contra o parecer da commissão, trouxe exemplos da França, Estados-Unidos, Inglaterra, etc., mas não vio a disparidade da comparação, pois que ha alli um cadastro regular da população, mediante o qual se conhece, com pouca differença, o numero dos elegiveis e dos eleitores, e entre nós tal cadastro não existe. Mas deixemos isto. Eu digo que não incumbia á commissão de que fiz parte o ser rigorosa. Ella foi indulgente, porque o devia ser no estado em que se achão as cousas. O que ella quiz foi verificar se tinham havido nullidades, se se tinham observado solemnidades que em rigor podião ser sanadas, salvo se fossem solemnidades que importassem a nullidade do acto. O nobre deputado atacou de frente a legislação fundamental das eleições, e repetio o que muitas vezes se tem aqui dito, que, em verdade, a força armada tinha forçado a eleição; confesso que assim podia alguém dizer; o Ceará é um paiz deserto, no qual a força militar tem sempre sido instrumento do governo; o que eu admiro, porém, é que o nobre deputado se não lembre de que estas eleições, que elle ora ataca, apresentarão a eleição de um senador que hoje está no senado.

O SR. SOUZA MARTINS dá um aparte que não ouvimos.

O SR. ANDRADA MACHADO: — Não fallo na eleição do tempo da presidencia do nobre deputado, fallo na do Sr. Manoel do Nascimento. A eleição deste senador é producto dos mesmos eleitores; entretanto o senado achou-as muito claras. Admira tambem que o nobre deputado se não lembre de que em outro tempo no Ceará, em 1835, se procedeu á eleição trabalhando a commissão militar. Eu já disse que o Ceará é um paiz excepcional desgraçadamente; permitta Deos que o dirijamos ao gremio da lei; mas, desgraçadamente a provincia vai indo de grão em grão, cada vez soffrendo mais o regimen excepcional; isto ha longo tempo, e creio que por longo tempo ainda estará debaixo do regimen excepcional. A' vista disto, os defeitos, não nego, que alguns pudessem haver nas eleições, são nada....

Sobre a suspensão de garantias que disse o nobre deputado que existia nas eleições, perdõe-se-me, Sr. presidente, mas a ordenação não podia ter em vista creaturas que não existem; a ordenação teve em vista as leis geraes, que erão as que o rei dava. Em um reino absoluto é o rei o unico que legisla, e todos lhe obedecem. Ora, uma tal lei não podia de modo nenhum regular o systema federal que introduzirão neste paiz não sei como, porque não lhe sou mito affeiçãoado; hoje o julgo optimo, porque é facto consummado

e todas as vezes que ha factos consummados, eu obedeço.... Por consequencia, não é applicavel esta lei. Eu não quero dizer que tal meio não pudesse influir em muita gente; eu não quero dizer que haja a maior pureza nas ditas eleições; o que digo é que se fôrmos muito rigorosos, não sei qual das eleições de que tratamos seria valiosa...

O SR. SOUZA MARTINS: — Nós já temos annullado.

O SR. ANDRADA MACHADO: — Annullarão-se as eleições de Sergipe contra minha opinião, eu julguei esta annullação uma injustiça parcial; emfim, mandou quem podia, e eu abaixei a cabeça.

O nobre deputado, que então era presidente do Ceará, obrou crendo que o paiz estava acostumado a isso...creio que até aos venenos nos acostumaremos...o Ceará está acostumado a este estado de cousas, e desgraçadamente elle ha de continuar ainda: trabalhemos para que elle acabe; mas enquanto dura, demos-lhe deputação, não lh'a arranquemos: seria arrancar-a sem duvida, annullal-a agora. Fôra necessario que a nullidade fosse mais clara do que a luz meridiana, que não houvesse legalidade alguma; mas disto não estou convencido; antes estou convencido de que existio liberdade em geral, com poucas excepções.

O que admira é que o nobre deputado, sem querer, até anathematisasse a bondade do ex-presidente, que passou os limites de seu poder, soltando presos que devião ser julgados. Mas nem a bondade escapa ao anathema; foi bom de mais, mostrou-se generoso, soltou seus inimigos.

O SR. SOUZA MARTINS: — Não foi por generosidade, mas porque, tendo já conseguido o seu fim, nenhuma utilidade lhe resultava de perseguir homens cujo unico crime era não serem do partido do presidente.

O SR. ANDRADA MACHADO: — Podia continuar a opprimil-os, e eu entendo que é censuravel porque não deixou á justiça o seu curso ordinario. Cada um póde ser generoso do seu; mas não do alheio. O bem publico pede que sejam punidos os criminosos. Qualquer os não póde soltar a seu bel-prazer. Disse o nobre deputado que não sabia como tinhamos annullado as eleições de Iguape e approvado as do Ceará. A Bahia não é Ceará, Sr. deputado, a Bahia é talvez uma das segundas sédes da illustração do Brazil; o Ceará está muito longe disto.

O SR. ALENCAR: — Não é tanto.

O SR. ANDRADA MACHADO: — Provera a Deus que assim não fosse: mas o Ceará tem sido perseguido, acabrunhado, pisado, calcado de um modo que não seria possivel fazer-se em provincia illustrada. Ouse alguém mandar para

86 SEXTA SESSÃO PREPARATORIA EM 30 DE ABRIL DE 1842

S. Paulo um Coelho, um Pedro Chaves; no mesmo instante ha de ser feito em postas, porque tem alguma civilização mais do que o Ceará.

O SR. LOBO:—Pois vou requerer a remoção de Pedro Chaves para S. Paulo para o chamar á ordem.

O SR. ANDRADA MACHADO:—Digo da minha parte que não havia de durar muito tempo... Era preciso que nos esquecemos de que somos paulistas, e disso não nos esqueceremos nunca. Mas disse o nobre deputado que annullaria antes as eleições do Ceará do que as de Iguape: o nobre deputado ha de me perdoar, uma foi feita debaixo de força, onde a força não é ordinaria; a outra seguiu a norma antiga; o nobre deputado annullaria talvez porque em uma faltou o vigario e em outra faltou o juiz de paz: ao nobre deduto parecia o mesmo, mas não é assim, faz muita differença. O vigario falta porque quer fazer bordo com a força, o juiz de paz falta porque quer cumprir com as suas obrigações: são ambos membros da mesa, mas com esta differença: o juiz de paz é membro culminante. Estas razões fizeram com que a commissão dêsse a preferencia a estas eleições.

Eu não toco á respeito das Alagôas, a questão é muito delicada, e eu respeito a um e outro lado.

Permitta-me o nobre deputado pela provincia do Piauhy que lhe diga que, se acaso se decidir a validade das eleições do Ceará, como a commissão propôz, ella não carrega com todo o peso, como lhe parece; porque então o nobre deputado tambem carregaria com o peso bem forte das eleições para senador, e não seria a commissão só, e sim outros muitos, e o peso repartido por muitos é mais leve. Mas o nobre deputado mandou fazer eleições, que forão atacadas de muito violentamente feitas.

O SR. SOUZA MARTINS:—O Sr. deputado está mal informado.

O SR. ALENCAR:—Foi facto provado.

O SR. SOUZA MARTINS:—Nego.

O SR. ANDRADA MACHADO:—Não sei se se provou, mas sei que houve allegações de parte a parte, e que documentos, e documentos bem grandes e importantes, apparecêrão. Por isso não tenha o nobre deputado pena de que a commissão carregue com essa responsabilidade. Eu não tenho duvida de dizer ao Brazil e ao mundo inteiro:—Votei porque me persuadi em minha consciencia que a eleição, bem que defeituosa, peccava nos mesmos defeitos em que peccavão todas as outras, e porque era meu dever ou annullar todas as eleições, ou approvar as do Ceará, como as outras.

Disse o nobre deputado de Pernambuco que as eleições causarão geral estremecimento. Seguramente: foi tactica sabida do governo que cahira, e que procurava meio de subir ao poder de que tanto tem abusado. Mas as gritarias desse governo fazem prova alguma? Uma das eleições contra a qual mais se clamou foi a da Parahyba: dous nobres deputados, porque não forão reeleitos, muito clamarão contra ellas; mas hoje não apparece mais cousa alguma contra estas eleições. E' verdade que é muito bom ser deputado, mórmente os que ganhão com isto fazendo dos votos degrão para a fortuna; verdade é que é máo não ser deputado, ainda para os que não ganhão, porque ao menos, sendo deputados, podem ter a gloria que hoje tenho de fallar a favor do meu paiz, de fazer por elle quanto posso, de sacrificar quanto valho por essa patria que adoro, embora nada pretenda della, senão a gloria de servir-a; embora não deva esperar senão deportações, como já tive.

Arguo o nobre deputado a commissão de ter tratado a uns *cum amore* e a outros com menos amor; dependeu isto da escolha que se fez para os relatorios das eleições das diversas provincias.

Senhores, eu não quero nem lembrar-me das chamadas eleições do Saboeiro... Mas, sempre direi ao meu nobre collega de Pernambuco que está inteiramente enganado: não houve tal eleição do Saboeiro: a camara não deixou de apurar a eleição, tal eleição nunca existio.

O nobre deputado concorda que o governo obrou mal annullando as eleições da Parahyba em 38, mas que obrou bem mandando á camara da capital que apurasse todos os collegios no caso do Saboeiro...Declaro que não houve eleição no Saboeiro, e não podia a camara apural-a:—não ha senão um diploma de um chamado deputado pelo Saboeiro; por esse diploma é que se vê que nem é diploma, é uma insinuação que se fez: a camara mandou fazer o que este brigadeiro omnipotente ordenou por mandado de um governo omnipotente e immoral.

O SR. TORRES:—E' muito forte.

O SR. ANDRADA MACHADO:—Hei de provar o que digo.

O SR. TORRES:—Parece-me que o nobre deputado não tem direito de dizer injurias a ninguém.

O SR. ANDRADA MACHADO:—Tenho o direito de caracterisar um governo que acho o mais immoral possivel.

O SR. OTTONI:—Apoiado.

O SR. D. MANOEL (com força):—Não apoiado.

O SR. OTTONI (com força):—Apoiado.

SETIMA SESSÃO PREPARATORIA EM 1 DE MAIO DE 1842

87

O SR. D. MANOEL:—Não apoiado.

O SR. ANDRADA MACHADO:—Ora, apoiem ou não apoiem quanto quizerem. (*Risadas.*)

O SR. D. MANOEL:—Creio que estamos no nosso direito.

O SR. ANDRADA MACHADO:— Seguramente.

Mas, continuando, a eleição do Saboeiro não existe, a camara não podia tomar della nenhum conhecimento, porque não ha acta, e o diploma que se apresenta não é tal diploma... não merece a pena, a fallar a verdade, a sonhada paridade da presumida força de Goyanna, porque, se força houve, foi desarmada; veio arregimentada, mas não veio armada; e eu não posso comparal-a com força armada, a cuja testa está um commãdante militar, que incute terror: não ha paridade alguma. Eu disse que a lei era defeituosa; o nobre deputado de Pernambuco disse que o defeito não estava só na lei, mas tambem nos executores. Não duvido que haja defeitos na execução, mas eu creio que o Brazil, corrompido e esmagado, é melhor do que suas leis; nisto imito Royer Collard, que disse que a França era melhor do que as suas leis.

Sr. presidente, eu findo o meu discurso, não quero demorar a discussão. Nada ouvi que destrua a minha convicção como membro da comissão: continuo pois a votar pelo parecer.

O Sr. Bermude pede o encerramento da discussão, no caso de haver os discursos pró e contra que marca o regimento.

Um SR. DEPUTADO:— Ah! já achão boa a rolha!

O SR. PRESIDENTE declara que ha seis discursos pró e sete contra.

O SR. REZENDE pergunta se se contou tambem como discurso a pequena reflexão que hontem fez o Sr. Alencar.

O SR. PRESIDENTE responde que não.

O SR. OTTONI (*para o Sr. Rezende*):—Estimo muito que o nobre deputado já reconheça o direito de reclamar contra a mesa (*risadas*): no anno passado não o reconhecia.

O SR. OLIVEIRA:—Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:—Na conformidade do regimento, vota-se sem discussão.

Posto a votos, o encerramento é aprovado.

O SR. TORRES pede que se declare que votou contra o encerramento da discussão, e que havia pedido a palavra para fallar contra o parecer.

O SR. SOUZA MARTINS manifesta o desejo de que se proceda a uma votação nominal quando se tratar das eleições do Ceará.

O SR. CANSANSÃO pede que tambem se proceda á votação nominal a respeito das eleições das Alagôas.

O SR. PRESIDENTE responde que os requerimentos dos nobres deputados serão tomados em consideração em occasião opportuna.

Procede-se á votação provincia por provincia:

O SR. 1º SECRETARIO lê a parte do parecer relativo á provincia do Pará, a qual é approvada.

O SR. PRESIDENTE:— Declaro deputado (o Sr. Patroni põe-se de pé) pela provincia do Pará ao Sr. Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. (*O Sr. Patroni faz uma cortezia á assembléa e senta-se.*)

E' em seguida approvedo o parecer da comissão a respeito das eleições das seguintes provincias:

Maranhão, salva a emenda do Sr. Marinho para a admissão do Sr. barão de Caxias, que é approvada.

Ceará, rejeitando-se o requerimento feito pelo Sr. Souza Martins para se proceder á votação nominal:

Piauhy.

Parahyba.

Pernambuco, com a emenda do Sr. Oliveira para a suppressão da ultima parte.

Alagôas, rejeitando-se o requerimento do Sr. Cansansão para a votação nominal.

Bahia.

Espirito-Santo.

Rio de Janeiro.

S. Paulo.

Minas Geraes.

Goyaz.

Matto-Grosso.

São tambem approvedos o parecer da comissão de tres membros e os outros da de poderes.

O SR. 1º SECRETARIO previne á camara que vai officiar ao ministro do imperio participando estar a camara constituida e em numero legal, e pedindo o dia e hora em que S. M. Imperial se dignará receber a deputação.

Levanta-se a sessão ás 3 horas da tarde.

Setima sessão preparatoria em 1º de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MARTIM FRANCISCO

A's 10 horas e meia da manhã abre-se a sessão, e lida a acta da aatecedente, é approvada.

O SR. D. José (1º secretario) lê, no meio do mais profundo silencio, um officio do Sr. ministro do imperio, cobrindo o seguinte decreto de dissolução da camara:

« Tomando em consideração o que me expuzerão os meus ministros e secretarios de estado, no relatorio desta data (1) e tendo ouvido o meu conselho de estado, hei por bem, usando das attribuições que me confere a constituição no artigo cento e um paragrapho quinto, dissolver a camara dos deputados; e convocar, desde já, outra que se reunirá no dia primeiro de Novembro do corrente anno.

« Candido José de Araujo Vianna, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, o tenha assim entendido

e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em o primeiro de Maio de mil oito centos e quarenta e dous, vigesimo primeiro da independencia e do imperio. — Com a rubrica de S. M. o Imperador. — *Candido José de Araujo Vianna.* »

O SR. SECRETARIO, depois desta leitura, declara que a camara fica inteirada.

Os Srs. deputados retirão-se immediatamente, e as galerias, nas quaes havia apenas 20 ou 30 espectadores, ficão para logo vazias.

Não havendo quem faça a acta, o Sr. presidente se retira.



(1) Na pagina seguinte acha-se o relatorio a que se refere o decreto da dissolução.

RELATORIO

a que se refere o decreto do 1º de Maio, dissolvendo a camara dos deputados

Senhor.—Os ministros de V. M. Imperial incorrerão em grave responsabilidade para com o paiz, trahirão as suas consciencias, serão indignos da confiança que V. M. Imperial tem nelles depositado, se não viessem pedir com o mais profundo respeito a V. M. Imperial uma medida que as circumstancias reclamão imperiosamente para manter contra os embates das facções o systema monarchico-constitucional-representativo, unico que póde assegurar a salvação do estado.

E' sem duvida melhor prevenir a tempo as consequencias que a marcha incalculavel das facções costuma acarretar comsigo do que lutar com ellas depois de haverem produzido irreparaveis estragos.

A actual camara dos deputados, senhor, não tem a força moral indispensavel para acreditar seus actos e fortalecer entre nós o systema representativo. Não póde representar a opinião do paiz porque a expressão da vontade nacional e das necessidades publicas sómente a póde produzir a liberdade dos votos. A existencia dessa camara não é compativel com a idéa de um governo regular, porque nella predominão homens que, pondo de parte os meios constitucionaes, não recuão diante de outros que subvertem todas as idéas de organização social, invadem, usurpão e tendem constringer, no exercicio de suas attribuições, os outros poderes do estado.

Ainda não se apagarão da memoria dos brasileiros as recordações das tramas e violencias que, que na eleição da actual camara dos deputados, forão commettidos em quasi todos os pontos do imperio. O triumpho eleitoral, caldas embora as leis do pudor, foi o objecto em que puzerão todo o seu desvelo as influencias que, a despeito da vontade nacional, então predominavão, e o resultado corôou seus deploraveis esforços, porque contão na camara dos deputados decidida maioria.

O Brazil inteiro, senhor, se levantará para attestar que em 1840 não houve eleições regulares. São irregularmente suspensas (até mesmo em massa) autoridades cuja adhesão é suspeita ou duvidosa: ordens com prevenção lavradas são confiadas aos agentes que presidem á empreza eleitoral, para remover obstaculos, e impedir que predomine a vontade publica;

empregados publicos são collocados na dura collisão de optar entre o sacrificio da sua consciencia e o pão de seus filhos; operarios de repartições publicas, soldados, marinheiros de embarcações de guerra, são constringidos a levar á carga cerrada, em listas que lhes são impostas, um voto de que não têm consciencia; agentes subalternos da menor moralidade, e autorisados para proceder como lhes aprouver, arregimentão e armão individuos cujos direitos são mais que contestaveis, cuja nacionalidade mesma é duvidosa, e muitos dos quaes, não pertencendo ás parochias, não têm nellas votos; estes regimentos invadem os templos, arrancão das mesas com violencia, e rasgando-lhes as vestes, cidadãos que para as compôr havião sido chamados, e os substituem por outros á força; expellem dos mesmos templos com insultos e ameaças cidadãos pacificos que ahi concorrem para exercer um dos mais preciosos direitos do cidadão livre, qual o de eleger os seus representantes. E se esses regimentos não bastão, se o cidadão não se acobarda, a um aceno daquelles agentes, obedecido pela força armada, são accommettidos os templos, profanados por bayonetas, e corre o sangue brasileiro!

Quando todos esses meios falhão, é empregado outro recurso: empenhão-se em perturbar por todos os modos as operações eleitoraes. Se a maioria dos cidadãos indignada se retira sem entregar as suas listas, apparecem, não obstante, peçadas as urnas de um numero dellas excedente ao dos cidadãos activos da parochia. Das mãos dos que as proclamárão recebem as mesas as listas aos maços, aos centos e sem conta, quer venhão ou não assignadas, quer os nomes que por baixo dellas se lêem sejam ou não de cidadãos activos, de meninos, de escravos, e ainda mesmo imaginarios. E, como se tanto não bastára, é a apuração feita por essas mesas uma amarga e criminosa derisão do direito de votar! Contão os votos como lhes apraz: lêem os nomes dos votados como lhes parece; apurão listas em massa. Esta capital foi, com indignação, testemunha dessas saturnaes, as quaes disserão ser eleições de um povo livre.

« A esses attentados outros accrescem: roubão-se as urnas; substituem-se nellas as listas ver-

dadeiras, ou pelo menos publicamente recebidas, outras falsas; e até não se hesita diante da escandalosa e tão publica falsificação das actas quando o resultado que apresentão não está em tudo, ao sabor dos interessados.

« Em alguns lugares é o numero dos eleitores apparentemente augmentado por uma maneira incrível e espantosa. Collegios houve que, não podendo sequer dar cem eleitores, apresentarão todavia mais de mil.

Não ha quasi parte alguma do imperio, Senhor, onde alguns desses attentados contra a liberdade do voto não fosse perpetrado em as eleições da actual camara dos deputados.

Uma camara legislativa eivada em sua origem por tantos vicios e crimes, desconhecida na opinião geral dos brasileiros que os testemunharão jámais poderá conciliar a estima, veneração e prestigio que produzem a força moral, tão necessaria a taes corpos politicos e á manutenção do regimen representativo. Os seus actos não podem encontrar aquella obediencia tão facil e voluntaria que é filha da convicção que têm os governados de que para elles concorrerão por meio de uma eleição livre. Nem ella conseguirá, quaesquer que sejam seus esforços, dominar a razão social.

Entregue necessariamente á publicidade tudo quanto se passa em uma camara legislativa, chama para o campo da discussão a intelligencia, as paixões, os interesses de todos os membros da associação, é quotidianamente julgada, e condemnada ou approvada. De quanta força moral deve ella gozar, de quanta confiança deve ser revestida, para que não soffra quebra a sua autoridade por essas quotidianas sentenças?

Uma camara legislativa desconhecida é a maior calamidade que póde affligir uma nação.

Contra a camara dos deputados que acaba de constituir-se ergue-se de cada ponto do imperio uma queixa exprobanda á sua origem uma vio-

lação de lei; logo no mesmo dia da sua eleição ouvio-se em cada ponto do imperio um protesto contra ella, a razão publica a foi condemnando, foi decretando a sua dissolução; e cada facto que ia depois apparecendo mais a confirmava em sua sentença. Aceitar ou tolerar tal camara é concorrer para que seja falseado o systema representativo, e impellir a nação para que seja abysmado na anarchia ou no despotismo.

Reconhecem os ministros de V.M. Imperial que os principios de ordem não forão de todo repellidos da composição da actual camara dos deputados; e reconhecem-n'o com tanto maior prazer quanto isso prova a força da opinião nacional, que, apezar de comprimida, conseguiu collocar na mesma camara homens notaveis por suas luzes, talentos e virtudes; mas o que poderão seus esforços, sua habilitade e seu patriotismo diante dos obstaculos que têm de encontrar?

A salvação do estado, tal qual se acha constituido pela constituição e seu acto addicional, exige portanto que a actual camara dos deputados seja substituida por outra a quem a liberdade do voto dê o character de representante da opinião nacional e a força moral indispensavel para firmar entre nós o systema monarchico-constitucional-representativo.

E por isso os ministros de V. M. Imperial não hesitarão um momento em pedir a V.M. Imperial a providencia comprehendida no decreto que têm a honra de depositar nas augustas mãos de V. M. Imperial, que resolverá como houver por bem.

Palacio do Rio de Janeiro, em o 1º de Maio de 1842.—De V. M. Imperial:—Subditos fieis e muito reverentes.—*Marquez de Paranaguá. — Candido José de Araujo Vianna. — Paulino José Soares de Souza. — Visconde de Abrantes. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. — José Clemente Pereira.*

Adiamento da reunião da Assembléa Geral convocada pelo Decreto do 1º de Maio de 1842

DECRETO

Não sendo possível, em consequencia das perturbações occorridas na provincia de S. Paulo e na de Minas Geraes, que, tanto nessas provincias como nas que lhe ficam vizinhas, se proceda já ás eleições de deputados á assembléa geral, que na conformidade do meu imperial decreto do 1º de Maio do corrente anno, têm de reunir-se no dia 1º de Novembro do mesmo anno:

Hei por bem transferir para o dia 1º de Janeiro do futuro anno de 1843 a reunião da referida assembléa.

Candido José de Araujo Vianna, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, assim o tenha entendido e o faça executar com os despachos nessesarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Julho de 1842, vigessimo primeiro da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Candido José de Araujo Vianna.